



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**PORTA-VOZES DA CONQUISTA DA RIQUEZA: O ENSINO
COMERCIAL E A ESCOLA UNIÃO CAIXEIRAL DE PARNAÍBA
(1918 -1950)**

GILBERTO ESCÓRCIO DUARTE FILHO

TERESINA - PI
2010

GILBERTO ESCÓRCIO DUARTE FILHO

**PORTA-VOZES DA CONQUISTA DA RIQUEZA: O ENSINO
COMERCIAL E A ESCOLA UNIÃO CAIXEIRAL DE PARNAÍBA
(1918 -1950)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho
Lopes

TERESINA - PI
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

D812h Duarte Filho, Gilberto Escórcio.
Porta-vozes da conquista da riqueza: o ensino comercial
e a escola união caixeiral de Parnaíba (1918-1950)
[manuscrito] / Gilberto Escórcio Duarte Filho. – 2010.
118 f.

Impresso por computador (printout).

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí,
Centro de Ciências da Educação, Mestrado em Educação,
2010.

“Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho
Lopes”.

1. Educação-História-Parnaíba. 2. União Caixeiral.
3. Memória (Escola União Caixeiral). I. Título.

CDD 370.981 22

**PORTA-VOZES DA CONQUISTA DA RIQUEZA: O ENSINO
COMERCIAL E A ESCOLA UNIÃO CAIXEIRAL DE PARNAÍBA
(1918 -1950)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí - UFPI, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

APROVADA EM: 27/09/2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes (Orientador)
Universidade Federal do Piauí

Prof^a Dr^a. Salânia Maria Barbosa Melo (Examinador externo)
Universidade Estadual do Piauí

Prof^a Dr^a. Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina (Examinador Interno)
Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Luis Carlos Sales (Suplente)
Universidade Federal do Piauí

A Deus pelas bênçãos constantes;
A minha família pelo incentivo e carinho.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de externar que no decorrer de toda a trajetória de elaboração à execução deste trabalho tive a contribuição valiosa de várias pessoas, que de alguma forma, concederam-me momentos de atenção para que concluísse este momento de vivência intelectual. Espero que se sintam representados pelos que estão sendo citados neste modesto agradecimento.

Agradeço, primeiramente, a Deus que me concedeu mais uma oportunidade de vida após ter enfrentado uma enfermidade e praticamente perder todos os movimentos, voltando a ter uma vida normal.

Ao meu pai Gilberto Escórcio Duarte e minha mãe Joana Eneida Nóbrega Duarte pelo carinho que tiveram comigo durante todo o período do mestrado e por me fornecerem informações de fundamental importância acerca do tema, com suas experiências de vida e vivência no objeto de pesquisa, compreendendo os momentos que precisava ficar mais isolado, para melhor concentração e elaboração desta dissertação.

Em especial, a minha esposa Nájlá da Conceição Mendes, que como uma guerreira esteve sempre ao meu lado, desde os momentos mais difíceis aos mais calorosos, com palavras de incentivos, buscando me confortar e por compreender o quanto este projeto de vida é importante para mim, principalmente após todos os momentos de dor e angústia vividos enquanto estive doente, demonstrando de todas as formas o papel de amiga, companheira, mãe, enfim, fico até sem palavras para expressar tão importante pessoa na minha vida. Aos meus filhos: Mateus, Luiza Raquel e Artur que em todos os momentos não pouparam esforços para me acompanhar nesta caminhada e que souberam compreender as ausências e os não, que eram interrogados, às vezes, de forma áspera com perguntas de tom juvenil como se sobraria um tempo para estar com eles.

Ao meu orientador Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes, que paciente e com muita atenção procurou passar conhecimentos, que tive a felicidade de ouvi-los, revelando histórias que vivenciei ao longo dos anos de pesquisa, permitindo compreender melhor as características de um bom pesquisador.

Aos Professores doutores do Mestrado de Educação da Universidade Federal do Piauí por compartilhar conhecimento, amizade e incentivo essenciais para a minha formação durante a pós-graduação e, principalmente, quando da realização das disciplinas cursadas, experiência que levarei para o resto da minha vida.

Dentre todos, agradeço em especial as professoras Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina que além de incentivadora, atuou de cupido para que eu pudesse encontrar minha companheira nessa trajetória de 14 anos e Maria do Amparo Borges Ferro pelas contribuições dadas ao longo desta caminhada para a elaboração e defesa da dissertação e, principalmente, pelo carinho, amizade, confiança que sempre depositaram em minha pessoa.

Ao Professor Doutor Francisco de Assis de Sousa Nascimento mentor deste projeto, que com sua veia intelectual me protagonizou momentos agradáveis e prazerosos de aprendizado, o qual dedico um muito obrigado por todos os e-mails e telefonemas que prontamente foram atendidos e respondidos. À Professora Mestra Marlinda Pessôa Araujo sempre atenciosa e compreensiva quando precisei me ausentar de minhas atividades na Faculdade Piauiense para que pudesse receber minhas orientações no mestrado, a qual tenho como uma das pessoas que mais me espelho como gestora dedicada de suas funções pedagógicas.

As gestoras da Faculdade Piauiense Altair Marinho e Rosany Correa que ao saberem de minha aprovação se mostraram solícitas ao que tivesse ao alcance delas como forma de contribuir para a capacitação e posterior titulação de mestre, qualificando, ainda mais, o corpo docente da Instituição. Aos gestores do Colégio São Luiz Gonzaga – Diocesano de Parnaíba os Padres Jurandir e Vitório pela compreensão destinada no período de mestrado quando precisei me deslocar a Teresina na busca de mais conhecimentos.

Aos meus amigos que mais de perto acompanharam essa jornada de pesquisa e construção da dissertação, em especial: Maria Ozita, Francisco Afrânio, Safira, Maria do Rosário de Fátima, Erasmo Amorim, Francisco Muniz, Padre Vicente, Regina Schmidlin, Helder Souza, Maria do Livramento e Aurioneida pelas diversas oportunidades de vivenciamos momentos de aprendizado e conversas de incentivo à pesquisa, orientações e críticas construtivas que contribuíram na construção da dissertação. A Cleto Sandys e Renata Cristina da Cunha, casal que tenho total admiração e inspiração por sua obcecada busca pela pesquisa e amizade que a cada dia se fortalece.

Aos colegas mestrandos da décima sexta turma do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí pela convivência durante as disciplinas cursadas, momentos vivenciados de angústia mais de uma alegria contagiante, expressamente demonstrada nos nossos encontros onde a descontração era presença fundamental, tirando a tensão dos trabalhos e revigorando energias para que caminhássemos todos juntos em prol de nosso objetivo comum, tornando-nos mestres. Em especial, a Francisca Campos, querida Tina, a qual tive o prazer de conviver quase que diariamente, seja presencial ou a distância,

experimentando situações divertidas e por todos os caminhos que trilhamos nas diversas entrevistas que compartilhamos de nossos sujeitos em suas descrições orais sobre os objetos de nossas pesquisas. À Fabrícia Pereira Teles e Sidicley Maia, pela amizade afetuosa que construímos dia após dia e a Cleidivan Alves dos Santos o qual não poderia deixar de externalizar minha gratidão pelos quase 700 km por semana, onde compartilhamos histórias de vida. Esses meus amigos jamais serão esquecidos e já os considero parte integrante de minha família.

Um agradecimento póstumo de uma pessoa que em toda a trajetória de forma espiritual esteve do meu lado, pois sentia em todas as linhas escritas suas palavras de incentivo. Muito obrigado, Dona Araci Reis da Graça, por me fazer acreditar que podia chegar algum dia a galgar meus objetivos com honestidade, perseverança e acima de tudo com compromisso, a minha eterna gratidão. Tia Rosário e Teresinha pela demonstração de confiança dispensada em minha pessoa e por ter me dado guarida nos primeiros e longos passos dessa empreitada árdua, mas prazerosa ao seu curso final. Ainda, não poderia me omitir a gratidão a minha cunhada Cearacy pelo carinho e conselhos nos momentos difíceis exigidos nessa empreitada.

Aos casais Leonardo e Fara e Adail e Carol pela assistência dada durante todo o mestrado, sempre com demonstrações de carinho e disponíveis para atender as necessidades caso fossem solicitados. Minhas primas Fabíola Lima e Juliana Portela que nunca se negaram a atender minhas solicitações de ajuda e colo para minhas confidências de luta na execução da dissertação.

Aos meus amigos de todas as horas Euliane, Antonio José, Cristiane, Jorge, Edileusa pelos momentos de apoio e descontração durante toda a trajetória de idas e vindas à Teresina para cursar o Mestrado em Educação.

Aos senhores sujeitos da minha pesquisa pela disponibilidade na concessão de depoimentos que foram fundamentais para a efetivação da dissertação, ressaltando a importância das experiências vivenciadas no período de recorte trabalhado na cidade de Parnaíba, acerca de suas funções que desempenharam no período e suas relações com a União Caixeiral.

Aos funcionários do Arquivo Público do Piauí, da Biblioteca da Universidade Federal do Piauí, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), localizados em Teresina (PI); da Biblioteca Municipal de Parnaíba, da Biblioteca do SESC Avenida, do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba, da Academia Parnaibana de Letras, Arquivo da Associação Comercial de Parnaíba, por terem permitido

acesso a documentos, revistas, jornais, livros que contribuíram para a efetivação desta pesquisa.

Ao Professor Mestre Iweltman Mendes pelos momentos de saber e intelectualidade proporcionadas nos mais diversos encontros, mostrando-se sempre um grande incentivador da pesquisa referente á memória da cidade de Parnaíba, através de suas Instituições e, ao também professor Mestre Frederico Osanan pelo incentivo que proporcionou, um debruçar maior sobre a pesquisa.

E, finalmente a todo o corpo médico do HTI de Teresina, pelo carinho, compromisso e dedicação a minha pessoa, onde os cuidados com a minha recuperação parecia ser o objetivo de cada um dos integrantes daquela UTI, vivenciando os momentos difíceis que passei, mas acima de tudo me confortando e me dando exemplo de como se deve lutar pela vida.

A todos, o meu muito obrigado.

Hoje é dia do contabilista
Dia de luz e muito amor
Hoje é dia do contabilista
Vamos saudar com muito ardor

Homem sábio e exato
Contabilista é a tua missão
Ser criatura paciente
E trabalhar com exatidão

[...]

Estrofe do Hino do Contabilista da União Caixeiral
Autora: Rosângela Santos
Ex-aluna

FILHO, Gilberto Escórcio Duarte. **Porta-vozes da conquista da riqueza: o ensino comercial e a escola União Caixeiral de Parnaíba (1918 -1950)**. Dissertação (Mestrado em Educação). 118f. Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2010.

RESUMO

Este trabalho apresenta e analisa a história e a memória da União Caixeiral, desde a criação da Sociedade Civil, evidenciando sua contribuição na Educação Técnica em Parnaíba, na primeira metade do século XX, período em que a Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral empreendeu relevante influência na formação educacional profissionalizante em sua estreita relação com o desenvolvimento da cidade. O recorte temporal da pesquisa enfoca os anos de 1918 até 1950 e se justifica pela sua fundação em 1918, como Sociedade Civil, e posteriormente a implantação da Escola como formadora de mão-de-obra especializada para o comércio, em particular, a formação de Guarda-livros, sendo na década de 40, reconhecido como técnico em contabilidade. A proposta dessa pesquisa foi construir um diálogo com as fontes escritas e os depoimentos coletados, com o objetivo de construir uma história da União Caixeiral, dando visibilidade à inserção dos egressos dessa instituição de ensino no meio social da cidade de Parnaíba e regiões vizinhas. Constituiu-se como proposta central a investigação da consolidação da educação técnica em Parnaíba como um reflexo do desenvolvimento econômico da cidade, dando visibilidade aos sujeitos históricos, a associação entre a formação profissional e a vida política. Metodologicamente, além das entrevistas coletadas, foram realizadas pesquisas no Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba (IHGGP), espaço onde se encontra grande parte do acervo documental da União Caixeiral, bem como na biblioteca pública municipal de Parnaíba, jornal A Praça, periódico Almanaque da Parnaíba, no Arquivo Público de Teresina e em arquivos particulares. Além disso, a produção do trabalho foi beneficiada pela extensa quantidade de registros visuais retratando diversos momentos da instituição. A presente pesquisa está ambientada na história cultural, tendo como amparo teórico os postulados elaborados por Jacques Le Goff, Cecília Cortez, Ecléa Bosi, Lucília de Almeida Neves Delgado, Rosa Fátima de Souza, Carlota Boto, Felipe Mendes, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: História. Educação. União Caixeiral. Parnaíba.

FILHO, Gilberto Escórcio Duarte. **Door-voices of the conquest of wealth: education and school commercial “União Caixeiral” of Parnaíba (1918 -1950).** Dissertation (Master in Education). 118f. Federal University of Piauí, Center of Education Science, Post Graduation Program, Teresina, 2010.

ABSTRACT

This work presents and analyses the history and memory of “União Caixeiral”, since the creation of civil society, confirming its contribution to the technical education in Parnaíba, in the first half of the 20th century, period in which the Technical School of Commerce of “União Caixeiral” came up with a relevant influence in the professionalization of the educational training in its straight relation with the city’s development. The research time shift focuses the year 1918 until 1950 and is justified by the school’s foundation in 1918 as a civil society, and later the school implementation as a producer of specialized labor for commerce, specifically the training of Bookkeepers who were recognized in the 40s as accountant technicians. This research proposal was to build a dialogue with the written sources and the collected declarations with the objective of building the history of “União Caixeiral”, revealing the insertion of this teaching institution egresses in the social environment of the city of Parnaíba and its neighborhoods. The consolidation of the technical education in Parnaíba as a reflection of the city’s economical development, revealing its historical subjects, the association between the professional training and the political life has been the central aspect of this investigation. Methodologically, besides the collected declarations, researches were undertaken in the Historical Geographical and Genealogical Institute of Parnaíba (HGGIP), place in which most documental files of “União Caixeiral” are, as well as in the public library of Parnaíba, the newspaper “A Praça”, the Parnaíba almanac periodical, in the Public File of Teresina and in private files. Besides this, the work production was benefited by the large amount of visual records portraying several moments of the institution. This research is based upon the cultural history, mainly in scholars as Jacques Le Goff, Cecília Cortez, Ecléa Bosi, Lucília de Almeida Neves Delgado, Rosa Fátima de Souza, Carlota Boto, Felipe Mendes, among others.

KEY-WORDS: History. Education. União Caixeiral. Parnaíba.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1: Praça da Graça – Parnaíba, década de 30. Fonte: acervo do IHGGP (Instituto Histórico Geográfico e Geneológico de Parnaíba - PI).....	24
Fotografia 2: Casa Inglesa – Parnaíba. Fonte: acervo do IHGGP (Instituto Histórico Geográfico e Geneológico de Parnaíba-PI).....	25
Fotografia 3: Porto das Barcas em plena atividade comercial. Fonte: Acervo do IHGGP (Instituto Histórico Geográfico e Geneológico de Parnaíba-PI).....	28
Fotografia 4: Prédio do Ginásio Parnaibano. Fonte: acervo do IHGGP (Instituto Histórico Geográfico e Geneológico de Parnaíba-PI).....	32
Fotografia 5: Prédio do Colégio Nossa Senhora das Graças. Fonte: Arquivo do IHGGP (Instituto Histórico Geográfico e Geneológico de Parnaíba-PI).....	33
Fotografia 6: Prédio da Escola e Sociedade União Caixeiral. Fonte: Acervo Particular de Gilberto Escórcio Duarte.....	34
Fotografia 7: Registro em Cartório do Estatuto da Sociedade União Caixeiral. Fonte: Arquivo Particular de Gilberto Escórcio Duarte.....	40
Fotografia 8: Diretoria Provisória e Lista de Sócio-Fundadores – Sociedade União Caixeiral. Fonte: Acervo Particular de Gilberto Escórcio Duarte.....	41
Fotografia 9: documento de compra do terreno da sociedade União Caixeiral – Parnaíba-PI. Fonte: Acervo Particular Iweltmam Mendes.....	42
Fotografia 10: Comunicado a Associação Comercial de Parnaíba da nova diretoria da “União Caixeiral”. Fonte: Ata da Associação Comercial de Parnaíba, 13 de agosto de 1919.....	46
Fotografia 11: Mensário da Associação Comercial, fevereiro de 1944. Fonte: Arquivo Público – Teresina.....	46
Fotografia 12: Estatística de exportações no Porto de Parnaíba, 1944Fonte: Arquivo Público – Teresina.....	47
Fotografia 13: Decreto Estadual de reconhecimento da Sociedade “União Caixeiral” como Utilidade Pública. Fonte: Arquivo Público de Teresina.....	48
Fotografia 14: Casas comerciais na Avenida Presidente Vargas. Fonte: Arquivo do IHGGP (Instituto Histórico Geográfico e Geneológico de Parnaíba-PI).....	59
Fotografia 15: Diploma de conclusão do curso de Guarda-livros do Colégio Nossa Senhora das Graças. Fonte: Acervo particular de Neyde Alves de Souza.....	65
Fotografia 16: Carteiras individuais e coletivas – União Caixeiral. Fonte: Acervo Particular de Gilberto Escórcio Duarte.....	79
Fotografia 17: Fachada do Prédio da Escola e Sociedade União Caixeiral. Fonte: Acervo Particular de Gilberto Escórcio Duarte.....	80
Fotografia 18 : Sala de aula da EscolaTécnica de Comércio da União Caixeiral. Fonte: Acervo Particular de Gilberto Escórcio Duarte.....	82
Fotografia 19: Quadro de Formatura da primeira turma de Guarda-Livros da Escola União Caixeiral. Fonte: Instituto Histórico, Geográfico e Geneológico de Parnaíba.....	89
Fotografia 20: Professores e personalidades da Parnaíba no quadro de formatura da primeira turma de Guarda-Livros, de 1942. Fonte: Arquivo do Instituto Histórico, Geográfico e Geneológico de Parnaíba.....	91
Fotografia 21: Convite de Colação de Grau de 1949. Fonte: Acervo Particular de Carlos Antonio.....	97
Fotografia 22: Convite de formatura – União Caixeiral, 1949. Fonte: Acervo	

Particular de Carlos Antonio.....	98
Fotografia 23: Convite de Formatura – Disposição de padrinhos e madrinhas. Fonte: Acervo Particular de Carlos Antonio.....	98
Fotografia 24: Rainha do Comércio – União Caixeiral, 1935. Fonte: Acervo Particular de Gilberto Escórcio Duarte.....	99
Fotografia 25: Desfile Cívico do dia 7 de setembro da União Caixeiral (década de 1940) Fonte: Acervo Particular de Gilberto Escórcio Duarte.....	100
Fotografia 26: Desfile Cívico na Praça da Graça, Parnaíba(data imprecisa). Fonte: Arquivo do IHGGP.....	101
Fotografia 27: ”Um Hino Esquecido”, folha do litoral de 17 de junho de 1961.Fonte: Acervo Particular de Gilberto Escórcio Duarte.....	102

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL UNIÃO CAIXEIRAL EM PARNAÍBA E SUA RELAÇÃO COM A CIDADE	23
2.1 Parnaíba na primeira metade do século XX.....	24
2.2 Navegação Rio Parnaíba: caixeiros e comerciantes como ofícios impulsionadores do desenvolvimento econômico.....	28
2.3 Panamora educacional: Parnaíba na primeira metade do século XX.....	32
2.4 União Caixeiral: Sociedade Civil de auxílio mútuo.....	34
3. A EDUCAÇÃO TÉCNICA EM PARNAÍBA: UNIÃO CAIXEIRAL E O ENSINO PROFISSIONALIZANTE	57
3.1 Implantação e o ingresso na formação profissionalizante.....	59
3.2 Guarda-livros: gênero e atuação no mercado de trabalho.....	63
3.3 Ensino comercial no Brasil: histórico e legislação.....	67
4. UNIÃO CAIXEIRAL COMO LUGAR DE MEMÓRIA: ESPAÇO INSTITUCIONAL, IDENTIDADE COLETIVA, CULTURA PROFISSIONAL E PRÁTICAS ESCOLARES	75
4.1 Dia-a-dia da escola enquanto construção de uma cultura escolar.....	75
4.2 A sala de aula como espaço de construção da proposta pedagógica da escola.....	77
4.3 Arquitetura escolar enquanto representação simbólica.....	80
4.4 Identidade Coletiva como compreensão da cultura escolar.....	83
4.5 Quadros de formatura: a imagem como representação escolar.....	86
4.6 Currículo e festas escolares.....	93
5. CONCLUSÃO	104
REFERÊNCIAS E FONTES	107
ANEXOS	113

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa elegeu como objeto de estudo a construção da memória e história da “Escola União Caixeiral”, situada na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, no recorte temporal de 1918 até 1950, justificando-se pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, por ser 1918 o ano de sua fundação como sociedade civil. A partir desse ano, seus sócios realizaram atividades de auxílio mútuo e iniciaram as atividades educacionais, sendo, posteriormente, em 1922, lançada a pedra fundamental de seu edifício sede, concluído em 1937; em segundo, o início da educação comercial entre as décadas de 30 e 40, permitindo compreender, através das memórias de seus sujeitos, a relação existente entre uma formação voltada para a capacitação de profissionais para o comércio com a cidade de Parnaíba e seu crescimento econômico nesse período. Considerando que a “União Caixeiral” esteve inserida no cotidiano parnaibano, desde as primeiras décadas do século XX, como fonte geradora de fatos e discursos ideológicos de formação da sociedade, com opinião legitimamente reconhecida, despertou em mim o interesse por debruçar-me sobre essa história iniciada pela associação de cento e vinte e dois rapazes, da classe de comerciários e caixeiros, que, no dia 28 de abril de 1918, oficializada pelo seu estatuto datado do dia 2 de junho do mesmo ano, fundou a “Sociedade Civil União Caixeiral”. Inserida num contexto de franco desenvolvimento do comércio local, a cidade de Parnaíba figurava como pólo dos negócios piauienses através de seu porto marítimo, onde eram feitas exportações para o centro sul do país e exterior.

A ideia desses sujeitos ampliou-se com a intenção de formar mão de obra especializada na área contábil e congregar a categoria em função do desenvolvimento econômico que se registrava na cidade. Surgia, deste modo, a “Sociedade Civil União Caixeiral”. Como um dos ideais de seus sócio-fundadores, estava a criação de uma escola, que veio a funcionar em um belo e imponente prédio, na Avenida Presidente Vargas, sendo que o lançamento de sua pedra fundamental ocorreu em 7 de setembro de 1922 e suas obras foram concluídas em junho de 1937, tendo início suas atividades educativas neste local a partir de 1938. Contudo, desde sua fundação, a “União Caixeiral” tinha uma escola, sendo suas aulas ministradas em locais cedidos por sócios fundadores, em espaços de suas residências particulares. O prédio tornou-se para a cidade não só uma obra arquitetônica, mas um grande centro de formação de valores que se confunde com o desenvolvimento da própria

cidade. Essa escola contava “Com laboratórios para aulas de física, química e ciências, uma biblioteca de bom acervo, máquinas de escrever, calcular e materiais didáticos para o bom desempenho do ensino” (MENDES, 2007, p. 98).

O empreendimento de tamanha envergadura possibilitou aos jovens a ascensão a certas posições de destaque na sociedade e no comércio, que crescia vertiginosamente em números qualitativos e quantitativos, segundo registro dos “Almanaques da Parnaíba” da época.

Estudar na “União Caixeiral” passou a simbolizar uma condição de reconhecimento, tanto intelectual como financeira, o que despertou nos cidadãos o desejo de fazer parte do grupo dos ascendentes caixeiros, construindo, então, na mentalidade do parnaibano, uma identidade de ligação entre a “União Caixeiral” e o progresso na vida pessoal e profissional.

Suas práticas pedagógicas estavam diretamente ligadas à formação de guarda-livros e, posteriormente, de técnico em contabilidade, deixando marcas na cultura da cidade de Parnaíba, participando ativamente do ciclo econômico correspondente às décadas de 1930 e 1940, período de grande produção e exportação da cera de carnaúba e babaçu, óleo de tucum e pluma de algodão.

O comércio passou a ter um papel importante nesse processo, pois impulsionava e dava suporte ao progresso em vias de afirmação na cidade. Dentre alguns acontecimentos desse período, podemos destacar: Linha ferroviária (1916) e a construção de sua Estação na cidade (1922); “Linha Aérea Buenos Aires/Belém”, com passagem por Parnaíba, operada pela “Nirba Line” (1930); fundação do *Rotary Club* (1938), do “Lactário Suzanne Jacob” (1938); instalação da rede telefônica pela “Ericsson do Brasil” (1938); inauguração da “Igreja de São Sebastião” (1940), dentre outros, que faziam aflorar cada vez mais o apogeu de Parnaíba na economia da região.

Naquela época, Parnaíba apresentava-se como um pólo de comércio e indústria muito próspero no estado do Piauí. Prova disso foi a instalação, na referida cidade, em fevereiro de 1917, da vigésima terceira agência do “Banco do Brasil”, à frente, até mesmo, de algumas capitais.

A “Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral”, assim denominada inicialmente, tinha como foco principal, além da formação de guarda-livros, instruir profissionais que atendessem às necessidades de mão de obra no comércio, ou seja, funcionários com aptidões baseadas em estudos específicos na qualificação profissional para a atividade a ser desempenhada em estabelecimentos comerciais, procurando atender ao mercado de trabalho da época, como auxiliar de escritório, secretários e outros.

A mencionada instituição estabeleceu um desconto de 50% nas mensalidades escolares dos alunos da escola que trabalhavam no comércio. Outro ponto a ser ressaltado é que os parentes dos sócios fundadores também tinham desconto de 50%. Os alunos que obtinham o primeiro lugar, seja nos três anos iniciais, ensino propedêutico ou no curso de guarda-livros, com duração de dois anos, recebiam, no ano seguinte, bolsa integral.

A “Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral” detinha um respaldo diante da sociedade parnaibana quanto à formação de profissionais para a atividade comercial, o que levava seus alunos a terem posição de destaque na seleção de novos funcionários para empresas na região norte do Piauí. Grande parte dos jovens do período, que não migravam para os grandes centros, acabava ingressando nesta instituição escolar, em virtude do progresso comercial que a cidade experimentava no período, principalmente a partir da década de 1930. Passou-se a possibilitar, juntamente com outras escolas de respaldo na cidade, a formação de uma elite intelectual, participante da vida da cidade, despertando interesse principalmente nas mulheres, que passaram a ter maior frequência nessa escola de ensino comercial.

A escola deixou marcas na sociedade parnaibana, acompanhou grandes ciclos, irradiou seu nome com estudantes que se tornaram importantes no cenário nacional, que exerceram, por exemplo, cargos de Ministro de Estado, Procurador da Justiça Federal, Deputado Federal, escritores, dentre tantos, mas não resistiu à inadimplência escolar que a levou a fechar as portas no ano de 2006.

Mesmo com o seu fechamento, a “Escola União Caixeiral” mantém a tradição de valorização dos bens culturais e continua a atrair grande número de pessoas que mantiveram forte identificação com a instituição. Uma imagem de áureos tempos permanece ainda na mente de boa parte da população local, que revisita o prédio, se emociona em seus corredores, sobe suas escadarias e constitui memórias ao observar os clássicos quadros que estampam os rostos dos formandos de cada turma, hoje parte do acervo do “Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba”.

Com o encerramento das atividades educacionais da “Escola União Caixeiral”, não só o acervo da cultura material foi disperso, mas também a própria instituição, como lugar de memória, sofre a eminência de perda de suas formações identitárias, provocando os seguintes questionamentos: de que maneira foi construída a memória das práticas educativas e da produção da cultura escolar na “União Caixeiral”? Quais foram os sujeitos que participaram do processo educativo na “Escola União Caixeiral”? De que forma esses sujeitos constituíram-se com subjetividade e interagiram por meio das práticas educativas?

A “Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral”, pela sua longa trajetória de atividade educacional, constitui-se hoje, num lugar-memória a ser explorado por pesquisadores para a compreensão de questões que vão desde a inserção da escola no contexto educacional da cidade até a relação da iniciativa privada parnaibana, representada pela elite comercial no desenvolvimento do estado. Considerando como princípio a relação que uma parte dos cidadãos parnaibanos tem com a “União Caixeiral”, é que nos propusemos a pesquisar este objeto.

O objeto de pesquisa, portanto, é a história e a memória da escola que foi iniciada pela ação dos caixeiros e comerciários e contribuiu de formas diversas para educação da região norte do estado do Piauí e de outros estados da Federação. As histórias e memórias foram continuamente se rearticulando e fortalecendo as ambiências da cultura escolar, que, dinamicamente, faz parte da própria história da cidade, além de lançar seus reflexos para diferentes estados do Brasil e do mundo.

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo construir uma história e memória da “União Caixeiral”, buscando compreender a sua relação com a sociedade e a cultura na cidade de Parnaíba.

A pesquisa se filia à Nova História Cultural como possibilidade para utilização de novas linguagens na história, operacionalização de novas metodologias, contemplando novos objetos e recebendo contribuição de diversos teóricos da História, da Educação e de outras áreas das ciências humanas de forma interdisciplinar. A História Cultural, na atualidade, procura iluminar caminhos e explicar alguns objetos, desprestigiados pela historiografia tradicional. Segundo Peter Burke, na História Cultural, “o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” (BURKE, 1992, p. 11).

É importante salientar que a História Cultural, segundo Sandra Jatahy Pesavento, surge “quando então se insinuou a hoje tão comentada crise dos paradigmas explicativos da realidade, ocasionando rupturas epistemológicas profundas que puseram em xeque marcos conceituais dominantes na História” (PESAVENTO, 2004, p. 8).

Na teorização da História da Educação, necessário também se faz compreender sua inserção no âmbito da cultura, pois:

A Cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2004, p. 15).

Todos estes autores, cada qual tomando seu objeto como produções culturais e não como objetos naturais, são importantes referências para esta pesquisa, na medida em que ela se busca investigar de que maneira a “União Caixeiral” foi tendo sua significação na sua relação com a sociedade parnaibana. No entanto, para além dos autores referidos, outros serão importantes no decurso da realização da pesquisa.

No concernente à memória de escola, a principal referência teórica brasileira é Cecília Cortez. Segundo ela, “a escola é um lugar de memória [...] as construções escolares são recados que as gerações passadas deixaram às presentes, em forma de monumentos, para não serem esquecidos” (CORTEZ, 2004, p. 7).

A memória é instrumento de primordial importância para a constituição da pesquisa, na reconstituição e valorização dos professores e alunos que participaram do cotidiano escolar da “União Caixeiral”, de sua construção e manutenção como instituição de ensino na cidade de Parnaíba, pois, de acordo com Burke, “a reminiscência pessoal pode proporcionar uma atualidade e uma riqueza de detalhes que, de outra maneira, não podem ser encontradas” (BURKE, 1992, p. 469).

A memória, segundo Jacques Le Goff, “é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p. 469).

Na produção da pesquisa que enfoca a memória coletiva da “Escola União Caixeiral”, faz-se necessário ressaltar a importância do papel que a memória coletiva desempenha, procurando entender como se dá a relação desta instituição de ensino com a sociedade parnaibana, pois, segundo Ítalo Calvino (1990, p. 14), “a cidade é feita entre as relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado”. Daí a percepção de que “a arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e transforma em experiência dos que o escutam” (BOSI, 2004, p. 85).

A memória como evocação do passado nos termos do presente é a matéria prima da História Oral e, na tentativa de conceituá-la, Delgado (2006) nos chama atenção para uma distinção e não uma oposição entre História e Memória. Embora ambas estejam preocupadas com a preservação do que se passou, a memória se liga mais a imaginação, ao vivido, enquanto a História procura refletir sobre essas vivências. Todavia, esta distinção é muito tênue, pois a memória também traz consigo reflexões e, do mesmo modo, a História está ligada ao vivido. O que estabelece as fronteiras, na verdade, são os procedimentos e regras padronizados pelos historiadores no fazer da História, que a memória, em seu processar, não

possui. A memória contém vestígios do passado sobre os quais a História procura construir um conhecimento.

O estudo da instituição escolar ganha notoriedade na atualidade, principalmente com a observação de três grandes categorias, e a “União Caixeiral” preenche estes requisitos: apropriação do modo como ela é compreendida, vista e identificada pelos outros; materialidade como espaço escolar (arquitetura), passando pela compreensão, verificando-se o modo como o prédio modifica a paisagem, como foi pensado, disciplinando os seus usos; representação, por meio da qual se fala da instituição através de seus arquivos, memória, o modo como ela se faz, diz de si. Como afirma Magalhães (2004, p. 119):

Na sua acepção mais ampla, a história da escola procura corresponder à relação entre: culturas gerais e locais, sua simbolização, instrucionalização, normatização, transmissão; quadros, normas e atitudes nos planos social, grupal, individual, institucional, organizacional; ação/práticas didático-pedagógicas, representação, apropriação.

Para melhor compreender a história da “União Caixeiral”, é necessário um aprofundamento em suas fontes, principalmente na primeira metade do século XX, época em que a cidade vivenciou esses anos de forma intensa e progressista, momento que constrói as bases de sua contemporaneidade, erguendo suas principais instituições, vivendo seu apogeu econômico, a formação de sua elite intelectual e sua autonomia política, considerando-se que o progresso parecia ser uma verdade inquestionável e que nada poderia deter a onda de otimismo e desenvolvimento, demonstrando-se que a escola exerceu seu papel fundamental na formação de mão de obra especializada para o comércio através da formação de guarda-livros.

Considerando, ainda, a existência de uma pesquisa já realizada sobre a “União Caixeiral”, de Valdinar da Silva Oliveira Filho (2004), Mestre em Educação da Universidade Federal do Piauí, “O ensino comercial e a formação do guarda-livros: de porta-vozes da riqueza do Piauí a guardadores da memória de Parnaíba (1900-1960)”, que integra a arte, o conhecimento, privilegiando, no entanto, em grande medida, os aspectos de cunho econômico. Entretanto, nosso foco será direcionado às produções culturais, memória de formação, e às experiências sociais dos homens e mulheres que construíram a história e a memória da escola.

Dentre as fontes utilizadas no trabalho, encontra-se de grande importância a documental, constituída de documentos oficiais, tais como atas, livros escolares, cadernetas,

quadros de formatura, fotografias, artigos e mensagens, escrita e divulgada pela imprensa ou órgãos estatais, além da metodologia da História Oral, tendo sido realizadas oito entrevistas com ex-professores, ex-alunos e representantes da sociedade de Parnaíba do período descrito na presente pesquisa.

Para entender a relação da “União Caixeiral” com a sociedade parnaibana, fez-se necessária a análise de documentos oficiais, como forma de entender os discursos referentes à atividade econômica que vivenciava a cidade e à formação profissional capacitada para o comércio. Outras fontes analisadas foram os jornais (“A praça”, “O Comércio” e “A Imprensa”, de Parnaíba) e o periódico “Almanaque da Parnaíba”, correspondente ao recorte histórico da pesquisa entre os anos de 1918 a 1950, mais precisamente nas publicações correspondentes à primeira (1924-1941, 18 edições) e à segunda (1942-1981, 40 edições) fases.

As atas da “Sociedade Civil União Caixeiral” (1925-1933) também são fontes de grande relevância para a compreensão das relações de seus sócios fundadores com o comércio e a sociedade local, além de relacionamento com suas co-irmãs sociedades de ajuda mútua de outros estados do Brasil.

Outras fontes analisadas originam-se de arquivos particulares de alguns ex-professores e ex-alunos, que possibilitaram a compreensão da cultura escolar, referente à “Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral” e sua relação com a cidade de Parnaíba.

As cadernetas, os livros escolares, os diários, utilizados pela escola, nos possibilitam uma análise do cotidiano da escola, além das fotografias que retratam a história da Instituição de Ensino Comercial. Os quadros de formaturas constituem-se, também, em fonte de pesquisa importante para o estudo da composição do corpo discente da escola.

A História Oral também passa a ser uma fonte de compreensão dos fatos, considerando-se os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais de Parnaíba no período descrito no trabalho, sendo que sua metodologia possibilita oferecer as possibilidades de investigação dos sujeitos através da narração de suas memórias, que se sentem parte do objeto estudado.

Para Pollak (1989), “a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominada, se opõe a ‘memória oficial’”.

A História Oral, que lida, constantemente, com os discursos e as histórias de vida, de diversas categorias, além de valorizar seus relatos gravados e transcritos, também possibilita uma aproximação do pesquisador com seus entrevistados, podendo criar vínculos afetivos,

desenvolver novos saberes, construir juntos a experiência da produção do conhecimento, na qual atores sociais se inventam e se constituem numa prática reflexiológica e dialógica.

O avanço da História Oral encaixa-se no âmbito das transformações da historiografia, que passou a considerar as experiências particulares, deslocando a análise do geral para o específico, enfatizando com isso trajetórias de vida e projetos individuais. O relato pessoal passou a ser visto como fonte capaz de fornecer importantes dados sobre experiências coletivas.

Na presente pesquisa, trabalha-se com a técnica da entrevista de vida, procurando analisar as contribuições da instituição da formação profissional e pessoal dos depoentes. As entrevistas foram gravadas em gravador digital e transcritas com a finalidade de ampliar a capacidade de rememoração dos depoimentos dos sujeitos integrantes da trama histórica, possibilitando assim, uma maior compreensão dos documentos.

As fontes utilizadas nesta pesquisa sobre a história e memória da “União Caixeiral” possibilitam não uma hierarquização de fontes, mas uma prática de complementaridade, colaboração e ampliação do conhecimento histórico.

Ressaltamos que a historiografia sobre as instituições escolares na cidade de Parnaíba ainda carecem de um maior aprofundamento, porém a cidade possibilita fontes históricas a serem examinadas, baseadas em indícios e fatos de um período ainda pouco pesquisado da história da educação parnaibana.

A partir do levantamento bibliográfico, que marca a primeira etapa da pesquisa, portanto com maior “domínio” sobre o objeto, efetuamos a seleção, classificação e análise dos documentos oficiais, as fotografias, livros contábeis, cadernetas de notas e demais objetos de memória que constituirão os indícios que foram transformados em fontes históricas.

Em seguida, buscamos, em arquivos públicos da cidade e do estado, em bibliotecas de particulares e, em especial, na “União Caixeiral”, de acordo com a natureza das fontes que se fizeram necessárias, documentação primária pertinente ao objeto em estudo. Também submetemos esta documentação primária ao processo de seleção, classificação e análise.

Posteriormente, com o embasamento que as fontes escritas ofereceram, elaboramos questionários utilizados nas entrevistas, que tiveram como depoentes pessoas que se relacionaram com o objeto de estudo. Nesta etapa, procuramos, por meio da memória individual e sua relação com memória coletiva, compreender de que forma a “Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral” contribuiu para a constituição das subjetividades dos sujeitos que se envolveram com a instituição enquanto alunos, professores ou funcionários.

Fez-se necessário, quando das entrevistas, um ambiente propício, harmonioso, de confiança e interação entre o pesquisador e o entrevistado.

Realizado o cruzamento das fontes, a escrita da dissertação apresenta-se em três capítulos, antecedido por uma introdução e seguido das considerações finais.

No primeiro capítulo, **A emergência da “Sociedade Civil União Caixeiral” em Parnaíba e sua relação com a cidade**, enfocamos uma apresentação histórica, demonstrando como se efetivaram a consolidação da educação técnica em Parnaíba e a fundação da “Sociedade Civil União Caixeiral”, enfatizando os aspectos econômicos e sociais, respondendo às seguintes questões: Quais mudanças na cidade caracterizaram as décadas da primeira metade do século XX? Que setores, no plano econômico, mais se desenvolveram no período? Como se articulou e o que levou um grupo de comerciantes a fundar a “Sociedade Civil União Caixeiral”? Qual o papel deles na cidade e suas relações com o poder? De que forma se viabilizaram a compra e construção do prédio? Quais as fontes de financiamento?

No segundo capítulo, **A Educação Técnica em Parnaíba: “União Caixeiral” e o Ensino Profissionalizante**, tendo uma proposta de diálogo com as fontes escritas e os depoimentos coletados para construir uma história baseada na formação educacional de cunho técnico/comercial, respondendo às seguintes questões: Quem eram os estudantes da “União Caixeiral”? De que grupos sociais eram advindos? Como era desenvolvido o ensino profissionalizante na formação do Guarda-livros e, posteriormente, do Técnico em Contabilidade? Como a escola respondia ao desenvolvimento econômico da cidade? Como os egressos da escola se fixavam no mercado de trabalho?

No terceiro capítulo, **“União Caixeiral” como lugar de memória: espaço institucional, identidade coletiva, cultura profissional e práticas escolares**, enfoca-se o dia a dia da escola enquanto construção de uma cultura escolar no espaço da instituição educacional através das vivências de seus sujeitos. Como se realizava a organização da escola? Que modalidades de ensino se ofereciam? Como se organizavam a direção e a admissão de seus professores? Quais os recursos didáticos, proposta didática, currículos e como eram as festas escolares?

2. A EMERGÊNCIA DA “SOCIEDADE CIVIL UNIÃO CAIXEIRAL” EM PARNAÍBA E SUA RELAÇÃO COM A CIDADE

Na primeira metade do século XX, Parnaíba passou por uma transformação em seus espaços de educação, lazer e socialização, iniciando um processo de modernização, pois a cidade ganhou seus primeiros prédios escolares, rádio, cassino, cinema, praças, linha de ferro, dando-lhe uma característica cosmopolita. Essa modernização de Parnaíba nas primeiras décadas do século passado adveio da riqueza do comércio, emoldurado por vapores e apitos de trens que circulavam em Parnaíba ligando-a a outros lugares.

O presente capítulo tem como objetivo analisar as mudanças que ocorreram em Parnaíba nas primeiras décadas do século XX, principalmente no plano econômico, compreendendo a necessidade por parte de comerciantes de criarem uma sociedade civil que congregasse e organizasse a classe. Pretende-se, ainda, entender como se articulavam e o seu papel na cidade, além da relação da “Sociedade Civil União Caixeiral” com Parnaíba e regiões vizinhas.

O Piauí, a partir da segunda metade do século XIX até meados do século XX, desenvolveu um ciclo de extração de recursos vegetais nativos, atingindo seu apogeu e importância para a economia do Estado. Tinha como principais produtos: a carnaúba, de onde se extraíam cera e fibra; o babaçu e o tucum como frutos oleaginosos, alimentos riquíssimos em nutrientes, conhecidos como “gorduras boas”, essenciais para o bom funcionamento do organismo, dentre outros. Parnaíba participou ativamente deste ciclo e, a partir das décadas de 30 e 40, em especial, consolidou-se como principal representante do Estado no que se refere à extração destes produtos e sua exportação, ocasionando um fluxo de atividades comerciais que levou à fundação de várias empresas na cidade, proporcionando aumento de empregos nas mais diversas áreas do comércio.

Como diz José Nelson Pires de Carvalho (2009):

Esta cidade nesse período na década de 30 e 40, atravessou um de seus períodos áureos, na minha vivência de 84 anos todos dedicados ao meu Estado e esta cidade e num estudo que fiz e que divulgo sob título de macroeconomia parnaibana realçando dois ciclos econômico e o terceiro que está no início, este período que estamos a falar 30, 40, representaram o período áureo do segundo ciclo econômico, a época da carnaúba, do óleo de babaçu, do óleo de tucum e da pluma de algodão. Parnaíba detinha naquela época uma posição privilegiada.

2.1 Virada do Século: Parnaíba na primeira metade do século XX



Fotografia 1: Praça da Graça – Parnaíba, década de 30
Fonte: acervo do IHGGP (Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba - PI)

Parnaíba destacou-se por ser um importante pólo de comércio do norte do Piauí, principalmente com o advento das transformações ocorridas na cidade no final do século XIX e início do século XX, impulsionada pela gama de inovações do período, relacionadas às novidades tecnológicas e à aquisição de novos hábitos e comportamentos por parte da população.

A população parnaibana considerava o comércio um elemento de suma importância para proporcionar o crescimento não só da cidade como centro urbano, mas da sociedade, sua forma de pensar, agir, prosperar, eclodindo numa transformação no campos econômico, político e social.

A idealização de um porto de escoamento da produção da cidade de Parnaíba alavancou uma campanha para a construção do “Porto de Amarração”, consolidando o momento econômico pelo qual passava Parnaíba no início do século XX.

O intenso comércio de produtos do extrativismo vegetal e animal, em especial a cera de carnaúba, que teve sua exploração em larga escala, reafirmou Parnaíba como relevante centro comercial não somente no Estado do Piauí como no Nordeste durante as primeiras décadas do século XX. Outro importante componente de desenvolvimento passou a ser reivindicado pela classe comercial no ano de 1911: o trem, que assim passava a possibilitar o deslocamento da produção, tão necessário para as recém-instaladas indústrias como refinarias,

curtumes, dentre outras. O controle do comércio na cidade era de responsabilidade dos inúmeros estabelecimentos comerciais de cunho exportador e importador, fazendo a distribuição das mercadorias desde o litoral até o interior do Piauí, desenvolvendo, assim, as mais diversas atividades comerciais. Segundo Mendes (2007):

O comércio de Parnaíba girava em torno de empresas que se firmaram ainda no período imperial como é o caso da Casa Inglesa: fundada em 1849, famosa pelo seu completo sortimento de fazendas, miudezas, ferragens e gêneros de estiva, importados de outros estados do País e das principais praças da Europa e América do Norte. A maior compradora e exportadora de cera de carnaúba de todo o Estado, que no ano de 1898 passa a ser administrada pela família Clark [...]



Fotografia 2: Casa Inglesa – Parnaíba

Fonte: acervo do IHGGP (Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba-PI)

A cidade, auxiliada por sua importante posição geográfica e mercantil, buscava o desenvolvimento, procurando uma organização funcional de seus espaços através de intervenções em seus traços urbanos, ruas, praças, casarões, acabando por transplantar moldes de cidade européia, esquecendo de manter coesa a relação de seus habitantes com a cidade planejada. Dentro deste contexto o comércio surgiu forte e como elemento propulsor de desenvolvimento, instalando-se várias casas de comércio e indústria que ampliaram a atividade comercial no norte do Piauí.

Segundo Felipe Mendes (2003, p. 119):

O Piauí, representado por Parnaíba, estava integrado ao comércio internacional e nacional como exportador de matérias-primas de origem no extrativismo vegetal, e

este setor passou a desempenhar o papel de destaque na economia piauiense até o final da década de 1940, quando o valor da produção agrícola superou o valor da produção extrativa. A partir do final da Segunda Guerra Mundial, o comércio exterior piauiense entrou em declínio e, com ele, toda a economia, processo que perdurou até a década de 1970.

Parnaíba se encontrava em seu segundo processo econômico, iniciado em 1860, que tinha como principais características o extrativismo vegetal, em especial a extração do babaçu, tucum e carnaúba, dentre outros. Esse período foi precedido por um momento de paralisação, logo após seu primeiro ciclo econômico marcado pela “Charqueada”, correspondente ao período de 1770-1827. O segundo ciclo econômico vai influenciar diretamente na criação de um educandário destinado à qualificação de pessoal para o comércio da cidade.

Várias empresas de cunho comercial e industrial consolidam-se como exportadoras de produtos no período do segundo ciclo econômico da cidade de Parnaíba entre as décadas de 30 e 40. No caso mais específico, a empresa Moraes S/A, que se destacou na produção da cera de carnaúba, conforme o depoimento de seu ex-funcionário Flávio Antônio Correia Caracas (2010):

O Moraes se tornou o maior produtor de cera do nordeste, exportava para todos os continentes, começamos com os Estados Unidos. Os Estados Unidos compravam cera preferencialmente a cera do interior, sabedoria deles, porque aí beneficiava e saía mais barato, a partir daí beneficiamos a cera e foram feitos vários tipos de cera.

No período, a cidade também foi contemplada com a instalação do “Banco do Brasil”, vigésima terceira agência do país (1917), e, antes disso, já havia representantes bancários: o “Veras”, que representava o Banco da Amazônia; o “Roland Jacob”, o qual representava o Banco do Brasil antes da instalação da agência; o Banco “Ultramarino Português”, que também tinha representação no comércio da cidade, além do “Banco da Parnaíba”.

Vários acontecimentos contribuíram para o desenvolvimento da cidade durante o período correspondente à primeira metade do século XX. Em 28 de abril de 1918, os comerciantes e empregados do comércio de Parnaíba fundaram a “Sociedade Civil União Caixeiral” e, em 23 de junho do mesmo ano, aprovaram o seu primeiro estatuto. No ano de 1920, passou a circular em Parnaíba o Jornal “O Trabalho”, além da Associação Comercial, no dia 30 de maio, fazer publicar o jornal “A Propaganda”, que, em seu exemplar do dia 31 de julho do mesmo ano, informou que o então presidente da “Associação Comercial de

Parnaíba”, Dr. Armando Madeira, proferia uma conferência na Associação Comercial de Teresina com o título “Como Tutóia nos prejudica”, objetivando pedir apoio dos comerciantes e políticos em defesa da construção do “Porto de Amarração”. O primeiro número do jornal “A Imprensa”, de propriedade de Antônio Meneses, editado por alguns rapazes do comércio de Parnaíba, passou a circular no ano de 1921, proporcionando espaço para a divulgação das diversas empresas comerciais em crescente desenvolvimento de suas atividades.

No dia 1º de janeiro de 1922, a “Associação Comercial de Parnaíba” lançou o primeiro número do “Jornal do Comércio”, sob a responsabilidade do Dr. Francisco de Moraes Correia, além de enviar ao Rio de Janeiro uma missão objetivando a viabilização do “Porto de Amarração”, sendo em 12 de agosto assinada pelo presidente Epiácio Pessoa a autorização da construção do mesmo, de acordo com o Decreto Presidencial nº 15.603/1922. No mesmo ano, é lançada a pedra fundamental para construção do prédio escolar da “União Caixeiral”. Registra-se, ainda, em Parnaíba nesse período, o funcionamento de 11 (onze) escolas particulares, sendo 5 (cinco) delas subvencionadas pelo Governo Federal.

Na cidade de Parnaíba, no dia 2 de agosto de 1923, foi fundado o “Almanaque da Parnaíba” por Benedito Santos Lima – o “Bembem”, tendo sua primeira edição no ano seguinte. A “Associação Comercial”, no mesmo ano, iniciou uma campanha para a construção de uma estrada carroçável ligando Viçosa-CE à localidade de Cocal-PI, com o intuito de escoamento de mercadoria na região.

Em 7 de junho de 1924, a Lei Estadual de nº 1.087 considerou a “Sociedade Civil União Caixeiral” de utilidade pública. O município de Parnaíba, no ano de 1927, intensificou a implantação de firmas exportadoras de produtos do Estado, contribuindo com o desenvolvimento do comércio na cidade.

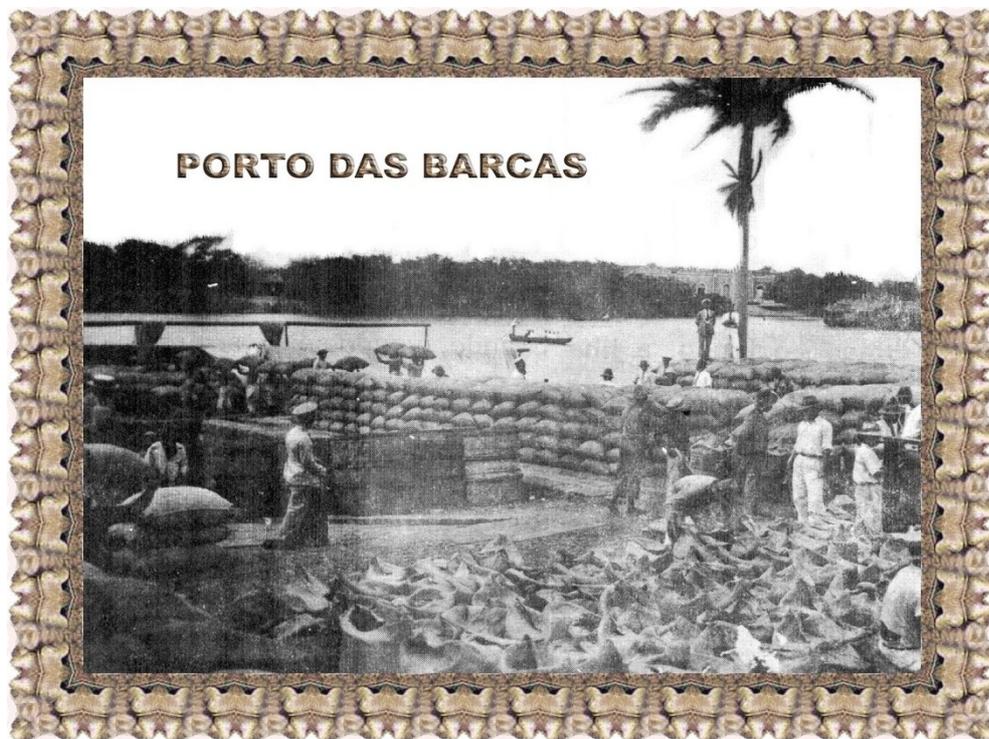
Em pleno desenvolvimento, a cidade de Parnaíba passou a contar, a partir de 1940, com a “Rádio Educadora de Parnaíba”, veículo de comunicação e entretenimento para a população, iniciando suas transmissões radiofônicas em 17 de abril do mesmo ano. O referido ano ficou marcado na cidade, principalmente em referência ao setor econômico, por conta da expedição da Carta Patente nº 2.359, do “Banco da Parnaíba S.A.”, passando, assim, a contar com mais uma agência bancária em prol do desenvolvimento da região.

A fundação de sindicatos com representatividade na cidade cresce a partir de 1941 e expande-se em 1942 com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário em Parnaíba; do Comércio Atacadista do Estado do Piauí; Associação Profissional dos Varejistas do Estado do Piauí e, em 1943, dos Empregados do Comércio; Associação Profissional dos Contabilistas do Estado do Piauí; Associação

Profissional dos Farmacêuticos do Estado do Piauí e Associação dos Representantes Comerciais do Estado do Piauí.

2.2 Navegação no Rio Parnaíba: caixeiros e comerciantes como ofícios impulsionadores do desenvolvimento econômico

O Porto das Barcas teve papel de salutar importância no crescimento das exportações na cidade de Parnaíba no início do século XX, proporcionando um fluxo de embarque e desembarque de produtos advindos do comércio e indústria da cidade.



Fotografia 3: Porto das Barcas em plena atividade comercial

Fonte: Acervo do IHGGP (Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba-PI)

Durante a primeira metade do século XX, a cidade de Parnaíba passou por um crescimento de empresas que impulsionaram o trabalho de extrativismo animal e vegetal. Os profissionais do comércio e caixeiros, figuras de fundamental importância para o desenvolvimento dos negócios, tornaram-se ofícios integradores da região e impulsionadores do desenvolvimento econômico.

Ressaltando a importância do caixeiro, Martinho e Gorenstein (1993, p. 38) definem: “Os caixeiros eram peças extremamente importantes na engrenagem de funcionamento das

lojas e dos negócios. Realizam os pagamentos e cobranças, cuidando ainda de toda a escrituração dos negócios dos patrões”.

Nesse período da navegação no Rio Parnaíba, o caixeiro viajante era o profissional responsável pelas negociações no curso do rio, seja nas comunidades ribeirinhas, seja adentrando mais ao interior, onde, muitas vezes, através da troca de mercadorias como moeda de comércio, fechavam as transações e as comunicavam à cidade de Parnaíba, naquele período conhecida como o “Grande Armazém do Piauí”.

A ligação de todo esse território efetivava-se por meio do Rio Parnaíba. No entanto, só era abastecido o lado oeste do Estado, mais especificamente as cidades ribeirinhas do Maranhão e do Piauí. A Amarração via Igarapu, ou Tutóia via igarapés do Delta, eram as portas de entrada de Parnaíba para as demais localidades do Brasil e o resto do mundo, objetivando o escoamento de produtos. Neste contexto, surgia a importância do caixeiro viajante, que tinha a função de sair oferecendo mercadorias industrializadas pelas diversas cidades ao longo do curso do Rio Parnaíba, no Piauí e Maranhão, adentrando um pouco nelas em algumas regiões, para leste, fechando negócios na compra de produtos de extrativismo vegetal e animal. Onde havia agência de telégrafo, o caixeiro, após o fechamento da venda do produto com o cliente, transmitia o pedido com todos os dados do produto negociado e, ao receber, a empresa já se encarregava de disponibilizar a carga no navio. O caixeiro viajante levava sua maleta e dormia em pensões, sempre procurando agilizar a atividade comercial.

Quando de carga excedente, as empresas utilizavam pranchão rebocado e, quando o vapor era potente, além da carga natural de passageiros, usavam duas alvarengas, tipo de embarcação, subindo o rio em direção à Teresina, Floriano e chegando até Santa Filomena.

A utilização do telégrafo nas negociações tornava-se imprescindível, pois, através do mesmo, o caixeiro fechava os negócios e fazia os contatos para que as empresas responsáveis pelos produtos providenciassem as cargas necessárias ao abastecimento dos clientes ao longo do rio. Vários produtos tinham a preferência das diversas comunidades visitadas como: filtros, perfumes, pentes, sabonetes e outros. As matérias primas para a fabricação de alguns produtos encontravam-se ao longo do rio servindo de moeda de troca, como a carnaúba, bucho de peixe, pena de ema, óleo de pequi e outras mais que supriam o processo de fabricação das empresas em Parnaíba.

As exportações para o resto do Brasil e exterior tinham um processo diferenciado, já que o “Porto da Amarração” somente era utilizado nos períodos de inverno, devido aos ventos fortes, pois, quando se tirava a carga do navio, o mesmo ficava leve, correndo o risco de virar e é por isso que o Porto de Amarração é um porto abrigado, cercado de pedras. No período de

verão, ficava sendo utilizado somente o Porto de Tutóia, o que prejudicava as rendas do Piauí, uma vez que a nossa alfândega só carimbava o que saía do “Porto de Amarração”.

Para o comércio, de certo modo, era prejudicial, pois, no período de verão, tinha que se pagar impostos em Tutóia e Parnaíba, além do pagamento de estivas marítima no Maranhão, e de terra e fluvial em Parnaíba. Deste modo, era muito sobretaxado o Piauí por não possuir um porto, daí ser o mesmo uma grande aspiração para o comércio piauiense durante um século.

A conquista do rio ocorreu de forma lenta, de Parnaíba à Teresina era franco, sem empecilho de navegação, mas, após a capital, havia corredeiras, pedras, até chegar ao ponto máximo do rio em Santa Filomena, ao sul do Estado, tendo um período de navegação que finalizou no final dos anos de 1960.

O Rio Parnaíba ficou conhecido como “a grande estrada do ouro”, pois tornou-se lucrativo e de fundamental importância no escoamento e entrada de produtos e matérias primas no processo de desenvolvimento econômico do período. Com a chegada do trem, que iniciou o percurso do seu primeiro trecho em 16 de setembro de 1916, ligando o “Portinho” à comunidade “Cacimbão” e, posteriormente, em 1923, já atingindo a cidade de Piracuruca, passou-se a utilizar outra via de comércio paralela ao do rio, atingindo novas comunidades e desenvolvimento na busca incessante de progresso econômico para a região. Mostrava-se sempre presente a figura do caixeiro viajante, integrando as cidades conjuntamente com os profissionais do comércio, responsáveis pelo envio da carga, numa parceria em prol do aumento de negócios ao longo do Rio Parnaíba e dos trilhos.

O trem veio abastecer o lado leste do Estado do Piauí através da estrada de ferro ligando Parnaíba a Teresina nos anos 40, sendo feita de maneira lenta, pois o primeiro trecho somente foi inaugurado na segunda década do século XX. O trem permitiu que os caixeiros viajantes abastecessem o leste e, desta forma, não prejudicou Parnaíba como empório comercial, somente aumentando as relações comerciais, sendo que seus trilhos adentravam até o “Porto das Barcas”, onde deixava e recebia mercadorias.

A “Associação Comercial de Parnaíba” financiou a estrada “Carroçal”, que ligava Cocal à Viçosa, no Estado do Ceará, porque ligando Viçosa e Ibiapaba a Cocal, conseqüentemente, se estaria ligado à Parnaíba através do trem, mostrando, deste modo, a preocupação de Parnaíba em abastecer o lado leste do Estado. Somente quando o trem chegou à Teresina e a mesma já tinha uma interligação ferroviária com Fortaleza e São Luís, de certa forma se libertando do comércio de Parnaíba, podendo comprar mercadorias diretamente do “Porto do Mucuripe” e do Porto de São Luís. Os comerciantes de Santa Filomena, Uruçuí,

Florianópolis, que se abasteciam também de Parnaíba, passaram a se abastecerem no comércio em Teresina. Parnaíba passou, então, a ficar com seus contatos apenas na parte norte, considerada como a menor.

Essa configuração relatada é para que se compreenda a importância que havia e o número de comerciantes e de caixeiros, pois grande parte dos produtos que chegavam ao interior do Piauí passava por Parnaíba.

Com todo o alvorecer do século XX, com um olhar ainda que rasteiro voltado para o processo educacional e seu processo de crescimento econômico pela efervescente atividade comercial, permitiu-se à cidade de Parnaíba pensar, através de um grupo de comerciantes e empregados do comércio, sobre o ideal de criar, em 1918, uma Sociedade Civil intitulada “União Caixeiral”.

Segundo Silva (1987, p. 166):

[...] funciona em Parnaíba, a “Sociedade Civil União Caixeiral”, fundada por um pugilo de homens cheios de ideal, de fé e altruísmo e com grandes objetivos, como seu nome expressa, a finalidade precípua era unir, congregar e amparar a então classe de caixeiros dando instrução adaptável para fins comerciais! [...] uma escola! O ideal pujante se concretizou; e aí está a grande colméia de intenso trabalho e realizações.

As empresas que moviam as ações comerciais em Parnaíba foram de suma importância para o surgimento da “União Caixeiral”, pois seus integrantes e idealizadores aspiravam a uma qualificação embasada num conhecimento formal, além de oferecer o ensino de primeiras letras para os filhos de comerciantes, que, posteriormente, sairiam da escola aptos para os ofícios do comércio. O Ensino ministrado na escola baseado no aperfeiçoamento e capacitação objetivava capacitar profissionais para atuarem nas diversas atividades de exportação de gêneros de produção do Estado para o sul do país e exterior, além do abastecimento das comunidades ribeirinhas.

Diz Laura de Andrade Correia (2009).

A Juventude Parnaibana era toda ou grande parte conduzida para empresas comerciais e industriais da cidade, perfil dos estudantes era de formação para o

trabalho nas empresas que aqui cresciam, as quais naquela época se costumavam destacar, eram elas: Casa Inglesa, Casa Marck Jacob, Moraes S/A e Pedro Machado, eram as empresas maiores da cidade e até do próprio estado.

O perfil de empregados do comércio, conforme se constata no relato acima, é típico do período de 1930 e 1940, ressaltando a importância de uma mão de obra qualificada no ensino comercial, possibilitando o ingresso dessa juventude nas empresas da cidade de Parnaíba.

2.3 Panorama educacional: Parnaíba na primeira metade do século XX

Com relação ao panorama educacional na cidade de Parnaíba, mais precisamente a partir de 1918, quando da fundação da “Sociedade Civil União Caixeiral”, não existia na cidade nenhum prédio escolar público, sendo que, somente depois, em 11 de julho de 1927, é construído o “Ginásio Parnaibano”, subvencionado pela prefeitura e pelo Estado.



Fotografia 4: Prédio do Ginásio Parnaibano

Fonte: acervo do IHGGP (Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba-PI)

No ano de 1928, o município de Parnaíba contava com sete escolas particulares: “Instituto José Narciso”; “Instituto Nair Pinheiro”; “Colégio Nossa Senhora de Lourdes”; “Academia de Comércio”; “Escola Maçônica 15 de novembro”; “Colégio São Vicente de

Paula” e “Colégio Nossa Senhora das Graças”. No mesmo ano, as escolas públicas do Bairro Tucuns, em Parnaíba, são reunidas e transformadas no “Grupo Escolar José Narciso”, o qual, somente em 1936, passou a contar com prédio próprio.

Na década de 30, a “Sociedade Civil União Caixeiral” intensificou suas atividades educacionais e, com a finalização de sua sede própria, passou a contar com o curso propedêutico e o de Guarda-livros.

Durante a década de 30, outros fatos tiveram relevância no processo educacional da cidade e na sua necessidade de formação profissionalizante para atuar em seu mercado de trabalho.

Como informativo educacional, os alunos do “Ginásio Parnaibano” lançaram, em 1934, o jornal “O Ateneu”, e o Colégio Nossa Senhora das Graças implantou o Curso Comercial com formação de Guarda-livros exclusivo para mulheres, pois ainda não contava com salas mistas, tendo posteriormente, passado a ministrar também o curso normal a partir de 1937.



Fotografia 5: Prédio do Colégio Nossa Senhora das Graças
Fonte: Arquivo do IHGGP (Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba-PI)

Exclusivo ao público feminino, o “Colégio Nossa Senhora das Graças” passou a ser referência para as empresas comerciais na cidade, que o procuravam com o intuito de selecionarem suas alunas para as funções de secretárias e de guarda-livros. As alunas de

melhor desempenho escolar eram contratadas por essas empresas, onde iniciavam suas atividades no comércio local.

Na década de 1940, surge outro estabelecimento de ensino de suma importância na formação educacional na cidade de Parnaíba, o “Ginásio São Luiz Gonzaga”, vindo posteriormente a funcionar com sistema de internato, sendo que, em 1943, é transformado em Sociedade Anônima, atendendo grande número de alunos advindos de outros municípios e dos Estados vizinhos do Ceará e Maranhão, além dos residentes e domiciliados na cidade de Parnaíba.

No Bairro Tucuns, atual Bairro São José, também na década de 1940, foi fundado o “Ciclo Proletário São José”, que, posteriormente, criou a “Escola Comercial de Parnaíba”, funcionando como ginásio, com foco de atendimento aos filhos da classe operária.

Nesse panorama educacional, a formação comercial passou a ter sua parcela de contribuição no desenvolvimento da cidade de Parnaíba, proporcionando uma relação direta entre os alunos formados por essas escolas e as empresas de comércio e indústrias em efervescência de crescimento em seus negócios até os anos de 1950.

2.4 União Caixeiral: Sociedade Civil de auxílio mútuo



Fotografia 6: Prédio da Escola e “Sociedade Civil União Caixeiral”

Fonte: Acervo Particular de Gilberto Escórcio Duarte

Num primeiro momento é importante uma reflexão acerca das Associações mutualistas e seus propósitos de atuação entre seus associados. Segundo Ana Maria Bezerra do Nascimento (2008, p.57) “[...] no final do império que os trabalhadores brasileiros e

piauienses viram nascer um novo tipo de organização: as associações de socorros mútuos e beneficentes, criadas para exercerem função de proteção dos seus associados”.

Ressalta ainda, Ana Maria Bezerra Nascimento (2008, p.57).

Os historiadores do movimento operário brasileiro, como Carone (1984); Hardman & Leonardi (1991), Fausto (2000), consideram que essas iniciativas (centros, montepios e sociedades de resistências) tinham o objetivo de organizar os associados para o socorro mútuo em caso de doença, acidente, ajuda pecuniária nos anos de velhice, enterro do sócio ou parente e empréstimos. Cabia ao empregado, assalariado, operário a contribuição mensal.

Partindo do movimento operário e da criação de associações em outros setores da sociedade, é necessária uma compreensão do que levou um grupo de comerciante e empregados do comércio a fundarem uma Sociedade Civil e quais propósitos tinham em mente para se inserirem no cotidiano da cidade de Parnaíba na primeira metade do século XX.

Inicialmente a “Sociedade Civil União Caixeiral” nasceu com o propósito de prestar auxílio mútuo, composto de empregados do comércio nacional e estrangeiro com princípio de estabelecer união e harmonia entre os associados, além do engrandecimento moral e material da classe, amparando e protegendo qualquer dos seus membros quando doente, desempregado, ou injustamente perseguido, fornecendo ainda, uma diária de 2\$000,00 réis, ao sócio indigente, promovendo o funeral dos falecidos de acordo com a ocasião e o meio, de acordo como reza o Art. 1º do seu estatuto criado em 20 de maio de 1918 e aprovado em sessão ordinária da Assembléia Geral da Sociedade no dia 2 de junho de 1918. O art. 2º do mesmo estatuto dispõe que a “Sociedade Civil União Caixeiral” se manterá completamente alheia em assuntos de caráter político, religioso ou pessoal, objetivando agir de modo institucional, conforme reza o Estatuto da “Sociedade Civil União Caixeiral”.

A “Sociedade Civil União Caixeiral”, nos permite uma análise em sua forma de disposição de seus artigos nos estatutos aprovados em Assembléia pelos sócios, através da reflexão acerca do ranço autoritário que se percebe entre as linhas dispostas em seus estatutos, verificando uma transposição do modelo de empresa do espaço comercial para a Associação, sempre enfocando obrigações a serem cumpridas pelos sócios e sanções punitivas caso fossem descumpridas, chegando à desvinculação do sócio do seu quadro de associados. Dentro desse contexto é presente o modelo patrão e empregado dentro das regras acordadas nas normas que regem a Sociedade, ficando a “Sociedade Civil União Caixeiral” representando o patrão, através do estabelecimento de normas e seus associados como empregados, respeitando-as.

Considerada de utilidade pública pela Lei Estadual nº 1087 de 07 de julho de 1924, reorganizada em 28 de agosto de 1926 e registrada no Conselho Técnico de Orientação Sindical sob nº 98, em 04 de janeiro de 1945, como sociedade de auxílios mútuos, beneficente e instrutiva, tinha como um dos propósitos a congregação dos caixeiros e quaisquer outros auxiliares do comércio que por seu espírito de disciplina e solidariedade, a tornassem digna, forte, respeitada e progressista, concorrendo para instrução técnica profissional de seus associados e de elementos estranhos ao seu quadro social, mantendo para isso uma escola de comércio, amparando e protegendo quaisquer dos seus associados, quando doentes, desempregados e necessitados de seu auxílio, defendendo-os em Juízo, por intermédio de uma assistência judiciária.

Outra atividade prevista em seus estatutos a qual lhe qualificava como de ajuda mútua, era a promoção á vista dos cofres da sociedade os funerais de seus associados, dando assistência médica, pleiteando junto às autoridades constituídas a fiel observância das leis sociais, em defesa dos direitos de seus associados.

A “Sociedade Civil União Caixeiral”, ainda, envidava esforços para a cobrança dos associados quando se encontravam em situação de desemprego. No intuito de fomentar a produção de conhecimento dos associados, no processo de formação pessoal e intelectual, criou e ampliou a biblioteca, objetivando os seus sócios o acesso a livros.

A “Sociedade Civil União Caixeiral”, também trazia entre seus fins a criação quando possível de um “Banco Caixeiral”, além de ter como símbolo uma bandeira de cores verde e amarela, com as suas iniciais: UC.

A sociedade era composta de categorias de sócios de número ilimitado, sem distinção de nacionalidade, sexo e religião. Os primeiros sócios foram considerados Sócios Fundadores por colaboraram na fundação desta sociedade; os remidos eram representados pelos que adquiriram esse direito e efetivos os que de uma só vez contribuía para os cofres sociais, além desses, ainda figuravam os Honorários como categoria de sócio, como reza no art. 3º, § 3º do Estatuto da “Sociedade Civil União Caixeiral”, os quais concorriam moral e materialmente para o engrandecimento social sendo reconhecidos como tal pela maioria absoluta da diretoria ou assembléia geral, devido importantes serviços prestados à Sociedade e, bem assim, quaisquer pessoas que fizesse doação igual, em moeda, ou hajam prestado relevantes serviços à Sociedade, embora não fazendo parte do seu quadro social. Eram sócios correspondentes os que residindo fora da cidade de Parnaíba, trabalhavam sob qualquer forma, pelo progresso da Sociedade pugnando por sua propaganda e desenvolvimento, possuindo ainda, as mesmas regalias, tendo a ressalva tão somente no direito de votar e ser

votado e de receber diária de 2\$000 quando indigente até 120 dias e daí em diante de mil reis até que se restabelecesse ou morresse, ficando ainda, sem o direito de receber duzentos mil reis para caso de funeral; Os sócios Efetivos eram os que exercendo profissão no comércio ou outras profissões forem propostos e admitidos na forma estabelecida segundo o estatuto que rege a Sociedade e contando com a aceitação da maioria da diretoria.

Na categoria de Sócio Efetivo a “Sociedade Civil União Caixeiral” exigia alguns requisitos para admissão, dentre eles o de serem empregados do comércio, viajantes, praticistas, guarda-livros, contadores, gerentes de casas comerciais, interpretes do comércio, despachantes do Estado e da Alfândega, funcionários autárquicos, bancários e todos os que trabalhassem como empregados em estabelecimentos comerciais e industriais, inclusive os professores dos Estabelecimentos mantidos pela Sociedade.

Entende-se a forma da “Sociedade Civil União Caixeiral” de manter em seu quadro de associados ofícios diretamente envolvidos no processo de atividade do comércio, tendo o propósito de proporcionar a seus associados benefícios, que além de assegurarem direitos e obrigações, fortaleciam sua representatividade na cidade Parnaíba e regiões vizinhas.

Para se tornar sócio tinham que preencher alguns requisitos como ser maior de 14 anos, sabendo ler e escrever, tendo boa conduta perante a sociedade, não possuindo nenhuma moléstia contagiosa e nem muito menos vícios prejudiciais a sua saúde ou de outrem. Deveria pertencer aos quadros do comércio como empregado da lavoura, fábricas, empresas ou escritórios de agências ou companhias e como último critério de ingresso, ser indicado à diretoria ou assembléia geral, por sócio em pleno gozo dos seus direitos.

Na proposta de admissão devia constar também: nome, filiação, idade, naturalidade, estado civil, indicação do estabelecimento comercial e industrial onde trabalha, espécie de emprego, assinaturas do proposto e proponente, bem como o número e série da Carteira Profissional do primeiro. Somente incorreria em suspensão em casos de atrasos de três meses no pagamento de suas mensalidades a não ser por motivo de desemprego, devidamente comprovado, ainda, em casos de se conduzirem de forma desrespeitosa e de conduta reprovável diante da diretoria ou assembléia geral, procurando implantar a discórdia e o desrespeito no sei da Sociedade. Excedendo essas normas acabavam sendo eliminados da Sociedade, em atos como: reincidentes nos casos punidos com suspensão, ingresso na mesma com falsa prova, quando solicitarem sua exclusão ou quando estiverem sido condenados criminalmente por sentença transitada em julgado.

Todos os sócios tinham como compromisso honrar com total cumprimento do estatuto da “Sociedade Civil União Caixeiral”, pagando uma jóia de 10\$000 e uma

mensalidade de 2\$000, acatando e respeitando rigorosamente as decisões da diretoria e assembléia geral, se fazendo presente quando convocados.

Dentre os direitos dos sócios destaca-se aceitar e cumprir com dedicação e critério qualquer cargo ou comissão que foi eleito ou designado, assistindo as assembléias e tendo o poder de discussão sobre qualquer assunto de interesse social, contanto que o fizesse em linguagem comedida, requerendo ainda, junto à diretoria tudo que julgar a bem dos seus direitos ou da coletividade. Tinha ainda o direito de um diploma de sócio, com a denominação da classe e categoria a que pertencia pelo qual pagaria dois mil reis a título de emolumento. A diária de indigente e despesas com funerais reservados apenas à primeira classe de categoria, sócios fundadores e efetivos, somente eram pagas após 15 dias, quando reclamadas à diretoria pelo interessado ou seu procurador, devidamente legalizado de posse de atestado médico, e na falta deste, de três sócios em pleno gozo dos seus direitos.

A sociedade era dirigida pela assembléia geral e uma diretoria composta de cinco membros. Eleitos por um ano, sua eleição era feita por escrutínio secreto em assembléia geral, na qual o direito de voto era intransferível, só pessoalmente poderia ser exercido. Os novos eleitos eram empossados na mesma sessão e caso recusassem o cargo, o presidente indicaria outro para substituí-lo, no caso o suplente mais votado.

Notam-se mais uma vez a presença da transposição do modelo de empresa comercial nas formalidades inseridas na condução da diretoria em relação à “Sociedade Civil União Caixeiral”.

A diretoria que representava o poder executivo era composta de cinco membros maiores de vinte e um anos: presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários e procurador tesoureiro. A diretoria responsável em fazer cumprir as determinações da sociedade, reunindo-se uma vez por mês, funcionando apenas quando a maioria de seus membros se fazia presente, administrando rendas, bens, propriedades sociais, adquirindo os livros que fossem precisos para melhor execução de tarefas, não podendo prescindir de três: um para as atas das sessões, um para caixa do tesoureiro e outro para a matrícula dos sócios, o qual deveria constar além da data de aceitação, a idade, naturalidade, profissão, estado civil e residência, devendo ainda ter domicílio, em caso da necessidade de contato mais urgente entre a Sociedade e seus sócios. Representava, ainda a diretoria, a sociedade em tudo em que se fizer mister, procurando manter e ampliar relações com as suas congêneres do país e do exterior.

O presidente tinha como função dirigir e convocar extraordinariamente quando preciso a diretoria, presidir as sessões da assembléia geral, visar todas as ordens de pagamento e mais documentos da sociedade.

A assembléia geral era o poder soberano da sociedade que funcionava em quatro situações: Eleitorais convocada para eleger membros da diretoria, conselho fiscal e presidente de honra; Solenes quando na posse da diretoria ou em comemoração de datas festivas para a sociedade, da classe ou para promover recepções; Fúnebres quando realizavam homenagem a sócios falecidos ou grandes vultos da pátria; Extraordinárias, quando convocadas para elaborar leis extraordinárias ou resolverem casos omissos ao estatuto.

O patrimônio social foi constituído pela fonte de receita dos donativos e outras dos sócios honorários e correspondentes empregado na aquisição de um prédio para a sede social situado na Avenida Presidente Vargas, conhecida como “Rua Grande”.

De acordo com o art. 27 do estatuto da “Sociedade Civil União Caixeiral”, consta que ficou sob a responsabilidade da assembléia geral a autorização de fundar aulas, bibliotecas, gabinetes de leituras, e outros melhoramentos que julgasse conveniente, quando assim o permitissem os recursos sociais.

Fica evidente a preocupação da “Sociedade Civil União Caixeiral” com a formação de seus sócios e filhos através da educação, ao proporcionarem locais de fomento à aquisição de conhecimentos. Por outro lado, essa formação através do processo educacional, além da vontade é fruto de uma cláusula contratual estratégica dos sócios em seduzir o município para a lógica de uma escola, na procura de financiamento.

O estatuto de fundação da sociedade foi registrado dentro dos trâmites da Lei, publicado no jornal oficial do Estado e registrados e arquivados no cartório do primeiro Tabelião Público da cidade de Parnaíba, Sebastião Hermes de Seixas, se tornado único documento oficial que regia a então nascedoura “Sociedade Civil União Caixeiral”, datado oficialmente em cartório no dia 9 de outubro de 1918.

Em relação ao estatuto, percebiam-se constantes mudanças, ora revogando normas ou criando novas, principalmente no que diz respeito ao controle por parte da diretoria, trazendo uma discussão sobre os interesses que rondavam a Sociedade, o porquê das constantes alterações.

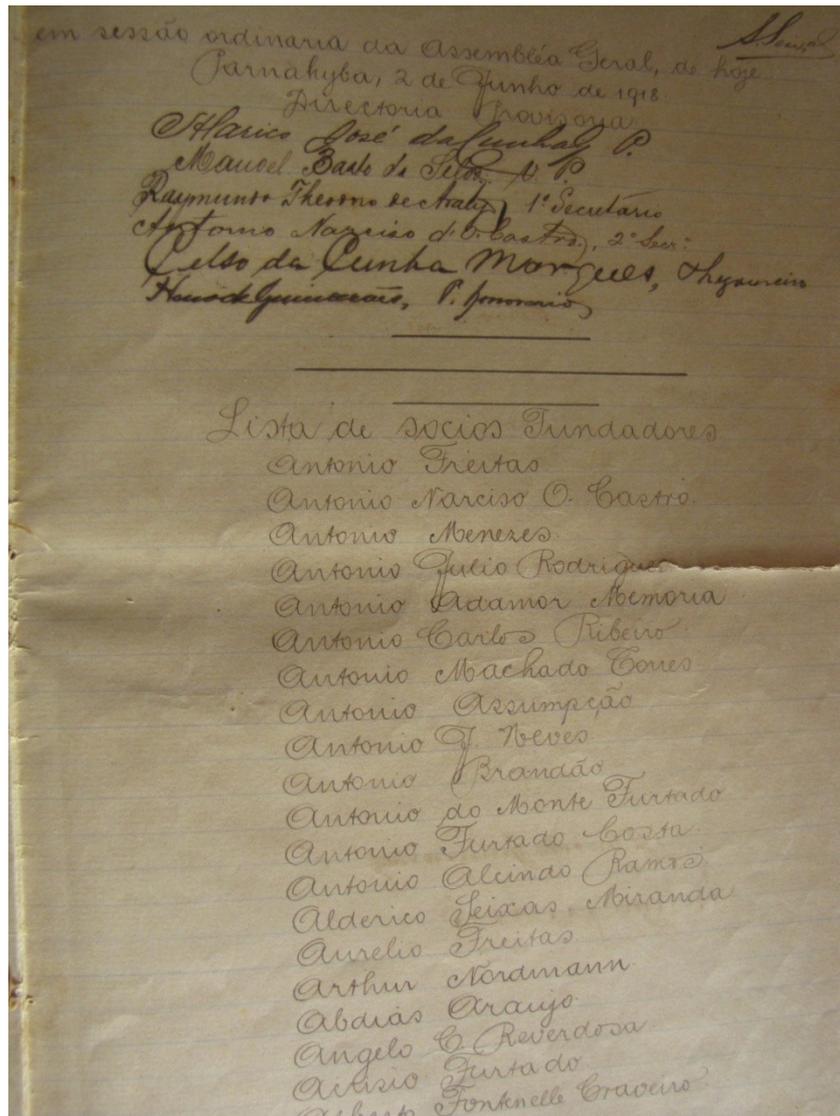
Analisando suas atas o interesse de alguns grupos formados no interior da Sociedade é evidente, principalmente no momento de sua atuação ativa na cidade de Parnaíba, nos anos de 1930 e 1940, onde suas reuniões tratavam quase sempre da composição de sua diretoria.

Sebastião Hermes de Seixas, Primeiro Tabelião Publico, Es-
 crição do crime, civil, orphaõs e mais annexos e Official-
 do registro geral das hypothecas, desta cidade e Comarca -
 da Parnaíba, Estado do Piahy, por nomeação legal, &.-

U s a n d o das attribuições que me são conferidas por lei,
 c e r t i f i c o que, - em meu cartorio revendo o livro de
 registro de titulos, documentos e outros, nelle de folhas -
 setenta e um verso e setenta e quatro, encontrei o registro
 do theor seguinte: - " *Summa do orden- Livro*
renta e sete. - Mes. Outubro. Dia
14 de Novembro. Mij. mil e cento e dezoito.
Registro do "Estatuto da Sociedade
"União Caixeiral." conforme re-
 querrimento de seu respectivo Presi-
 dente, Capitão Antonio de *M. S. S. S.*
 ta do, como abaixo se declara, e feito con-
 jorm as disposições do Código Civil
 Brasileiro, e "mais seis em vigor. - Es-
 tatuto da "União Caixeiral." Ca-
 pitulo primeiro. Artigo primeiro.
 Da sociedade e seus fins. Sob a
 denominação d' "União Caixeiral"
 fica fundada nesta Cidade de Par-
 nahyba, do Estado do Piahy, uma
 Sociedade de Auxilio Mutuo, com-
 posta de empregados do Comercio,
 nacionaes e estrangeiros, com os se-
 guintes e principais fins. - Estabe-
 ler uniao e harmonia entre os seus
 Membros, d'os seus associados, fazendo
 o possivel pelo engrandecimento mu-
 tual e Material do Classe. - *Propanas*

Fotografia 7: Registro em Cartório do Estatuto da "Sociedade Civil União Caixeiral"
 Fonte: Arquivo Particular de Gilberto Escórcio Duarte

A sociedade teve uma diretoria provisória, composta por: Alarico José da Cunha como presidente; Manoel Bastos com vice presidente; Raimundo Theodoro, primeiro secretário; Antônio Narciso, segundo secretário e Celso da Cunha Marques, tesoureiro.



Fotografia 8: Diretoria Provisória e Lista de Sócio-Fundadores – “Sociedade Civil União Caixeiral”

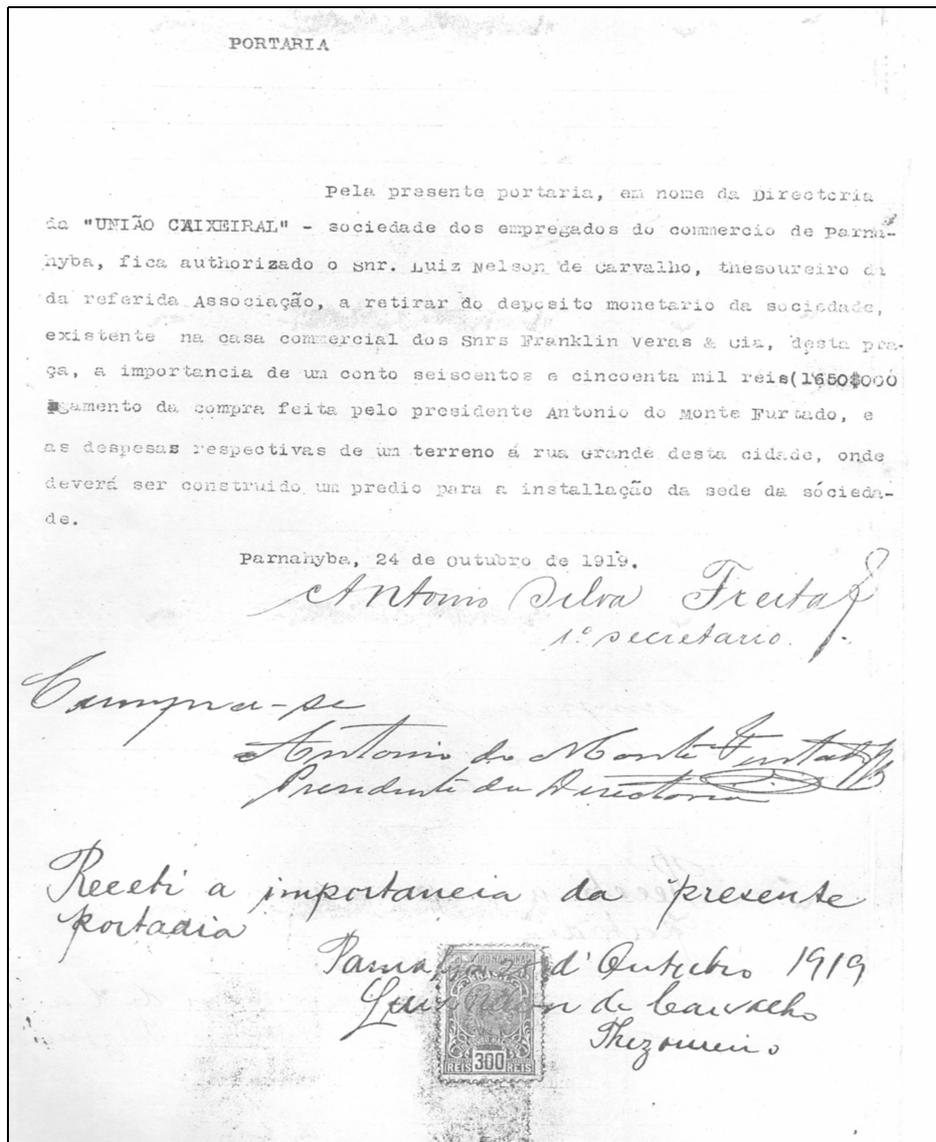
Fonte: Acervo Particular de Gilberto Escórcio Duarte

Dentre os sócios fundadores da sociedade civil “União Caixeiral”, podemos destacar: Antonio Freitas, Alderico Seixas Miranda, Benedicto dos Santos Lima, Felon Santana Castelo Branco, Pedro Machado de Moraes, Luis Nelson de Carvalho, Alarico José da Cunha, Casimiro Nogueira, Acrisio Furtado, dentre outros. O seu primeiro presidente foi Antonio do Monte Furtado, sendo sucedido na presidência da sociedade civil por Alarico José da Cunha e, posteriormente, Luis Nelson de Carvalho, Goldofredo Correia Lima e Gilberto Escórcio Duarte.

O Dr. Cel. Antonio do Monte Furtado, quando presidente da “Sociedade Civil União Caixeiral”, abrigou a “Sociedade Civil União Caixeiral” em sua residência na Rua Grande, atual Avenida Presidente Vargas, s/n, e sua administração ficou marcada com a autorizada

dada a Luiz Nelson de Carvalho então membro integrante da sociedade, que se dirigisse a empresa “Veras”, representação bancária do período, para que efetuasse a retirada de quantia depositada pelos caixeiros em guarda de Franklin Veras.

A quantia requisitada tinha como finalidade a compra de um terreno localizado na Avenida Presidente Vargas, antiga Rua Grande, local onde hoje se localiza o prédio da “União Caixeiral”, datado do dia 24 de outubro de 1919, no qual foi construído o prédio que viria abrigar tanto a Sociedade como a Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral.



Fotografia 9: documento de compra do terreno da “Sociedade Civil União Caixeiral” – Parnaíba-PI
Fonte: Acervo Particular Iweltman Mendes

A Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral tinha como objetivo a preparação de profissionais para atuarem na área de comércio, mesmo no início de suas atividades

educacionais ainda oferecesse um ensino baseado no que se definia como propedêutico, correspondendo ao ensino de três anos, com formação para trabalhar como auxiliar de escritório, termo empregado para caracterizar o estudante que se destinava a aprender o ofício de trabalho para atuar na área de comércio.

A fundação da Sociedade Civil deu-se através de um grupo de comerciários e empregados do comércio de Parnaíba, no dia 28 de abril de 1918, aprovando o nome de “União Caixeiral”, para representá-los como Sociedade Civil, ao mesmo dia sua diretoria provisória foi aclamada pela assembléia, o qual em seguida foi nomeado uma comissão para a organização dos Estatutos Sociais, composto dos seguintes associados: Hernock Herzaide Guimarães, Antonio da Silva Freitas, José Francisco Dutra, Lívio Castelo Branco e Epidio Sampaio.

Discutido e elaborado o primeiro Estatuto Social, foram estes aprovados em uma sessão de sua Assembléia Geral, composta de 122 representantes do comércio da cidade de Parnaíba, ficando todos os presentes considerados sócios fundadores da “Sociedade Civil União Caixeiral”. Nessa mesma sessão foi eleita, por maioria de votos a primeira diretoria efetiva da sociedade, a saber:

Presidente – Antonio do Monte Furtado

Vice-Presidente – Raimundo Teodoro de Araujo

1º Secretário – Alarico José da Cunha

2º Secretário – José Francisco Dutra

3º Secretário – Celso da Cunha Marques

Logo após sua criação e oficialização a “Sociedade Civil União Caixeiral” passou por momentos de tensão entre seus associados, os quais divergiam em algumas determinações proferidas por sua diretoria.

A discussão acerca de lutas pelo poder na Sociedade ficaram cada vez mais evidente, deixando clara a disputa entre grupos de associados, na tentativa de impor seus interesses, provocando assim, constantes mudanças em seu estatuto.

Nesse período de lutas intensas a sociedade reformou os seus estatutos, em 28 de agosto de 1925 cuja comissão, nomeada para esse fim foi composta dos sócios – Antônio José Menezes, Benedito Carmelitano, Mazulo de Melo, Luiz Nelson de Carvalho e Walter Ribeiro da Silva. Logo em seguida a Sociedade levou a efeito os seguintes projetos:

- a) Localizar os seus estatutos pelo registro e tornar a sociedade de utilidade pública por Lei Estadual Nº 1087, de 7 de julho de 1924;
- b) Filiar-se à Confederação Brasileira de Empregados do Comércio, no Rio de Janeiro;
- c) Conseguir valiosos empréstimos com os seus associados de recursos e com a municipalidade;
- d) Trabalhar pelo progresso do Piauí, aderindo às justas causas pró-porto de Luiz Correia, prolongamento de nossa estrada de ferro e outras;
- e) Incorporar os empréstimos oficiais e a grande maioria dos particulares ao patrimônio social;
- f) Solicitar e receber subvenções do Estado e auxílios particulares, por meio de cartas circulares;
- g) Criar e desenvolver a “Escola de Comércio” para a difusão do ensino secundário noturno à classe Caixeiral.

Nesta reformulação do seu Estatuto eram diretores:

Presidente – Antonio do Monte Furtado

Vice-Presidente – Luiz Nelson de Carvalho

1º Secretário – Benedito Carmelitano Mazulo de Melo

2º Secretário – Goldofredo Correia Lima

Tesoureiro – Antonio José Meneses

Em 1919, a sociedade “União Caixeiral” comprou um terreno situado à Rua Affonso Vizeu, conhecida como Rua Grande, depois João Pessoa e posteriormente Avenida Presidente Vargas, para edificar sua sede própria, iniciando sua construção a partir do lançamento de sua pedra fundamental, mais precisamente no dia 7 de setembro de 1922.

Objetivando concluir os serviços da sede própria da União Caixeiral encontra-se disposto na ata de 12 de novembro de 1929 uma proposta de empréstimo a municipalidade da importância de quinze contos de reis cujas condições ficaram desde logo acordados. A sociedade “União Caixeiral” se obrigava a abrir uma escola noturna com as matérias necessárias a um curso comercial para os seus associados e seus filhos dentro do prazo de 18 meses da data do contrato. Tão logo o Senhor Intendente tomou conhecimento dos propósitos da associação, concedeu o empréstimo.

Em 11 de julho de 1931 a diretoria tendo verificado que vencia o prazo de manter um escola para os associados e seus filhos resolveram se pronunciar sobre o assunto, afim de que

fosse a escola inaugurada a 1º de agosto de 1931 e, muito embora as condições financeiras da sociedade não permitissem despesas, fosse a escola aberta conforme fosse possível, cumprindo a clausula referente ao contrato anteriormente citado.

Na data prevista deu-se início a Escola “União Caixeiral” de Parnaíba com a abertura do livro de matrícula destinado a inscrição dos sócios e filhos que desejassem frequentar gratuitamente, ficando desde logo as aulas de matemática a cargo do professor acadêmico de medicina João Barcelar Portela e as de Português e Inglês a cargo do 1º Secretário, Sr. Alarico José da Cunha.

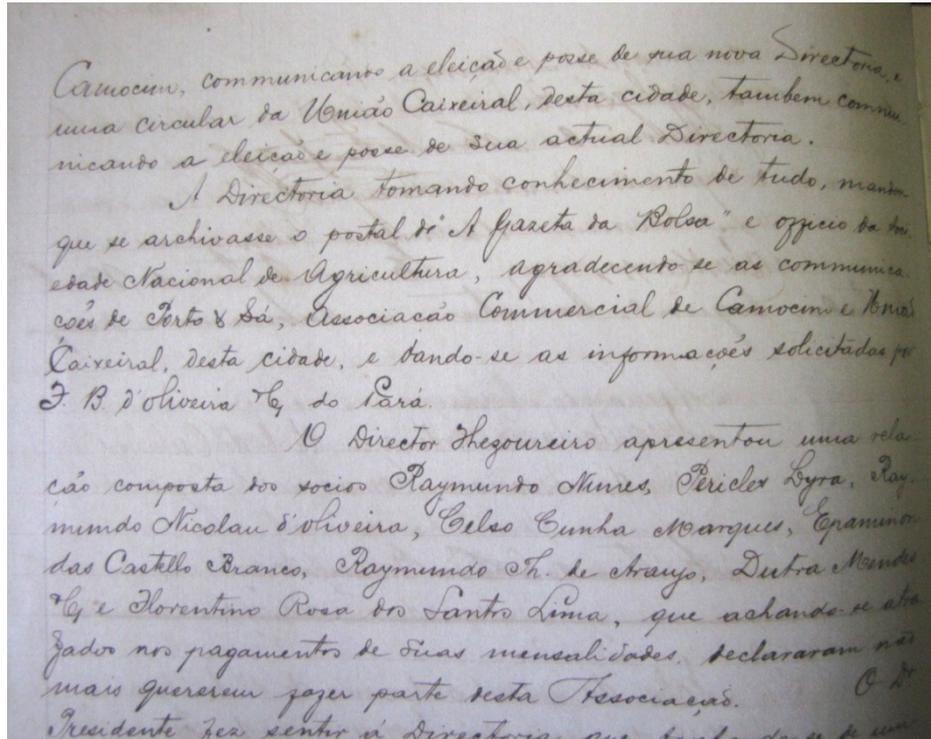
É importante ressaltar que durante a construção da escola, a sociedade “União Caixeiral” recebeu a quantia referente a 300\$000 trezentos mil réis remetido pelo então Deputado Federal Armando Bulamarque, por intermédio da Fúnia Moraes, Santos e Cia para serem utilizados nas obras de construção do educandário mantido pela sociedade. (União Caixeiral, 1925 – 1933, p. 28).

O financiamento da construção de sua sede deu-se através de doações de sócios e políticos, além do interesse público relacionado ao funcionamento de atividade de ensino, credenciando fortemente a discussão já levantada acima sobre as intenções por parte de seus sócios em arrecadar recursos junto ao Município ou Estado na criação de uma escola.

Em 1937, a sociedade “União Caixeiral”, remete requerimento ao Ministério da Educação solicitando inspeção por lei, a qual ficou a cargo do Inspetor Federal Dr. Raul Furtado Bacelar. Após efetuada a inspeção, foi autorizado a funcionar o curso Propedêutico de três anos e guarda-livros de dois anos, de acordo com o art. 2º do decreto N° 20.158 de 20 de junho de 1931.

No ano de 1938, realizou seu primeiro exame de admissão, tendo como sua primeira turma de egresso concluído no ano de 1942, com a formação titulada de guarda-livros.

É importante salientar a estreita relação que a sociedade “União Caixeiral” tinha com a Associação Comercial de Parnaíba, mantendo a mesma sempre informada de suas atividades, como fica claro através da comunicação relatada em ata, datada de 13 de agosto de 1919, onde consta a informação de eleição e posse da nova diretoria da sociedade “União Caixeiral”.



Fotografia 10: Comunicado a Associação Comercial de Parnaíba da nova diretoria da “União Caixeiral”

Fonte: Ata da Associação Comercial de Parnaíba, 13 de agosto de 1919

A Associação Comercial de Parnaíba sempre teve como um de seus enfoques a comunicação de suas atividades. Durante a primeira metade do século XX, a Associação Comercial de Parnaíba edita revista e jornal, sendo a primeira em 1917, sob a presidência do Sr. Armando Madeira, o “Boletim Mensal”.



Fotografia 11: Mensário da Associação Comercial, fevereiro de 1944

Fonte: Arquivo Público - Teresina

A Associação Comercial de Parnaíba tinha com um de seus objetivos exprimir o pensamento da classe comerciária, procurando divulgar a sua ação e construir o lugar dos comerciários na cidade.

A informação sobre exportações tinha relevância nesse período de desenvolvimento econômico para a cidade de Parnaíba, entre as décadas de 1930 e 1940, de acordo com estatística de informações, demonstrado no mensário citado, referente ao porto de Parnaíba.

- 11 -

ESTATÍSTICA
da exportação pelo pôrto de Parnaíba, no mês de
Janeiro de 1944

GÊNEROS	Quilos	Cruzeiros
Arroz pilado	33.300	43.865,00
Azeite de Côco	674	3.370,00
Babaçú	195.700	459.237,50
Borracha de maniçoba	36.364	491.162,10
.. de mangabeira	9.795	103.455,60
Banha de Porco	1.080	5.400,00
Cera de Carnaúba, comum	1.152.051	30.406.148,70
.. .. flor	210.445	6.293.098,70
Couros de boi	7.772	50.514,60
Farinha de mandioca	7.500	5.250,00
Gordura de côco	7.000	44.000,00
laborandi	30.041	46.792,40

Fotografia 12: Estatística de exportações no Porto de Parnaíba, 1944
Fonte: Arquivo Público – Teresina

A sociedade “União Caixeiral” nutria de boa convivência e reconhecimento com a Associação Comercial de Parnaíba, o que retrata bem a presença da mesma com enfoque também no mensário do “Boletim Comercial” de 1944.

O bom relacionamento entre a Sociedade Civil “União Caixeiral” e a Associação Comercial de Parnaíba era de importância fundamental no desenvolvimento de suas atividades, não somente na cidade de Parnaíba, como a nível nacional, onde a Sociedade mantinha forte ligações com outras Associações Mutualistas, buscando se manter sempre informada e atualizada, no que diz respeito as ações e decisões tomadas em caráter Municipal, Estadual e Federal.

Em 1924, mais precisamente no dia 7 de julho, a Sociedade “União Caixeiral”, foi declara de Utilidade Pública pelo Decreto Estadual Nº 1087.

— II —

ESTATÍSTICA

da exportação pelo pôrto de Parnaíba, no mês de
Janeiro de 1944

GÊNEROS	Quilos	Cruzeiros
Arroz pilado	33.300	43.865,00
Azeite de Côco	674	3.570,00
Babaçú	195.700	459.237,50
Borracha de maniçoba	36.364	491.162,10
„ de mangabeira	9.795	103.455,60
Banha de Porco	1.080	5.400,00
Cera de Carnaúba, comum	1.152.051	30.406.148,70
„ „ „ flor	210.445	5.293.098,70
Couros de boi	7.772	50.514,60
Farinha de mandioca	7.500	5.250,00
Gordura de cêco	7.000	44.000,00
laborandi	30.041	46.792,40

Fotografia 13: Decreto Estadual de reconhecimento da Sociedade “União Caixeiral” como Utilidade Pública

Fonte: Arquivo Público de Teresina

A sociedade “União Caixeiral” foi declarado empossada sua nova diretoria no dia 6 de julho de 1925, correspondente ao biênio 1925-1926, onde seu estatuto foi discutido e aprovado por unanimidade entre seus sócios, demonstrando mais uma vez, a contínua disputa de interesses entre seus sócios.

Na reunião de eleição e posse da nova diretoria para o biênio 1925-1926, ficou decidido sua composição da diretoria com os seguintes consocios:

Presidente – Antonio do Monte Furtado

Vice-Presidente – Luiz Nelson de Carvalho

Primeiro Secretário – B. b. M de Mello

Segundo Secretário – Rubem do Monte Furtado

Tesoureiro – Antonio José Meneses

Os novos eleitos foram empossados nesta mesma sessão, com exceção do segundo secretário Rubem do Monte Furtado que renunciou o cargo, sendo no seu lugar empossado o consocio Goldofredo Correia Lima, suplente mais votado.

O Presidente fez ver aos presentes que em vista de ter se ausentado o primeiro secretário da sociedade, não foi possível apresentar nesta sessão o relatório das ocorrências do período correspondente a gestão anterior, ficando ali um compromisso de fazer o mais breve possível, sendo publicado posteriormente pela imprensa para o conhecimento de todos, imprimindo duzentos exemplares que foram distribuídos entre os sócios, tendo lido apenas o balancete da União Caixeiral até o dia 30 de julho de 1925, cujo o resumo era o seguinte: Ativo – Banco do Brasil 52\$150; terreno a Rua Grande 1.690\$200; Sede Social 24.600\$000; Caixa 179\$600; Material para construção 1.270\$000 – Total 27.791\$950 e Passivo – Patrimônio Social 27.791\$950.

Em 10 de julho de 1925, foi apresentado o projeto de reforma dos estatutos da sociedade “União Caixeiral”, tendo como principais mudanças novas regras para admissão, eliminação, readmissão e punição dos sócios, que em primeiro momento ficou designado apreciação para estudo por parte do consócio Sr. Alarico José da Cunha, como o mesmo encontrava-se atarefado para um aprofundamento, ficou de responsabilidade de uma Comissão Especial para esse fim, composta: Antonio do Monte Furtado, Antonio Carlos Ribeiro, Antonio Menezes, B. C. M. de Mello, relator, Luiz Nelson de Carvalho e Walter Ribeiro da Silva.

Achado assim, constituída o número legal exigido para poder funcionar a Assembléia, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão do dia 28 de agosto de 1925, comunicando a todos os presente os motivos da reunião, sendo aprovado por unanimidade o novo estatuto da sociedade “União Caixeiral”, com duas emendas e mais aditamento, o qual foi impresso em número de quatrocentos exemplares e distribuídos entre seus sócios. Dentre as mudanças no estatuto ressaltou-se a do sócio Jean Le Lonnés que propôs que fossem incluído em seus estatutos uma cláusula concedendo isenção de pagamento das mensalidades aos sócios desempregados que estivessem materialmente impossibilitado de efetuar o pagamento de suas contribuições, o que também foi aprovado de forma unânime, de acordo com o que consta em seu livro de ata (União Caixeiral, 1925 – 1933, p. 7).

É importante salientar, que a falta de pagamento de mensalidades durante seis meses sem causa justificada e aceita pela diretoria à sociedade “União Caixeiral”, de acordo com o art. 9º, § 2, a, do Estatuto da Sociedade, resultava na apreciação por parte da Assembléia Geral em que se decidia que os inadimplentes ficariam sujeitos a serem eliminados do quadro

de sócios, assim como, quando suspensos por seis meses por desrespeitarem a Diretoria ou as Assembléias, e seus atos, ou quando procurarem implantar a discórdia e o desrespeito no meio social, de acordo com Art. 9º, § 1º, do mesmo Estatuto. Sua eliminação também, seria ocorreria da condenação por crime infamante, ou seja, quando acarreta ao seu autor a indignidade, a desonra e a má-fama, perverso em seus Estatutos no seu Art. 9º, § 2º, c.

A Sociedade, enquanto representante dos comerciários associados resolveu empreitar uma das reivindicações de seus consócios, colocando como uma das pautas de sua reunião do dia 16 de outubro de 1925, a elaboração de um ofício a ser encaminhado ao Governador do Estado, referente a Lei Nº 160, pedindo que intercedesse junto a Associação Comercial de Parnaíba e ao Intendente Municipal pelo fechamento do comércio aos domingos e feriados, em obediência a Lei referida.

Importante ressaltar que anteriormente a esta data o Sr. Luiz Nelson de Carvalho, então vice-presidente desta Sociedade, tinha se encontrado com o vice-intendente municipal em exercício, Dr. Simplicio Rezende, o qual se prontificou pela execução da citada Lei (União Caixeiral, 1925 – 1933, p. 16).

A sociedade se mantinha articulada a nível nacional com várias outras representações comerciais, a título de informação e atualização. Essas representações eram Associações Mutualistas que congregavam alguns interesses comuns. Como constata em suas atas a Sociedade Civil “União Caixeiral” sempre manteve bom relacionamento, dentre elas, podemos citar: Associação Comercial do Rio de Janeiro, Associação Comercial do Maranhão, Associação do Empregados do Comércio de Pernambuco, Associação Comercial de São Paulo, Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió, Associação Comercial da Bahia, Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de São Paulo, Associação dos Empregados no Comércio de Campos, União dos Empregados no Comércio de Petrópolis, Associação dos Empregados no Comércio de Campinas, Centro Caixeiral do Maranhão, Phenix Caixeiral de Fortaleza, Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe, Associação dos Empregados no Comércio de Igatú e Associação dos Empregados no Comércio de Cratos, ambos do Estado do Ceará.

No livro de atas da Sociedade (União Caixeiral, 1925-1933, p. 18), encontramos a ação de realização dessa articulação a nível nacional, pois cita a importância de se oficiar junto a Sociedade dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, pedindo àquela poderosa co-irmã, conseguir da Associação Comercial do Rio de Janeiro um ofício para a Associação Comercial de Parnaíba, recomendando a aplicação da nova lei votada pelo Congresso Nacional sobre as férias a que tem direito anualmente os empregados no comércio. Enfoca

ainda, que esta lei é o resultado do esforço da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro que, congregando entre si todas as Associações Caixeirais do País, batalhou ativamente junto às diversas Associações de Classe Patronal, conseguindo reunir todas essas Associações num grande congresso, de onde saiu, o pedido formal ao Parlamento Nacional para que votasse matéria referente as férias anuais aos empregados no comércio. Projeto que foi apresentado pelo Deputado Henrique Dodsworth à Câmara Baixa, sendo à final convertido em em Lei e sancionada pelo Presidente da República, como consta em ata do dia 22 de janeiro de 1926, da Sociedade “União Caixeiral”, referindo-se a um telegrama enviando a mesma pela Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, datado em 31 de dezembro de 1925.

A sociedade mantinha sempre contato e representação junto a Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, a qual tinha como seu representante legal, o parnaibano Berillo Neves, redator do Jornal do Comércio, com plenos poderes para decidir a seu efeito (União Caixeiral, 1925-1933, p. 21).

Para o biênio de 1926 a 1928, foi eleita nova diretoria da Sociedade, tendo como seu novo presidente, Luiz Nelson de Carvalho e como Presidente de Honra, Antonio do Monte Furtado, que inicialmente renunciou, se dizendo querer um cargo onde tivesse uma participação mais ativa dentro da referida Sociedade.

Na Assembleia Geral, de 5 de setembro de 1926, realizada na residência do então presidente da sociedade União Caixeiral, Luiz Nelson de Carvalho, situada na rua Marquez do Herval, na cidade de Parnaíba, foi apresentado e discutido em sessão extraordinária (União Caixeiral, 1925 -1933, p. 33), a autorização para a diretoria obter os meios necessários para a conclusão do prédio da sede social. O presidente propôs que fosse realizado um empréstimo junto a Sociedade Protectora Parnahybana no valor de 16\$000, de juros de oito por cento ao ano, pois a mesma possuía um caixa de mais de 20\$000 vinte contos de réis, o que tornava viável a efetuação do empréstimo à Sociedade “União Caixeiral”. Seria ainda, o empréstimo garantido por hipoteca do prédio social, orçado em 30\$000 trinta contos de réis, contando também, com a valoração do terreno, incluído no montante e comprado a oito anos. Após ouvida as razões expostas pelo presidente, a Assembléia aprovou o empréstimo, por unanimidade dos votos, autorizando a diretoria a contrair o mesmo, dentro das condições apresentadas pelo presidente da sociedade “União Caixeiral”.

A diretoria também interessada em empréstimo por meio de ações, objetivando custear o término da construção de sua sede social, resolveu nomear uma comissão composta dos seguintes sócios: Antonio Menezes, João Batista Campos, Abrahão Ferreira da Silva e

Gumercindo Barroso para estudar o caso e apresentar em seguida um memorial a fim de ser discutido em Assembléia Geral pelo sócios (União Caixeiral, 1925-1933, p. 37).

A comissão nomeada para elaboração do projeto de empréstimo solicitou junto à diretoria da sociedade o orçamento dos serviços que estavam pendente para a conclusão do prédio de sua sede social, o que a diretoria de imediato providenciou através do pedido de apresentação de orçamentos aos construtores Justino Vieira e Francisco Solano de França, que os elaborassem a fim de um deles ser escolhido pela diretoria. Depois de minucioso estudo sobre os orçamentos, a diretoria deu preferência ao apresentado pelo construtor Francisco Solano de França, no valor total de 85:498\$000 (oitenta e cinco contos e quatrocentos e noventa e oito mil réis). Importante lembrar, que o orçamento referido, foi aceito apenas como base para o cálculo do orçamento definitivo (União Caixeiral, 1925-1933, p. 38).

Com o intuito de terminar a construção do prédio a diretoria da “Sociedade Civil União Caixeiral”, não mediu esforço para que tal ideal fosse concretizado. Em 18 de janeiro de 1927, Assembléia Geral Extraordinária, a comissão encarregada de elaborar o projeto de empréstimo objetivando a conclusão da sede social, apresentou-o e foi aprovado por unanimidade pelos presente consócios o seguinte plano (União Caixeiral, 1925-1933, p. 40):

Num primeiro momento o empréstimo deverá ser feito por meio de “Obrigações ao Portador” até o limite máximo de 80:000\$000 (oitenta contos de réis) em obrigações de 100\$000 (cem mil réis) cada; Os juros serão abonados à razão de 6% ao ano, pagáveis em semestre vencidos, contra a apresentação dos respectivos coupons; o prazo da emissão será de oito anos; e o resgate será iniciado depois de um ano de sua integralização; proceder-se-á ao resgate por meio de sorteios mensais, perante a Diretoria, com assistência dos interessados, em dias previamente anunciados pela imprensa local; para garantia deste empréstimo a sociedade hipotecará o seu patrimônio, a ser atingido em 120:000\$000 (cento e vinte contos de réis); os obrigacionistas ficam sujeitos as seguintes condições: a) as obrigações serão tomadas com o pagamento da metade à vista, e o restante em quatro prestações mensais; b) os juros somente serão computados depois de integralizada a entrada de cada obrigacionista; a escrituração deste movimento se fará em livros especiais, sob fiscalização da Diretoria, a cargo da Comissão nomeada pelo Conselho Fiscal; o empréstimo não poderia, em absoluto ser aplicado em outros pagamentos estranhos ao contrato a ser assinado com o construtor, com exceção das despesas relativas ao mesmo empréstimo, tais como: selos, impressão, livros e registro de hipoteca; depois de concluída a obra, a comissão nomeada prestaria conta à Diretoria, apresentando um relatório minucioso, quando se fará a incorporação dos serviços feitos ao Patrimônio Social.

Em reuniões posteriores foram discutidos os modelos das “obrigações ao portador”, para o empréstimo a ser contraído pela sociedade, ficando assentado o modelo das mesmas obrigações.

A construção do prédio da sede social da “União Caixeiral”, no que se refere a sua conclusão abria-se novamente discussão, como consta na ata do dia 22 de outubro de 1928, quanto aos recursos, em virtude do orçamento apresentado pelo construtor Francisco Solano de França, no valor de 40\$000 (quarenta contos de réis), importância esta necessária para elevação do segundo pavimento composto: teto, cobertura, soalho e preparo dos baixos para serem alugados. A nova comissão formada por Celso Nunes e Aurélio Freitas tinham a função de angariar donativos entre os patrões e elaborar um novo plano de empréstimo para ser apresentado em sessão. Neste Período correspondente, voltava a presidir a sociedade Antonio do Monte Furtado, para o biênio 1928-1930 (União Caixeiral, 1925-1933, p. 53).

Aproveitando a vinda do Exmo. Sr. Dr. João de Deus Pires Leal, então Governador do Estado na cidade de Parnaíba, visita na qual tinha caráter de estudos dos melhoramentos que pretendia fazer ao porto e mais alguns empreendimentos, foi solicitado sua presença pela sociedade “União Caixeiral” em forma de visita oficial, onde os sócios apresentaram um pedido de auxílio em dinheiro para o andamento da construção da sua sede social (União Caixeiral, 1925-1933, p. 54).

É importante ressaltar a vistoria no prédio, comunicado à sociedade pelo ofício expedido pelo então Intendente Municipal Dr. Carlos Moraes Picanço, enviado pelo seu secretário Sr. João Vieira Pinto, juntando cópia do laudo de exame pericial feito por aquela repartição no prédio em construção desta sociedade (União Caixeiral, 1925-1933, p. 55).

Dando continuidade a busca incessante de recurso para a conclusão de sua sede social de acordo como consta em ata do dia 12 de novembro de 1929 (União Caixeiral, 1925-1933, p. 57), a sociedade propôs um empréstimo junto à municipalidade na importância de 15:000\$000 (quinze conto de réis), oficiando com o seguinte teor:

A “União Caixeiral” obriga-se a abrir uma escola noturna com as matérias necessárias a um curso comercial para os seus associados e seus filhos, dentro do prazo de 18 meses da data do contrato; o empréstimo acordado entre as partes seria sem juros; a autorização do empréstimo seria, no mínimo de 83\$333 (oitenta e três e trezentos e trinta e três mil réis) mensais equivalentes ao aluguel do salão do andar térreo, na esquina da rua Afonso Vizeu com a rua Visconde de Itaborahy, que poderá ser utilizada pela municipalidade, cazo queira e precise do mesmo local, desistindo, porém, da prestação mensal acima referida. Caso convenha a “União Caixeiral” poderá amortizar o empréstimo com prestações maiores

ou saldar de uma só vez. A autorização será iniciada 30 dias depois de concluído o pavimento térreo do prédio pertencente a sociedade; para garantia do pagamento, a “União Caixeiral” daria o prédio de sua propriedade; o prazo máximo para por a amortização total da dívida não passará de 15 anos, findo este prazo, a “União Caixeiral” pagará os juros do balanço a razão de 5% ao ano; e as despesas com a organização e legalização do contrato correm por conta da “União Caixeiral”.

Após o encaminhamento oficial junto à municipalidade, a sociedade recebeu posteriormente a resposta relacionada ao empréstimo pedido (União Caixeiral, 1925-1933, p. 58). Considerando tratar-se de um melhoramento a cidade e a instrução, e não havendo prejuízo material para o município, o mesmo foi concedido pelo então Intendente Municipal Carlos Moraes Picanço, através de despacho, onde ressaltava que o contrato deveria constar além das cláusulas proposta, mais as seguintes:

O primeiro empréstimo será feito em quatro prestações sendo a primeira de seis contos de réis na ocasião da assinatura do contrato e as três restantes de três contos de réis cada uma, pagáveis com 30 dias de intervalos em cada prestação;

Cabe a municipalidade de Parnaíba o direito de fiscalizar por uma diretoria de instrução dos trabalhos da escola de Comercio da “União Caixeiral”;

A “União Caixeiral” obriga-se a manter a escola de comércio, durante o tempo do prazo do empréstimo e pagará uma multa de 100\$000 (cem mil réis) mensais, por cada mês do ano letivo que deixar de funcionar a referida escola;

Decorrido o prazo de 15 anos, a municipalidade de Parnaíba, não estando reembolsada da importância total do empréstimo, tomará conta do prédio para explorá-lo até que pague a importância devida.

Em 17 de junho de 1930, a reunião da sociedade passou a ser realizada a Rua Afonso Vizeu, já nas dependências de sua sede social, para a realização da posse da nova diretoria para o biênio de 1930 a 1932, onde continuou como Presidente, Antonio do Monte Furtado e como novo Presidente de Honra, Celso da Cunha Marques (União Caixeiral, 1925- 1933, p. 64).

Em 1 de julho de 1930 foi entregue, conforme cláusula acordado entre as partes, da sociedade para a municipalidade o compartimento térreo de sua sede social, próximo a rua Visconde de Itaborahy (União Caixeiral, 1925-1933, p. 65).

A influência dos consócios da sociedade “União Caixeiral” à sociedade parnaibana transcendiam sua sede social, pois exerciam forte participação na vida social, política e econômica da cidade, como se constata em seus livros de atas, ressaltando as comunicações

de diversas Instituições para os mais diversos assuntos a serem tratados de forma a exercer uma cadeia mútua de ajudas. Dentre alguns comunicados e solicitações apresentadas à sociedade, temos: a comunicação da fundação em 12 de dezembro de 1926 da Associação Comercial dos Varejistas; circular da Loja Maçônica “Fraternidade Parnaibana” do dia 20 de dezembro de 1926, solicitando remessa de livros para a sua biblioteca (União Caixeiral, 1925-1933, p. 38).

A sociedade “União Caixeiral”, após obter o credenciamento e funcionamento de escola de cunho comercial oficializada, atingiu um dos seus objetivos como sociedade comerciária, impulsionando a formação educacional de profissionais de guarda-livros e posteriormente contadores para o comércio da cidade de Parnaíba e região norte do Estado do Piauí.

A Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral desde o início de suas atividades era mantida pela sociedade “União Caixeiral”, sendo também responsável em gerar receita para suas despesas de manutenção diária através das mensalidades cobradas aos seus discentes em torno de 80\$000 (oitenta réis) a 100\$000 (cem réis).

A Sociedade “União Caixeiral”, além dos sócios que contribuíam mensalmente, estando até sujeitos a serem eliminados, caso não efetuassem o pagamento estipulado pela sociedade em seus estatutos, realizavam alguns eventos como consta na ata do dia 14 de agosto de 1925, onde a mesma apurou em seu benefício através de uma partida de futebol realizada pelos times Parnaíba e Internacional, o valor de 580\$000 (quinhentos e oitenta mil réis). Outro fato importante a se ressaltar está descrito na ata do dia 30 de setembro de 1925, em que o Sr. Tesoureiro prestou contas do espetáculo levado a efeito pela “União Caixeiral” em 8 de agosto, no Cine Éden, cinema, o qual rendeu o valor líquido de 200\$000 (duzentos mil réis).

Dentro do contexto apresentado no primeiro capítulo é importante ressaltar como os consócios da União Caixeiral inseriam-se com influência na cidade de Parnaíba e mantinham relações com o poder. É importante lembrar que grande parte de seus associados, em especial sua diretoria, era composta de sujeitos que representavam respeitabilidade perante a sociedade parnaibana nos mais variados ramos comerciais que atuavam. Suas relações com o poder é claramente demonstrada por suas atas já ressaltadas na pesquisa, onde é reconhecida como instituição de ajuda mútua e de participação efetiva no cotidiano da cidade, quando reivindica seus interesses junto ao governo estadual e municipal, defendendo seus associados.

Vários assuntos não só de conteúdo interno mais externo se expressa quando do reconhecimento da Sociedade “União Caixeiral” com outras Sociedades de Ajuda Mútua de

todo Brasil, fazendo um intercâmbio e informação de atividade comercial, política e assuntos econômicos de caráter nacional.

Muitos de seus consócios e posteriormente a fundação e implantação de suas atividades educacionais tiveram participação de destaque em empresas comerciais e cargos executivos no município de Parnaíba e na política nacional, dentre eles: Elias Ximenes do Prado como prefeito e João Paulo dos Reis Velloso como ministro de governo, dentre outros.

3. A EDUCAÇÃO TÉCNICA EM PARNAÍBA: UNIÃO CAIXEIRAL E O ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Partindo da proposta de diálogo entre as fontes escritas e os depoimentos coletados e transcritos, o trabalho visa neste capítulo entender a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, mantida pela “Sociedade Civil União Caixeiral”, através de relatos de memórias, compreendendo quem eram os estudantes da União Caixeiral? De que grupos sociais eram advindos? Como era desenvolvido o ensino profissionalizante na formação do Guarda-livros e, posteriormente, o Técnico em Contabilidade? Como a escola respondia ao desenvolvimento econômico da cidade? Como os egressos da escola se fixavam no mercado de trabalho?

A escola se apresentava como propulsora de um ensino voltado para a qualificação profissional comercial, preparando os egressos para uma economia efervescente e carente de profissionais especializados para os diversos cargos em empresas, indústrias e outros setores econômicos da cidade. Como afirma Saviani (2007, p.31).

[...] as instituições são criadas para satisfazer determinadas necessidades humanas, isto significa que elas não se constituem como algo pronto e acabado que, uma vez produzido, se manifesta como um objeto que subsiste à ação da qual resultou, mesmo após já concluída e extinta a atividade que o gerou. [...] as instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual a servem.

A União Caixeiral mesmo após o fechamento de suas atividades como escola, ainda encontra-se uma relação social forte com a cidade de Parnaíba. Suas histórias contadas por pessoas que passaram por lá e até quem não estudou, sempre ressalta a importância dessa Instituição durante anos de suas atividades de ensino, como um dos instrumentos propulsores do desenvolvimento econômico da cidade na qualificação de mão de obra para o comércio, principalmente na formação de guarda-livros e posteriormente o técnico em contabilidade.

Dentro desse contexto da importância da escola na cidade de Parnaíba, foi necessário um estudo mais apurado na busca constante de documentação em arquivos que nos ampare no desenvolvimento da pesquisa e conseqüentemente no entendimento do contexto histórico pelo qual passou a instituição escolar.

A Escola Técnica de Comércio União Caixeiral em seus arquivos nos fornece fontes de primordial importância para a concretização da pesquisa, despertando procedimentos para

a compreensão do ensino profissionalizante na formação do Guarda-livros e, posteriormente, o Técnico em Contabilidade.

A memória nos auxilia na compreensão dos fatos e constantemente nos reporta ao passado operando sobre o tempo e espaço, de maneiras diferentes de voltar, buscando incessantemente o futuro.

Para compreender o ensino comercial na União Caixeiral na primeira metade do século XX e a importância da formação comercial para a cidade de Parnaíba é necessário entender seus sujeitos e de que forma tiveram participação e contribuíram para a construção da história e memória da escola.

Partindo do princípio de que o esquecimento é a presença viva da memória e as recordações o seu produto:

È evidente que a nossa memória depressa ficaria << saturada >> se tivéssemos de conservar todas as imagens da infância, particularmente as da nossa mais tenra infância. Interessantemente, porém, é o que fica. E o que fica – recordações ou vestígios –, o que fica é o produto de uma erosão pelo esquecimento. As recordações são moldadas pelo esquecimento como os contornos da costa são pelo mar (AUGÉ, 1998, p. 26).

As recordações de seus sujeitos possibilitaram a construção de sua história e memória, nos permitindo uma análise mais aprofundada do seu cotidiano e sua relação com a cidade de Parnaíba. A cidade até hoje, preserva na memória dos que vivenciaram a União Caixeiral forte ligação da sua formação como aluno, cidadão e na sua vida profissional.

Diz Elias Ximenes do Prado (2010).

Eu entrei em 1938 com 13 anos e sai em 1943 com 18 anos. Quando saí da Caixeiral já sabia fazer escrita contábil. Eu sou muito grato a Caixeiral na minha formação profissional, se não fosse a Caixeiral eu teria ficado apenas com o curso primário completo e não teria estudado.

Vários alunos da Caixeiral tiveram trajetórias semelhantes, referentes à importância que essa Instituição de Ensino proporcionou na vida de cada um deles, permitindo o egresso em várias empresas comerciais e industriais na cidade de Parnaíba, principalmente nas décadas de 1930 e 1940, quando a cidade passava por grande momento econômico e precisava de profissionais capacitados na área de contabilidade e outras atividades de acordo com as necessidades de cada empresa.

Segundo Laura de Andrade Correia (2009).

[...] os alunos que estudavam na União Caixeiral eram formados para trabalhar nessas empresas. E o prestígio delas e o ganho que elas tinham, dos que nela trabalhavam era de tal ordem que naquela época se conheciam casos concretos, jovens que deixavam o estabelecimento do Banco do Brasil para trabalhar na Casa Inglesa, no Moraes S/A ou no Roland Jacob.

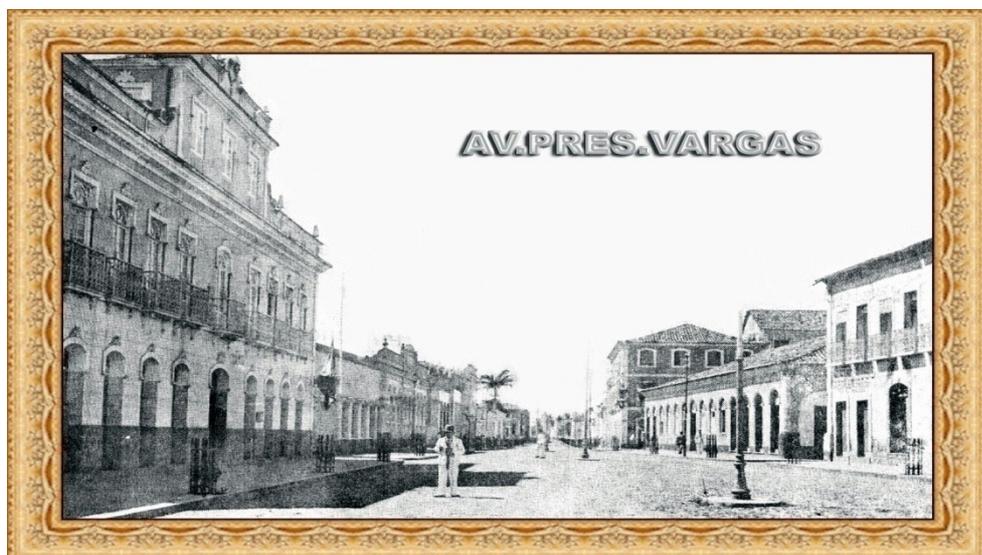
Ao se referir sobre o seu ingresso como funcionário da Empresa Moraes S/A, Flávio Antônio Correia Caracas (2010), cita também o setor de contabilidade da empresa.

Comecei a trabalhar no dia 15 de fevereiro de 1948. Eu inicialmente fui responsável por uma instalação de movimentação de uma indústria da cera de carnaúba e com o movimento e o tempo passando entrei na sociedade também e terminei como diretor industrial dessa parte. Na época quem trabalhava com a contabilidade do Moraes era o Edir Sampaio (guarda-livros), ele foi formado na Caixeiral, mas já faleceu.

A escola exerceu um papel de relevância quanto ao egresso de vários profissionais no mercado, passando seus alunos a serem referência como profissionais capacitados, assumindo o setor de contabilidade em várias empresas da cidade de Parnaíba e regiões vizinhas.

3.1 Implantação e o ingresso de seus sujeitos na formação profissionalizante

A cidade de Parnaíba no início do século XX, através de seu traçado, representado pelos seus casarões e outros logradouros, tendo como cidade oficial o seu centro onde detinha os interesses da elite local, enfocando as famílias tradicionais, tecendo-se narrativas, local onde normalmente havia deslocamento dos mais abastados.



Fotografia 14: Casas comerciais na Avenida Presidente Vargas

Fonte: Arquivo do IHGGP (Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba-PI)

Localizado na Avenida Presidente Vargas, no centro da cidade estava inserida a União Caixeiral, compondo o cenário de ostentação dos jovens e empresários do período nascedouro dessa Instituição Educacional. Afirma Filho (2004) que a Sociedade Civil “União Caixeiral” foi fundada em 1918, por 36 comerciários, organizando-se numa Associação com grande repercussão na cidade de Parnaíba.

A escola sempre foi um dos ideais ressaltados pelos sócios, assunto presente nas reuniões (União Caixeiral. 1925-1936), como um dos objetivos a serem realizados. Em seu estatuto datado em 28 de agosto de 1925 consta: “criar e desenvolver a Escola de Comércio para a difusão do Ensino Secundário Noturno”. De acordo com Nascimento (2008), relacionado à reforma dos Estatutos de 1925, referente à Sociedade Civil “União Caixeiral”, previa ainda, o apoio do poder público Estadual e Municipal, além de particulares, de recursos financeiros e de material escolar para Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral.

Segundo Correia & Lima (1945) “[...] difusão do ensino secundário noturno à classe Caixeiral [...] finalmente fazer propaganda da sociedade, tornando a conhecida entre as suas congêneres”.

Suas aulas antecedem a construção de sua sede, onde funcionaria a sociedade e sua escola, em locais cedidos pelos sócios. Com o lançamento da pedra fundamental para a construção de seu prédio e posterior conclusão do mesmo (União Caixeiral. 1925-1936, p. 18), a escola passa a funcionar na década de 1930, onde é implantado o seu ensino propedêutico e de formação de Guarda-livros. Na década de 1940, passa o curso de Guarda-livros a ter denominação de “Técnico em Contabilidade”.

É importante salientar, que Sociedade tinha acordo firmado com a municipalidade, como consta (União Caixeiral. 1925-1936, p. 29), em troca de financiamento referente à parte dos recursos para a construção de sua sede própria na atual Avenida Presidente Vargas, em Parnaíba.

Acordo disposto na ata de 12 de novembro de 1929 como proposta de empréstimo a municipalidade da importância de quinze contos de reis, ficando a Sociedade Civil “União Caixeiral” obrigada a abrir uma escola noturna com as matérias necessárias a um curso comercial para os seus associados e seus filhos dentro do prazo de 18 meses da data do contrato. Em 11 de julho de 1931 a diretoria tendo verificado que vencia o prazo resolveu agilizar para que a escola fosse inaugurada no dia 1º de agosto de 1931, mesmo a sociedade estando em dificuldades financeiras, como forma de honrar o contrato anteriormente firmado com a municipalidade.

Na data prevista a Escola “União Caixeiral” iniciou suas atividades de ensino oficialmente através da abertura do livro de matrícula destinado a inscrição dos sócios e filhos que desejassem frequentar gratuitamente (União Caixeiral. 1925-1936, p. 29).

A União Caixeiral figurava entre os logradouros do centro da cidade e respondia pela qualificação educacional de uma classe em ascensão econômica. Várias famílias passaram a matricular seus filhos nessa instituição que surgia a partir da segunda década do século passado, como mais uma escola, ou seja, mais uma opção de ensino e aprendizado aos filhos da Parnaíba e cidades vizinhas. Como diz Elias Ximenes do Prado (2010), “Naquela época todo mundo era ou queria ser sócio da União Caixeiral”.

A educação para sociedade era uma forma de sensibilizar outros setores, principalmente do poder público em busca de financiamento, como ocorreu na própria construção de sua sede. Como afirma Nascimento (2008, p.73). “Nesse período se intensificou a busca das entidades pelo apoio do Estado na solicitação de recursos públicos. Isto se estendeu para muitas sociedades de trabalhadores, principalmente as do comércio”.

Seus alunos advinham de várias camadas da sociedade, principalmente da classe média e baixa ou aqueles que não conseguiam ingressar no ensino superior, porque era necessário se dirigir para os grandes centros do Brasil. Como relata José Tomaz Neto (2010), ex- aluno e ex-professor da Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral “Muitos eram de classe social baixa e média. Eu sei também que vinham muitos alunos de outros estados, outros trabalhavam no comércio e de lá iam pro colégio”.

A preferência como reza em seus estatutos era de proteção e integração da classe comerciária. Mesmo assim, não se vetava a matrículas de outros sujeitos que se interessassem em ter uma formação educacional e profissional na área de comércio (União Caixeiral, 1925-1936).

Como relata Gilberto Escórcio Duarte (2009) sobre a origem social dos alunos da “Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral”:

Os alunos da Caixeiral era geralmente de classe média e baixa, muitas vezes aqueles que não iam cursar o ensino superior em outras cidades. Os que ficavam se matriculavam na escola. Vinham de cidades vizinhas e de outros Estados, mas também tinham os que eram da cidade e pensavam ou já eram funcionários nas indústrias e no comércio.

Nesse período, a cidade fervia em migração, pois o comércio abundante motivava a vinda de vários sujeitos para tentar uma formação e oportunidade de vida. Pessoas não só de cidades vizinhas do norte do Piauí, como também do Estado do Maranhão e Ceará.

Elias Ximenes do Prado (2010), sobre a migração para Parnaíba:

Em 1932 foi a grande seca do nordeste brasileiro, e foram as piores e maiores secas da história a de 1915 e 1932, morreram milhares de pessoas nas margens das estradas querendo viajar, querendo vim para o Piauí. E quando foi em 1934 depois da seca e das coisas ruins tinha um homem da família Linhares na cidade de Chagas Linhares e ainda hoje tem um edifício em Parnaíba com o nome dele que era nosso tio, ele mandou buscar o papai e a mamãe e os filhos pra Parnaíba.

Os alunos advindos de outros Estados para a cidade de Parnaíba durante a primeira metade do século XX cresceu principalmente, em virtude de a cidade passar por período de crescimento econômico, em especial nos anos de 1930 e 1940. Famílias inteiras ou seus filhos chegavam a Parnaíba, procurando dias melhores, muitos deles como o relato acima, fugindo de adversidades da natureza, como a seca.

De acordo com José Nelson Pires de Carvalho (2009), se referindo aos grupos sociais e o ingresso deles na “Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral”:

Cheguei aqui em 1936 com 11 anos. Os alunos eram de todas as classes, principalmente média e pessoas simples vindas de outros lugares. O que eu sabia é que só podia estudar na Caixeiral primeiro o aluno que podia pagar e segundo tinha 50% de desconto para pessoas que trabalhavam no comércio; quando eu cheguei aqui inclusive o que se sabia era isso, a escola Caixeiral quem podia pagar pagava se não pudesse tinha que provar que trabalhava no comércio e tinha direito a 50% de abatimento, inclusive eu tinha um irmão que estudou lá.

Nas palavras do ex-aluno, ex-professor e ex-diretor Gilberto Escórcio Duarte (2009), ao contar sua trajetória na escola, através de suas memórias ressalta o ingresso dos alunos nessa Instituição de Ensino Comercial.

Cheguei a Parnaíba em 3 de maio de 1939 para cursar a 2ª série do primário, meu tio era amigo do dono da Caixeiral. Meu tio José Pascoal Duarte que pediu uma vaga para mim. Cheguei 10 da manhã e 1 hora da tarde estava subindo os degraus da Caixeiral.

A escola através de sua diretoria aceitava alguns alunos por indicações de pessoas de expressão na sociedade parnaibana, principalmente se o pedido vinha de alguns empresários do comércio. Os alunos que trabalhavam no comércio também ingressavam nessa instituição

de ensino desde que provasse sua ligação com alguma empresa da cidade, seja do comércio ou da indústria, tinham 50% de desconto em suas mensalidades. José de Tomaz Neto (2010) lembra, que parte do que ganhava em seu trabalho servia como pagamento de suas mensalidades e que “Os alunos ingressavam na escola às vezes por indicação dos sócios também, quem era sócios ou filho de sócios só pagavam 50%, quem podia pagar pagava uma mensalidade”. Gilberto Escórcio Duarte (2009) afirma ainda que “os sócios e filhos de sócios tinham 50% de desconto os outros que não fossem comerciários pagavam integral.

Carlos Antônio Ferreira do Espírito Santo (2010), ex-aluno da escola, através de suas memórias relata.

Naquele tempo você tinha que reservar no ano anterior por que a procura era grande e o número de vagas era reservado, ou você reservava por que a procura era grande muito comerciário, quem não tinha condição de mandar seu filho estudar o científico fora, como meu pai, ia estudar na Caixeiral, então eu não reservei vaga de 45 para 46 e quando fui reprovado no teste pra cadete tive que passar um ano todinho sem fazer nada, sem estudar, depois reservei para 47.

O ingresso de seus alunos, assim relatados pelas memórias dos sujeitos que participaram de sua história como instituição de ensino comercial, enfoca uma escola que atendia um grande número de alunos de todos os grupos sociais, tendo sua grande maioria oriundos da classe média e baixa, da cidade de Parnaíba e regiões vizinhas e seu ingresso se dava através de vagas disponíveis, por indicação de algum sócio ou empregados do comércio, os quais obtinham 50% de descontos sobre a mensalidade.

3.2 Guarda-livros: gênero e atuação no mercado de trabalho

Tanto o público masculino, como o feminino vislumbravam um ingresso em uma instituição educacional que lhe fornecesse o mínimo de qualificação para o mercado de trabalho e conseqüentemente uma ascensão advinda de um processo educacional. É importante salientar que no início do século passado no que diz respeito a educação, a iniciativa de particulares era importante, como a que se refere a instituição ressaltada neste trabalho de pesquisa.

O público feminino mesmo com todas as dificuldades e resistências dada ao gênero na época, não deixou de ser beneficiado com as instalações de novas escolas, algumas até exclusivas a elas, como o “Colégio Nossa Senhora das Graças”, o “Colégio das Irmãs”, de

1907. O acesso a educação formal pelas mulheres passou também a ser encarado como busca de refinamento social, especialmente, nesse contexto histórico, para mulheres oriundas de classes mais abastadas. De acordo com Silva (2009, p. 37):

Sendo estas provenientes quase sempre de famílias abastadas, deveriam receber uma educação que as moldassem dentro das novas necessidades da vida urbana, tais como o polimento, os conhecimentos musicais, artísticos, literários e lingüísticos. Porém sua educação continuava marcadamente seguindo os ditames sociais vigentes, sempre com vistas a prepararem-nas para o casamento e maternidade, instituições inspiradas nos arquétipos da virtude cristã.

Os currículos escolares priorizavam os aprendizados domésticos, muitas vezes suplantando uma formação profissional, onde as disciplinas clássicas de formação: Português, Matemática, Ciências dividiam atenção com trabalhos manuais, afazeres de casa e formação religiosa. Estabelecimentos laicos e confessionais eram responsáveis pela inserção do público feminino no período, formando as filhas das mais tradicionais famílias da cidade de Parnaíba e regiões vizinhas. O “Colégio das Irmãs”, assim conhecido, ingressou no ensino profissionalizante através da implantação do “Curso Comercial” em 1934, sob a responsabilidade da Irmã Maria Guzzari, então superiora, ficando em 1935 sob a fiscalização do Governo Federal.

Ao lembrar seu ensino comercial no Colégio Nossa Senhora das Graças Neide Oliveira (2010) ressalta.

Terminei o Curso de Guarda-livros no Colégio das Irmãs e fui trabalhar em 1941 na Empresa Franklin Vêras, onde fui a primeira mulher a trabalhar lá. Fui indicada pelas irmãs como melhor aluna da turma o que me levou ao trabalho no começo como caixa e depois passei para a parte de contabilidade.

A inserção da mulher no mercado de trabalho nesse período em Parnaíba possui relevância no que diz respeito à procura que muitas empresas comerciais e industriais buscavam junto ao estabelecimento de ensino comercial, mulheres capacitadas para exercerem cargos, principalmente de secretária e na área de contabilidade. A Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral e a Escola Comercial do Ginásio Nossa Senhora das Graças, ambas de Parnaíba eram constantemente procuradas para que indicassem as alunas que mais se destacavam durante todo o curso.



Fotografia 15: Diploma de conclusão do curso de Guarda-livros do Colégio Nossa Senhora das Graças
 Fonte: Acervo particular de Neyde Alves de Souza

A ex-aluna Neyde Alves de Souza do Colégio Nossa Senhora das Graças é um dos exemplos da época, como mesmo ressalta a importância de sua indicação pelas irmãs do colégio a serem procuradas pela empresa Franklin Vêras, onde ingressou em seu primeiro emprego.

A União Caixeiral também figurou entre essas instituições, pois a presença feminina era intensa, estimuladas já nesse momento por algumas atividades de formação de cunho comercial, possuindo turmas mistas desde o início de suas atividades educacionais.

Silva (2009, p. 40), referindo-se à educação feminina e ao papel combativo nas escolas frente às modernizações do começo do século passado, afirmou o seguinte:

O colégio vai assumir um papel combativo diante das novidades advindas do processo de modernização urbana, o cinema, por exemplo, vai criar outros modelos femininos com suas atrizes ousadas, suas performances que desestabilizam o conservadorismo e a tradição da sociedade, mulheres fumando, vestindo-se indecorosamente, coisas jamais vistas. [...] a rigidez moral, a abnegação e a castidade na formação feminina, tendo em vista, afastar do seio da família os “perigos” dos tempos modernos.

A União Caixeiral apesar de todo esse contexto que se apresentava sempre incluiu em seus quadros turmas mistas, com presença maciça de mulheres, provenientes das classes sociais que se disponibilizassem a efetuar pagamento mensal junto à escola.

Com o desenvolvimento do segundo ciclo econômico, principalmente entre as décadas de 30 e 40, em plena atividade e a necessidade constante de mão de obra qualificada e formada para os padrões do comércio, a sociedade da época passou a ver na União Caixeiral uma instituição apropriada para suprir atividades com a preparação de pessoas mais capacitadas para os ofícios a eles destinados para sua execução. Pertencer à instituição, vestir sua farda, estudar na “União Caixeiral” eram motivo de orgulho para os sujeitos que buscavam uma qualificação e prestígio perante a sociedade que a via com créditos de unidade formadora educacional comercial, complementando assim, os requisitos para a inserção dos seus discentes na vida econômica, social e intelectual da cidade de Parnaíba. A escola respondia ao desenvolvimento econômico da cidade, através da formação de profissionais, preocupando-se com valores, disciplina, civismo, enfim, requisitos de conduta moral para formação de cidadãos característicos das primeiras décadas do século XX.

As empresas respaldavam os profissionais formado na União Caixeiral, o que os faziam ingressar nos mais conceituados ramos do comércio e industria da região, devidamente orientados e aptos a execução de tarefas no setor administrativo.

Primeiramente referenciava o ensino elementar das primeiras letras e mais tarde o ensino secundário através da formação dos chamados “guarda-livros”, como anteriormente era conhecido o profissional contador, responsável pela escrituração dos livros mercantis das empresas comerciais. Mesmo que utilizassem já a expressão “contador geral”, esta ficava diretamente para se referir ao profissional que trabalhava na área pública.

É importante salientar que a expansão comercial da região atrelou-se ao conseqüente desenvolvimento da profissão contábil. O guarda-livros originou o atual técnico em contabilidade, observando não somente a mudança no nome, mais também na atividade profissional. Segundo Ulhôa (s.d.) o profissional de contabilidade já se fazia presente no Brasil desde o início da colonização, tendo datado o início da atividade de guarda-livros desde 1549 e, somente em 1770, surge a primeira regulamentação da profissão de contador no país.

A educação para o setor comercial passa a desempenhar um papel de relevância no que diz respeito sua relação com a sociedade, pois freqüentar aulas sobre comércio representava status e melhores condições, mostrando claramente a influência dessa modalidade de educação no mercado de trabalho.

De acordo com Ulhôa (s.d.) a profissão de guarda-livros é a primeira profissão liberal a ser reconhecida regularmente no Brasil, através do Decreto Imperial de nº 4.475 de 1870, tornando-se pioneiro em regulamentação contábil. Dentre os requisitos mínimos na formação de um guarda-livros estão seus conhecimentos na área de contabilidade, através de uma rebuscada caligrafia, do português e francês, além de noções de datilografia. O ensino comercial iniciado ainda no século XIX passou por longo tempo até sua estruturação dentro do sistema educacional do país, atendendo a uma qualificação referente às necessidades comerciais exigidas no período. O mercado de trabalho da época já exigia uma formação multidisciplinar, transpassando o conhecimento técnico, daí então, constar no currículo de escola de formação comercial das mais variadas disciplina que dão suporte para a qualificação desse profissional, valorizando cada vez mais e enfatizando a atividade contábil nos cursos de comércio.

A “Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral” passou a contar também com laboratórios atualizando sua formação, proporcionando seus alunos a utilização de laboratórios onde ministrava aulas práticas, permitindo uma maior compreensão dos alunos nos conteúdos de química, física, história natural.

A “União Caixeiral”, através de sua sociedade civil, idealizava a formação comercial atrelada ao que de mais novo se tinha de máquinas e ferramentas para o aprendizado na formação educacional dos seus discentes, sempre enfocando a proteção da classe comerciária.

As escolas construíram um simbolismo de linguagem, demonstrando uma conquista de autonomia e de se expandir, enquanto instituição detentora e responsável pela transmissão dos conhecimentos.

O grau de desenvolvimento do comércio em Parnaíba requisitava a cada tempo mão de obra formada em escola comercial, havendo uma necessidade de aprender aritmética, contabilidade e outros ofícios comerciais que viessem favorecer e impulsionar a economia local.

3.3 Ensino comercial no Brasil: histórico e legislação

Para uma melhor compreensão do estudo comercial no Brasil é necessário entender de que forma e quais eram as políticas educacionais, como se deu a oficialização do ensino comercial e que período foi implantado, enfim, de acordo com Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) o ensino comercial teve seu pioneirismo a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde, no governo provisório de Getúlio Vargas tornando-se o primeiro ramo do ensino

profissional oficializado no país, através do decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, o mesmo que regulamentou a profissão de contador, posteriormente estendendo a outros ramos de ensino.

De acordo com Ulhôa (s.d.) a oficialização do ensino comercial somente após quase uma década, durante a gestão do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 1943 é que se toma a iniciativa de rever, com propósito de reformulação e dar novos rumos a essa modalidade de ensino, adotando padrão legal aos cursos comerciais, aumentando uma fiscalização mais rigorosa com fins de melhor preparo para qualificação adequada, adotada já a partir de 1926, no chamado período pré-Vargas provocando assim, uma mudança substancial no dia-a-dia dessas escolas.

As novas medidas através do Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, Lei Orgânica do Ensino Comercial enfocam reformulação nos currículos de ensino comercial no país, através da introdução de novas disciplinas, além de avançar na reestruturação no campo administrativo, pedagógico e burocráticos dessas instituições escolares, influenciando diretamente nas práticas educativas e na cultura escolar.

As mudanças segundo a referida Lei deveriam ser implantadas em dois meses, o que acabou não ocorrendo, pois em alguns casos pecou pela lentidão em sua execução, levando anos e até décadas para serem efetivadas. Em algumas escolas utilizava-se tanto da nova como da antiga norma, dando uma coexistência entre elas para uma adaptação posterior e mais adequada da nova Lei de ensino comercial no Brasil.

A reorganização provocada pela referida Lei Orgânica do Ensino Comercial de 1943 está intimamente ligada às pretensões da “Reforma Campos” de 1931, imposta na gestão do ministro da pasta da Educação e Saúde Francisco Campos, que oficializou o ensino comercial e a profissão de contador. Pretensões essas, tinham o objetivo de desenvolver um ensino que melhor se adequasse as exigências da vida comercial, justificando a caminhada chamada de “grande destino”, incorporando previsão de progresso do amanhã, o qual já na década seguinte a oficialização dessa modalidade de ensino necessitou de reformulações e adequações para o desenvolvimento da formação educacional para a atividade comercial.

Com a adequação ocasionada pela Lei Orgânica de 1943, conhecida como “Reforma Capanema”, referência ao então ministro da pasta da Educação e Saúde, verifica-se de imediato uma definição de novos cursos na área comercial, tanto de nível básico, como de nível técnico, com novas disciplinas que passam a compor os currículos. Nesse contexto histórico é necessário observar a nomenclatura utilizada pela “Reforma Capanema” quando se refere à utilização de termos para identificar as disciplinas que fazem parte do currículo

considerado como de cultura geral e os de cultura técnica, o qual a última sofreu maiores ampliações em seu corpo de disciplinas.

Na “Reforma Campos” compreende-se dois momentos a regularização do ensino comercial: os cursos comerciais passam a ter o propedêutico e os cursos técnicos comerciais, não se utilizando de definições como 1º e 2º ciclo de ensino, terminologia utilizada pela “Reforma Capanema”.

A “Reforma Capanema” traz imediatas mudanças, visando um ensino baseado nos cursos de formação, aperfeiçoamento e de continuação, formando o que se convencionou chamar 1º e 2º ciclos. É importante salientar que anteriormente ensino como o industrial e o secundário já tinha passados por regulamentações previstas em Leis Orgânicas, o que dava maior suporte de normatividade a Lei Orgânica que oficializou o ensino comercial.

O curso propedêutico do período de gestão do então ministro Francisco Campos tinha a duração de 3 anos e o de preparatório para os cursos técnicos de secretário 1 ano, guarda-livros 2 anos, administrador vendedor 3 anos, contador 3 anos, o qual teve sua denominação alterada em 1939, pois era conhecido como a terminologia de perito-contador, e atuário 3 anos, tendo esse sistema findando como o advento da reorganização do ensino comercial proposto pela nova Lei Orgânica de 1943.

Como ressalta Ulhôa (s.d.), surge um novo sistema de ensino definido como ensino comercial básico dividido em dois ciclos, sendo o primeiro, visando à formação inicial básica, ensino primário de duração de 4 anos. Após seu término ao discente era permitida a escolha do ingresso a habilitação no 2º ciclo, o qual contava com as seguintes áreas específicas: comércio e propaganda, administração, contabilidade, estatística e, secretariado.

Um número mais expressivo de disciplinas técnicas passavam a vigorar nessa modalidade de ensino. No caso específico do 1º ciclo do ensino comercial, procurou adequar-se as condições e as necessidades de mercado para uma formação com finalidade mais profissional no campo de auxiliares de escritórios para atender o serviço público e empresas de cunho particular, o qual a instituição em estudo teve uma participação de relevância na preparação desses profissionais para a sociedade parnaibana em grande parte do século XX, mesmo antes da reforma proporcionada pela Lei Orgânica de 1943, quando o seu curso era dividido em duas fases, sendo a primeira de 3 anos (propedêutico) e segunda de 2 anos, formando o então profissional denominado de guarda-livros. Sua primeira turma formada teve sua conclusão em 1442, sendo somente depois da “Reforma Capanema”, regularizada dentro das perspectivas da nova norma que oficializava o ensino comercial e a profissão de contador.

O ensino comercial no Brasil passa a constar com a divisão em ciclos e o discente ampliava seu rol de conhecimentos avançando ao posterior estágio de sua formação após a conclusão do 1º ciclo, denominado de cursos comerciais técnicos, referente ao 2º ciclo do ensino comercial, com duração de 3 anos, onde o mesmo passa a constar em seu currículo com disciplinas consideradas de cultura geral, de cultura técnica e de práticas educativas, como canto orfeônico de cunho clássico e educação física.

Os cursos comerciais técnicos tinham como propósito a formação de profissionais para atuarem nas funções mais específicas das áreas administrativas de comércio no serviço público e particular, ficando a formação de auxiliares de escritório para o 1º ciclo, curso básico.

Para o entendimento das funções do comércio, fez-se necessária a implantação de habilitações como os cursos “técnico de comércio e propaganda”, “secretariado” e de “contabilidade”. No caso específico, a “União Caixeiral” passou a direcionar sua preparação e formação discente para o profissional guarda-livros e posteriormente contador, que nesse período tinha status de curso superior. O curso de contador ou guarda-livros passa a ter a terminologia com a “Reforma Capanema” de curso de contabilidade.

Capanema justificava a permanência do curso de contabilidade em sua reforma, pois segundo ele “um curso reclamado pela extensão e complexidade de nossas atividades burocráticas públicas e particulares” (Capanema, p. 7). Sua justificativa baseava-se no crescimento do país envolto de um desenvolvimento urbano e industrial e a necessidade de mão de obra para atender a demanda de mercado, principalmente a partir dos anos 40.

Os alunos da União Caixeiral vivenciaram o universo escolar de formação para atuação no comércio, durante todo o transcorrer da reforma do ensino comercial, impulsionado pelas transformações sociais do período, ultrapassando todos os trâmites do sistema educacional comercial no país, desde sua oficialização em 1931 e sua reformulação através da Lei Orgânica de 1943, procurando se adequar as transformações exigidas pelas normas supracitadas, procurando atender as exigências do mercado de trabalho em pleno desenvolvimento do segundo ciclo econômico da cidade de Parnaíba.

È importante salientar os efeitos que a legislação responsável pela reorganização do ensino comercial no Brasil teve sobre o cotidiano escolar da União Caixeiral, seus professores, alunos, que antes estavam sobre a tutela da “Reforma Campos”. De acordo com os cursos ofertados, definia-se o tipo de estabelecimento de ensino ou como sendo escola de comércio ou escola técnica de comércio, onde se encontrava algumas diferenças: no caso da primeira essa definição de escola de comércio servia apenas para ministrar o curso comercial

básico; já o segundo caso era destinado aos estabelecimentos que oferecessem os cursos técnicos comerciais, facultado o ensino do 1º ciclo.

A União Caixeiral no ano letivo de 1943 já oferecia o curso propedêutico e um curso técnico de comércio, contador ou guarda-livros, como também era conhecido no período. A proposta educacional continuou com os cursos comerciais de 1º e 2º ciclos do ensino comercial. As alterações emanadas da nova legislação já a partir de 1944, a União Caixeiral passou a ser denominado de Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Seus alunos a iniciar o novo ano letivo também tinham como exigência de ingresso nos cursos comerciais oferecido nesta instituição de ensino o exame de admissão, logo saberiam que não teriam facilidade de assumirem seus lugares no curso, pois teriam que se credenciar através de provas. Ressalta-se também o limite de vagas disponíveis para o ingresso de novos alunos, o que levava a ser feito previamente reservas de vagas de um ano letivo para o outro.

Vale salientar que o exame de admissão, segundo a Lei Orgânica que o credenciava como requisito necessário em determinado nível de ensino, dispõe na sessão II, artigo 22, que fica facultado a exigência do mesmo como obrigatoriedade para matrícula inicial em curso técnico, além da manutenção do exame para ingresso ao curso básico, podendo ser estendido, de modo facultativo, aos cursos técnicos que ainda na “Reforma Campos” eram submetidos apenas à apresentação de documento comprovando sua conclusão no ensino propedêutico dentre outras exigências documentais.

O exame era composto de prova escrita e oral nos conteúdos de matemática, português, geografia e história do Brasil, sendo o conhecimento de francês não exigido, já que o mesmo não existia no currículo referente ao curso primário. Eram intermináveis maratonas de provas na “Reforma Campos”, que acabou ficando mais suave a partir da “Reforma Capanema”, já que centrava seu intuito de avaliação em três momentos do ano letivo, mais acrescido de provas de algumas disciplinas técnicas, o qual o conjunto de provas era denominado de “exame de suficiência”, que visava uma verificação periódica do desempenho dos alunos.

As disciplinas contavam com duas provas durante o percurso do ano e mais uma no período final, exigindo nesse caso em especial, todo o conteúdo ministrado. As primeiras eram feitas na sala de aula com o professor da disciplina, podendo ser escrita ou prática e a final passava por uma banca examinadora, sendo realizada de forma oral ou escrita, constituindo assim, os instrumentos avaliativos das disciplinas referentes aos cursos comerciais.

Daí se pesquisar de forma mais aprofundada os relatos como de Gilberto Escórcio Duarte, baseado em seu acervo pessoal sobre o exame de admissão.

O exame de admissão era feito em forma de uma banca composta por três professores que aplicavam e davam o resultado final após análise das provas, nas modalidades escrita e oral. Dois davam a nota e um qualificava o candidato dando a nota final (DUARTE, 2009).

O sistema de ensino comercial, segundo proposta de articulação de Capanema, iria articular-se com os outros ramos como o industrial, secundário, agrícola e normal e diferente níveis de ensino da educação nacional, primário, secundário e superior, com o propósito de quem terminasse o ensino ginásial, ou 1º ciclo do ensino normal, ingressar a qualquer um dos cursos comerciais técnicos da reforma. Esta articulação alcançaria também o estudo primário e o superior, correspondente aos cursos técnicos comerciais, conhecidos como de 2º ciclo. O primário de 4 anos passou a ser articulado com ensino comercial básico dispensando o exame de admissão ao final deste nível para o ingresso no ensino propedêutico, o que Capanema chamava de “expediente antipedagógico”, ocorre que na prática não houve uma sustentação entre a teoria da articulação do ensino primário com o comercial básico.

A reorganização do curso da “Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral”, provocada pela “Reforma Capanema”, os concluintes do primeiro ano do antigo propedêutico, passariam, no ano seguinte, em 1944, para a chamada segunda série do comercial básico, o qual não tinha ainda grandes alterações relacionadas ao currículo anterior.

Somente com a Portaria nº 52, de 28 de janeiro de 1946, é que foram expedidos os exames de admissão de acordo com as exigências da nova norma, a Lei Orgânica do Ensino Comercial de 1943. Diante de tal fato, ocorre que a União Caixeiral manteve a programação dos exames anteriormente executados nos primeiros anos letivos da Instituição. Situação esta que seria mais uma das outras que fariam parte da trajetória deste estabelecimento de ensino comercial e da própria carta legislativa.

O curso de contador, não contaria de acordo com a “Reforma Capanema” com alterações curriculares, mas sofreria influência delas. Na verdade afetava diretamente os ingressos no então curso de contabilidade, já que o contador, turma iniciada em 1943 e terminada em 1945, estava enquadrado nos novos cursos segundo a Lei Orgânica do Ensino Comercial. A reforma de 1943 contava com mais disciplinas de caráter técnico do que havia no chamado ensino propedêutico, já que desse ensino figura apenas a disciplina de Caligrafia que amplia a perspectiva de cunho técnico ao somar com disciplinas do comercial básico:

Desenho, Datilografia, Estenografia, Prática de Escritório e Escrituração Mercantil, além do aumento de disciplinas de Cultura Geral.

Pesquisando nos documentos da União Caixeiral se depara com um conflito gerado pela morosidade e demora da implantação definitiva da complementação da legislação, estando as turmas de 1944 e 1945 ora como turmas do curso de contabilidade ora como curso de contador. Os programas de ensino desses cursos causavam uma ausência de definição legal, pois se exigia a abertura de novos cursos comerciais reorganizados, antes mesmos de definidas as disciplinas a serem ministradas, situação que somente amenizou com as novas disposições transitórias para a execução da Lei Orgânica do Ensino Comercial.

De acordo com o artigo 1º do Decreto-Lei nº 7.938, de 6 de setembro de 1945, é assegurado aos alunos matriculados no corrente ano escolar, em qualquer série do curso de contabilidade o direito de se adaptarem à série correspondente do curso de contador seguindo a seriação de disciplinas da antiga legislação. Traz ainda, em seu parágrafo único a não permissão de adaptação do que trata o artigo supracitado, para os alunos que no ano de 1946, iniciaram o curso de contabilidade.

Com relação ao ensino superior, somente em 1945 a formação do contador recebeu status oficial, pois os cursos de ensino superior correspondentes aos cursos técnicos comerciais 2º ciclo ainda não estavam concluídos e somente seriam com a criação da faculdade de Ciências Econômica no país. É importante lembrar que nesse intervalo os discentes que terminavam os cursos técnicos comerciais, tinham comprometido sua formação continuada em seus estudos, dificultando em alguns casos seu ingresso no mercado de trabalho. No caso específico da cidade de Parnaíba nos anos 30 e 40, as empresas e indústrias não levavam em conta tal prosseguimento continuado nos estudos específicos da área comercial, pois recebiam e absolviam a mão de obra formada na União Caixeiral e de outras escolas de ensino comercial como o Colégio Nossa Senhora das Graças, os quais já saíam com algum tipo de qualificação.

Segundo Elias Ximenes do Prado (2010), sobre o egresso dos alunos da escola na sociedade comenta:

[...] Gilberto Escórcio Duarte foi ser presidente da União Caixeiral depois de muito tempo e foi meu contador quando fui prefeito (de 1973 a 1976). Um dos meus colegas de turma, Zé Tomaz Neto, chegou a ser subgerente do Banco do Brasil de Parnaíba.

As empresas e indústrias do segundo ciclo absolveram a mão de obra formada na União Caixeiral, além de casas comerciais de familiares e amigos, alguns ainda, não tinham nem o curso concluído e acabavam aproveitando uma experiência na vida profissional. Seus salários diferenciavam de acordo com os cargos e atividades que exerciam nestes estabelecimentos de comércio e indústria. É importante salientar que muito de seus discentes já eram empregados em empresas comerciais na cidade.

Como a escola respondia ao desenvolvimento econômico da cidade é interessante salientar que seus alunos eram absorvidos pelo comércio e se fixavam no mercado de trabalho, assim como o Colégio Nossa Senhora das Graças, para o público feminino.

4. UNIÃO CAIXEIRAL COMO LUGAR DE MEMÓRIA: ESPAÇO INSTITUCIONAL, IDENTIDADE COLETIVA, CULTURA PROFISSIONAL E PRÁTICAS ESCOLARES

A história da União Caixeiral na primeira metade do século passado é marcada pelas mudanças ocasionadas pela reorganização do ensino comercial de 1943, exercendo influência direta na organização administrativa, burocrática e pedagógica da escola. Neste Capítulo, busca-se compreender o dia a dia da escola enquanto construção de uma cultura escolar no espaço da instituição educacional, através das vivências de seus sujeitos. Como se deu a sua organização escolar, como se organizavam a direção e a admissão de seus professores, seus recursos didáticos, proposta, currículos e sua relação com a educação no período na cidade e suas festas escolares.

Segundo Dominique Julia (2001, p. 9): “A cultura escolar é descrita como um conjunto de normas [...] e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”.

4.1 Dia a dia da escola enquanto construção de uma cultura escolar

Atualmente, a história da educação nos proporciona uma reflexão maior de nossas instituições escolares, visualizando seus sujeitos, cultura escolar, ou seja, todo um contexto histórico, cultural, social e intelectual que envolve uma escola. O corpo docente de instituição de ensino tem papel fundamental no processo de construção de sua cultura escolar.

Os modos de agir e pensar de uma sociedade necessitam do processo de escolarização, através do aprendizado de conhecimentos e no desenvolvimento de habilidades, que venham a compreender o universo da cultura escolar além dos limites da escola. Para Julia (2001) os pátios de recreios fomentavam na formação de hábitos e atitudes, conhecidas como culturas infantis e o desprendimento destas com as de formação familiar.

A União Caixeiral, desenvolve em seu início de atividades educacionais procedimentos disciplinares e didáticos que influenciariam de forma concreta na consolidação de uma cultura escolar fundida com o cotidiano vivenciado pelos seus sujeitos interno e externamente.

A Instituição educacional, assim passou a constituir um lugar de memória a ser explorado, evidenciando sua trajetória histórica, não somente quando do processo ensino e aprendizagem, mas também, como espaço escolar desde sua fundação como Instituição de

Sociedade Civil na cidade de Parnaíba. Suas representações simbólicas que marcam sua identidade representam suporte de compreensão de sua cultura escolar inserida em seus corredores e pátios, perfazendo o entender de seu espaço físico, além de sua identidade coletiva e profissional e suas práticas pedagógicas.

A educação de formação comercial sempre foi prioridade, por se tratar de uma Instituição mantida pela “Sociedade Civil União Caixeiral”, cujos propósitos de sua criação foram enfocados na missão de proteção, atualização e formação profissional da classe de comerciário da cidade de Parnaíba.

Para um estudo mais aprofundado foi desenvolvido uma busca em seus arquivos, priorizando fontes adequadas à temporalidade da presente pesquisa, correspondente aos anos de 1918 a 1950, além de entrevista semi-estruturada aplicada entre os oito sujeitos que vivenciaram o período aqui estudado. Segundo Branco (2008, p. 234) ao se referir das lembranças de escola por parte dos alunos ressalta a importância delas: “[...] bem como a emoção em todas as falas dos sujeitos históricos; [...] a afetividade trazida pelas lembranças escolares e o apego com os lugares que se traduziam na constituição de um tempo e de um espaço educativo”.

Nessa etapa da pesquisa foi necessária uma análise e compreensão do universo de cultura escolar da Instituição e sua relação com a sociedade de Parnaíba e regiões do norte do Estado do Piauí. É importante salientar que a Sociedade Civil mantenedora da Escola possuía uma forte rede de relacionamentos com outras Instituições de cunho comercial em todo o Brasil, como consta em seus arquivos através de atas e dados concedidos pelos entrevistados durante o decorrer da pesquisa, exaltando a relevante importância que a Sociedade Civil exercia perante as suas co-irmãs.

Seus objetos também trazem uma identidade muito forte para com seus alunos, professores e funcionários que em determinado tempo se fizeram presente como sujeitos de sua trajetória histórica em prol do ensino comercial constituindo forte elemento na construção da cultura escolar da Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral.

A “Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral”, através de seus objetos e espaços construía um universo de cultura escolar, com seus sujeitos devidamente uniformizados para o período, mas precisamente no final dos anos 30 e durante toda a década de 40, com seus paletós e gravatas, no caso dos homens e para as mulheres vestidos longos, de disciplina rígida relacionada principalmente a pontualidade e comportamento.

Como relata Elias Ximenes do Prado (2010) em suas lembranças referentes a escola.

Em 1938 eu entrei na Caixeiral, para fazer o curso propedêutico, eram três anos e depois fazia o curso de guarda-livros que hoje corresponde a contador, e tive ali o melhor período da minha vida que foi a minha juventude. Eu entrei em 1938 com 13 anos e sai em 1943 com 18 anos, tivemos ali com o diretor, no meu tempo Dr. Clodoveu Cavalcante

Para Elias Ximenes do Prado, suas memórias relacionadas a “Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral” constituíram momentos de lembranças da escola, como lugar produtivo e de suma importância para sua formação ao se referir como o melhor período de sua vida.

4.2 A sala de aula como espaço de construção da proposta pedagógica da escola

Suas salas de aulas com carteiras coletivas e de forma enfileiradas, tendo sempre a frente dos alunos um tablado devidamente composto da mesa do professor e ao lado o quadro negro, local esse, onde eram repassados os ensinamentos, além de outros objetos de essencial importância como o giz e o apagador devidamente colocados ao início das aulas pelo funcionário da escola. A figura do bedel já se fazia presente ao dia-a-dia das práticas escolares, sendo os mesmos responsáveis pela arrumação da sala e colocação de material a ser usado pelo docente.

Gilberto Escórcio Duarte (2009) lembra de sua primeira função como funcionário da escola, “Comecei como bedel, era responsável por deixar a sala toda arrumada desde as mesas, cadeiras e objetos a serem utilizados pelo professor. Tenho muito orgulho de ter iniciado nessa função e continuado como professor e depois como diretor”.

A organização na sala de aula ressalta como importante componente de formação da cultura escolar, o que não constata diferente na “União Caixeiral”, onde as atividades eram primordialmente disciplinares em postura e comportamento.

O seu espaço representa-se sempre de forma retangular, quadro negro no verdadeiro sentido da expressão, giz branco, com carteiras perfiladas e em fileiras com a mesa do professor à frente.

De acordo com as disciplinas aplicadas tinha certas peculiaridades como a sabatina de contas na disciplina de matemática, como lembra Gilberto Escórcio Duarte (2009) sobre suas primeiras aulas de matemática, “professor entrou na sala e disse: -Tabuada! Quem não souber pega! Era palmatória mesmo, no meio da mão, depois passou a ser régua”.

O zelo por uma boa escrita traduzida na caligrafia nas aulas de português, em punho feita repetidamente no cotidiano dos discentes. Nas aulas de geografia os mapas seguros em um cavalete eram apresentados e orientados a desenhos pelos professores.

Todo esse universo formado na sala de aula é importante para o entendimento da proposta pedagógica da escola, onde visava não somente a formação comercial, mas uma formação disciplinadora e intelectual.

Seus professores eram em sua maioria pessoas reconhecidas pelos seus prestimos educacionais e competência profissional perante a sociedade parnaibana, indicadas em muitos casos pelos membros da sociedade “União Caixeiral”, composta de nomes de prestígio no período, onde o desenvolvimento do comércio era algo relevante para o progresso e desenvolvimento da cidade de Parnaíba.

É importante ressaltar que alguns de seus professores acabaram se tornando diretores da escola como: Clodoveu Philippe Cavalcante e Antonio Alves da Silva, assim como posteriormente Gilberto Escórcio Duarte.

A escola era representada por um corpo docente de reconhecimento na sociedade parnaibana e de relevante experiência na prática de ensino. O corpo docente da Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral, no início de suas atividades das séries comercial básico, contabilidade e guarda-livros, era composta dos seguintes professores:

Dr. Clodoveu Philipe Cavalcante, professor de português, geografia e posteriormente assumiu cargo de diretor.

Dr. João Orlando Moraes Correia, professor de matemática

Dr. Heitor Araripe Souza, professor de prática jurídica

Dr. Darci Fontenele de Araújo, professor de elementos da economia

Dr. Solfière Taciano Cabral Telve, professor de física, química e geografia humana

Prof. José de Lima Couto, professor de inglês

Prof. Antonio Narciso de Oliveira Castro, professor de contabilidade

Prof. Francisco Pessoa Pereira, professor de português

Pe. Davi Augusto Moreira, professor de matemática

Prof^a. Maria da Penha Fonte e Silva, professora de história e desenho

Prof^a Edmée Amorim Rêgo, professora de ciências

Prof^a Cléa Furtado de Araujo, professora de francês

Prof. Heitor Almeida, professor de matemática e estatística

Em suas salas de aula ressaltava a presença de armários, além de carteiras individuais e coletivas em forma de filas devidamente arrumadas, característico do ensino no período das décadas de 1930 e 1940.



Fotografia 16: Carteira individuais e coletivas – União Caixeiral
Fonte: Acervo Particular de Gilberto Escórcio Duarte

O universo da sala de aula estava assim, inserindo dentro do contexto da relação professor-aluno, onde se repassava os conteúdos baseados em currículos regimentados pelas reformas mencionadas, Campos e Capanema, que regulamentaram o ensino comercial no período de 30 e 40, quando a escola inciou suas atividades educacionais.

A proposta pedagógica da escola era baseada na disciplina e compromisso de seus alunos e professores, os quais desempenhavam suas atividades em sala de aula visando um aprendizado que viesse suprir a necessidade do mercado com profissionais competentes para atuarem no comércio e demais empresas que faziam parte do cotidiano da cidade em seu esplendor econômico.

Como diz Elias Ximenes do Prado (2010).

Na Caixeiral cantávamos o hino da Parnaíba, do Brasil, da proclamação da República. Ao chegar na sala de aula o professor dava sua aula e os alunos os só saiam após tocar o sinal e ficávamos no pátio em uma confraternização, e retornavam à sala de aula após a entrada de outro professor.

A escola aparece significando um lugar de aprendizado, deixando transparecer um grande agradecimento na formação como cidadão e profissional, enfocando o civismo e a disciplina como elementos formadores de suas práticas pedagógicas.

4.3 Arquitetura escolar enquanto representação simbólica



Fotografia 17: Fachada do Prédio da Escola e Sociedade União Caixeiral
Fonte: Acervo Particular de Gilberto Escórcio Duarte

A Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral, ostenta até hoje em sua fachada o classicismo que marcou as construções de escolas e prédios de vários segmentos institucionais no início do século passado, fazendo parte assim, de um conjunto arquitetônico que evidenciava a avenida acima referida, de uma importância representativa da ostentação comercial que vivia a cidade, principalmente nos anos 30 e 40.

A imagem de sua fachada registra significados múltiplos, que possibilitam uma compreensão enquanto Instituição Escolar e representatividade de uma classe de comerciantes, além de contribuir para sua eternização e estudo. Conhecer a cidade de Parnaíba é também preservar a história de suas Instituições e suas contribuições para com a ela e todo o norte do Estado do Piauí. Nesse período era evidente a crescente forma de divulgação a inclusão de fotografias em Almanques, revista e outros periódicos.

No caso específico da cidade, se iniciava na primeira metade do século XX a publicação do Almanaque da Parnaíba, que servia também como meio de vinculação de suas Instituições, fazendo assim parte a União Caixeiral que representava a renomada classe de comerciário que representava o próspero desenvolvimento econômico que era acometido na cidade.

Na década de 30, quando inicia as atividades educacionais da União Caixeiral e após concluir a construção de seu prédio situado na atual Avenida Presidente Vargas, a escola já contava com um sobrado, onde em seu térreo era composto de compartimento que logo depois serviria de biblioteca, além de um espaço que semelhava um auditório para atividades cívicas, promovendo uma educação típica do período republicano dos anos 1930 e 1940.

Sua fachada, fincada na sua parte superior, gravado no concreto sua data de fundação, era composta de três grandes portas, sendo uma de maior porte que leva a uma pequena varanda composta de quatro mastros onde diariamente se hasteavam as bandeiras do Brasil, Piauí, Parnaíba e da “União Caixeiral”, localizada frontalmente e várias janelas na sua parte superior, interiorizada por uma escadaria de contorno clássico do período, com corrimões que circundavam toda sua extensão, a qual ganhava forma dupla após sua primeira metade, onde consta uma placa de sua fundação. Na parte térrea, ainda se encontrava um pátio no fundo que funcionava como área de recreio, bem típico do período.

A simetria do edifício contrastava com as residências e as lojas de comércio local também caracterizam a cultura escolar inserida em seu interior, suas salas de aula eram longas revestidas de pisos de madeira de duas faces, ligadas por corredores laterais sem divisórias, o que sempre ao passar por elas se tinha a visão da prática pedagógica de seus docentes, em tom preto e creme alternadamente, com paredes grossas em concreto e colunas que com o passar do tempo ganharam um acervo de quadro de formatura que perdurou até o encerramento de suas atividades educacionais, quando foram doados para a guarda do Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba.

Suas janelas, sempre ornamentadas de pequenas colunas resguardavam e impediam alguns desavisados alunos ou professores que se encostavam nela para vislumbrar a tão impactante avenida em baixo. Seu teto de telha era sempre uma orla contornando suas formas típicas de edifício escolares do período corresponde à primeira metade do século XX. A demanda por vagas acabou resultando na construção de novas salas de aulas a partir da década de 40, quando a escola passou exercer o seu papel educador de formação do técnico em contabilidade.

A procura passou a ser maior que a demanda por vagas, e suas salas já não comportavam o número suficiente de alunos, os quais passavam a guardar vagas de um ano para o outro, na tentativa de ser contemplado com o ingresso nos cursos oferecidos pela Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral.



Fotografia 18 : Sala de aula da EscolaTécnica de Comércio da União Caixeiral
Fonte: Acervo Particular de Gilberto Escórcio Duarte

Um caso em particular, uma das salas continha banheiros para ambos os sexos, além de outro, também para os homens e mulheres em uma área acoplada a entrada das salas de aula a direita após o término de suas escadas. Uma sala que servia de secretaria e diretoria era parte que complementava seu complexo como espaço físico, onde em frente era visto uma grande suntuosa varanda com pequenas colunas, que continha quatro mastros onde eram hasteadas as bandeiras do Brasil, Piauí, Parnaíba e da “União Caixeiral”.

Numa análise mais aprofundada de sua fachada nos repassa mais que uma escola, informa os valores sociais, cívicos, disciplinares, culturais que envolviam sua cultura escolar e a relação dela com a sociedade parnaibana. Seu prédio permanece independente de seu estado de conservação, bastante vivo na magnitude de representação e simbolismo que exerce sobre os sujeitos que, em algum momento, fizeram parte da história dessa Instituição educacional.

4.4 Identidade Coletiva como compreensão da cultura escolar

A construção social de uma escola passa pela interiorização de comportamento através do espaço e tempo, constituindo representações de caráter simbólico, estéticos, culturais que contribuem para melhor compreensão de sua influência quanto a identidade coletiva e sua relação com a sociedade do período onde está situado como sujeito ativo do processo educacional.

Partindo desse princípio a União Caixeiral sofre influência nos seus primeiros anos de labuta no processo educacional diretamente de sua sociedade fundadora e mantenedora composta pelos comerciantes de Parnaíba, onde está inserido a vontade e preocupação de seus representantes quanto à formação de uma classe continuadora de seu papel não somente como profissionais do comércio, mas como elementos formadores de opiniões no campo político, econômico, social e intelectual da cidade.

Inicialmente a sua fundação como sociedade civil e anteriormente relatada no presente trabalho, a intenção de se criar uma escola, verifica-se a importância de contar com sede própria e de reluzente imponência, representando a magnitude dos papéis os quais seus fundadores ostentavam como sujeitos na sociedade de Parnaíba.

Seus alunos passaram por várias etapas de construção de sua identidade coletiva, partindo da concepção do grau de importância dos espaços escolares possuem em relação a está formação. A União Caixeiral iniciou suas atividades educacionais ainda com aulas ministradas em casas de particulares e, posteriormente, após a aquisição do prédio situado na atual Avenida Presidente Vargas, passa a exercer o ensino em uma edificação pelo qual ficou conhecida como instituição escolar. Mas precisamente na década de 30 e início dos anos 40 do século XX, foi reconhecida como prestadora de serviços educacionais, já enfocando sua intenção para formação comercial.

O espaço e o tempo escolar estão intimamente ligados na construção dessas representações sociais e históricas, não obstante, em relação a União Caixeiral são peças de fundamental importância no entendimento de seu processo histórico e temporal.

Ao analisar sua trajetória educacional, a “União Caixeiral” nos apresenta um processo de escolarização que está diretamente vinculada com seu espaço e tempo escolar, permitindo assim, conhecer melhor os sujeitos que constituíram, de alguma forma, sua identidade coletiva. Dentro desse processo percebe-se a materialização do ser pessoal, institucional, através de seus móveis, fotografias, horários de aulas e de atividade cívicas, físicas e culturais, pátios, escadas e seus corrimões, carteiras escolares em seu

compartilhamento duplo, enfim, todos e outros mais, compõem um simbologismo fornecedor de uma compreensão mais apurada de quem e o que foram seus sujeitos e sua relação com a sociedade parnaibana.

Segundo Ciavatta (2007, p. 25), “O homem, sujeito e objeto na produção do conhecimento, não é um indivíduo isolado, mas um sujeito social que realiza a história e nela se realiza”

O processo social se interliga na formação coletiva de seus sujeitos, exercendo influência que se insere no cotidiano das pessoas. No caso da escola materializa-se através do universo que os apresenta como objetos de discussão e entendimento de uma cultura escolar integrante com a cidade.

O cotidiano da escola possibilita a emancipação dos indivíduos e ao mesmo tempo a socialização de seus hábitos, atitudes, fortalezas e fragilidades com o externo, representados pela sociedade como um todo. A escola representa esse elo de passagem, onde todo esse conjunto representa papel de relevância.

Ao pesquisar os arquivos da União Caixeiral depara-se com documentos que remetem a uma temporalidade do processo educacional, onde os gêneros estão bem definidos quanto seus papéis na Instituição. Os quadros proporcionam a análise do qual minuciosamente se desenvolve como fonte de suma importância no entendimento relacionado a gênero nos primeiros anos de funcionamento como escola. A presença masculina estava devidamente ressaltada em seus principais cargos, enquanto que o feminino se fazia presente em seu quadro docente, mesmo que em menor quantidade. Os quadros hoje sobre a guarda do Instituto Histórico e Genealógico de Parnaíba reservam fontes de análise quanto à participação de homens e de mulheres na educação para formação comercial, já que a escola desde o início de suas atividades educacionais, enfocava o seu verdadeiro objetivo de contemplar a cidade de mão-de-obra devidamente preparada para o comércio, como se caracteriza com a formação inicial em Guarda-livros e, posteriormente, Técnico em Contabilidade.

A identidade coletiva é entendida como instrumento de compreensão da cultura escolar empregada em um estabelecimento educacional em determinado tempo da história. As imagens de classes nos transmite certa ordem escolar, dispostos na sala de aula em fileira de carteira em duplas ou até triplas, os alunos seguiam uma disciplina cotidiana de conteúdos ou no caso de imagens da turma o padrão de enquadramento comum na primeira metade do século XX, nos permite visualizar uma disposição na primeira fileira sentados e os alunos e professores que restassem em pé atrás, unindo vários sujeito que compõem o ambiente escolar

como os professores, alunos, diretores, subdividindo ainda por classe como 1º, 2º, 3º, recriando a própria coletividade representada pelo universo escolar, revelando seu mais profundo sentido de ser aluno.

A recordação dessa identidade coletiva é presente nos sujeitos em relação a União Caixeiral, permitindo através da memória e imagens transmitir o universo interior do cotidiano sala de aula nesta Instituição de Ensino, relatando os detalhes rotineiros de seus alunos, postura disciplinares a que eram submetidos, além das avaliações escritas e orais, onde em particular tinham que passar por sabatinas diárias, momentos de civismo, como o hasteamento da bandeira, indispensavelmente todos enfileirados e entoando em voz alta o hino nacional brasileiro. O enquadramento moral se faz presente ao se analisar esse momento referente a cultura escolar, ou seja, a classe proporciona esse resgate de entender em seu mais profundo interior esta Instituição de Ensino.

As imagens de classe são verdadeiros rituais de compenetração, como ressalta Souza (2001, p.90), “A escola é um espaço da ordem, da obediência, do silêncio e da disciplina, cuja representação é confirmada nesse tipo de imagem”.

O corpo docente é sempre lembrado pelas contribuições deixadas nessas Instituições de ensino, a dedicação que cada um por algum momento prestou não somente a Instituição de Ensino em si, mas para a própria comunidade.

Elias Ximenes do Prado (2010) relembra seus professores e suas características.

Vários professores que passaram por lá, por exemplo, a filha do João Pinto; irmã da minha primeira professora de taquigrafia, já falecida Joana Pinto, que era funcionária Federal e foi embora pra Recife com a família; e também tinha outros professores como o Raul Santos, funcionário do Banco do Brasil, que era professor de matemática e tinha um jeito mais pratico de ensinar e tínhamos também o Padre David, que era uma figura notável e era professor por mérito, também professor de matemática e ele compunha músicas na base da matemática, era impressionante e tinha o jeito mais técnico de ensinar, ele era um grande músico e era um dos professores do instituto São Luís Gonzaga e depois se tornou até diretor desse instituto.

Elias Ximenes do Prado (2010) ao se referir ainda, seus professores na União Caixeiral, traz em suas memórias trazia particularidade das práticas pedagógicas utilizadas pelos sujeitos que formavam o corpo docente da escola.

Outro professor que nós tínhamos era o Lima Couto, professor de inglês que não ensinava nada e agente só tirava dez nas provas que eram oral e ele achava que agente sabia falar e dava a nota, mas na verdade ninguém aprendia nada. O professor de Geografia, José Euclides de Miranda também era médico. O professor de

português era muito inteligente e se chamava Pedro Bóson, sobrinho do Monsenhor Bóson, uma das maiores culturas, era membro da Academia Piauiense de letras. Havia também a professora de francês, Madame Henriete Castelo Branco, uma mulher muito dócil e inteligente e tinha uma grande facilidade de lecionar. A professora Maria da Penha dava aulas também na Caixeiral.

Os professores nos primeiros anos da República eram reconhecidos com admiração, a figura do mestre era respeitada como o mentor do conhecimento a ser adquirido. A União Caixeiral recrutava para seu corpo docente professores reconhecidos e compreendidos como uma plêiade de educadores ilustres pela sociedade parnaibana e relatados por seus alunos em suas recordações, pela postura individual e que muitas ocasiões se convertiam em forma coletiva, seguindo os padrões culturais de uma cultura profissional do período de 30 e 40, pontos mais enfocados nesta presente pesquisa, pois foi o momento de inicialização das atividades educacionais da escola de cunho comercial em Parnaíba.

4.5 Quadros de formatura: a imagem como representação escolar

De acordo com Souza (2001, p. 78) ao se referir a fotografia como fonte ressalta que: “O desafio do pesquisador que busca utilizar a fotografia como objeto de estudo reside justamente na interpretação. Enquanto receptor da imagem, ele não pode desconsiderar os mecanismos implicados em sua recepção”.

A partir do século XX, o que se observa é uma difusão das fotografias escolares, tendo a foto de classe e de formatura como mais populares, sendo a última constituída no dos maiores acervos da “União Caixeiral”, atualmente sobre a guarda do Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba. Como afirma Souza (2001, p. 79):

A homogeneidade e a uniformização são características dos retratos escolares, cujo enquadramento, disposição formal, ângulos, focalização e planos, são semelhantes em diferentes épocas e em diferentes instituições educativas. Há, portanto uma certa identidade e representação padronizada dessas imagens.

O valor social da escola no Brasil, segundo Souza (2001) impulsionou uma disseminação de fotografias de classes escolares, onde alguns momentos desta proporcionam algo que representa registro e recordação, como festas cívicas e comemorativas, de encerramento do ano letivo e de conclusão de grau, enfim, constitui-se período escolar de significado profundo na família e na vida do aluno.

O público responsável pela aquisição destas fotografias são os pais que procuram exercer a curadoria das mesmas, em seus acervos de álbum de família, como forma de recordação e representação da história de vida de seus filhos enquanto aluno daquela Instituição. Cenas ao lado dos professores, colegas, nas solenidades cívicas, na fachada da escola, simbolizam a sua relação com a cultura escolar desempenhada no tempo histórico de sua vida escolar.

O acervo de fotografias da União Caixeiral se encontra sobre a guarda de particulares, principalmente após o encerramento de suas atividades educacionais em 2005. Os arquivos da escola no que se refere ao acervo fotográfico enfocam imagens de professores, salas de aula, fachada da escola, solenidades esportivas, culturais e cívicas. De acordo com Souza (2001, p. 80): “Enquanto há na escola pessoas que se recordam dos acontecimentos retratados ou dos fotografados, sobressai um pouco mais o conteúdo latente da fotografia”.

As reflexões aqui relatadas devem-se em muito, ao fato da conservação das fotografias que possibilitam uma análise mais adequada do que representa a imagem, em seu sentido simbólico da cultura escolar inserida em cada tempo histórico da vida escolar de seus sujeitos, que em algum momento de suas vidas participaram ativamente da vida daquela Instituição Educacional. No caso da União Caixeiral, os entrevistados se reportam sempre a suas fotografias para alimentaram suas memórias, repassando um raio-X de toda sua trajetória escolar no período que se constituiu como sujeito da história da escola. Como afirma Souza (2001, pp. 80-81).

Nos relatos feitos por ex-alunos, emergem trajetórias de vida misturadas com a memória de uma cultura escolar. Esta memória, especializada nos contornos da escola como lugar, refere-se aos comportamentos dos professores, à disciplina, ao convívio com os colegas. Essas relações sociais inscritas na cultura escolar sobelevam a fotografia como representação. Significa dizer que as imagens expressam um padrão identitário da escola enquanto instituição educativa cujo o imaginário social é reforçado por comportamentos, símbolos, práticas e ritos, tais como, o uniforme, a aula, a bandeira, a arquitetura escolar, a sala de aula.

É importante salientar, a presença de forte vínculo entre a memória institucional e a memória familiar representado através das fotografias, onde a primeira é portadora de memória factual, como ressalta Magalhães (1986), assentando-se em uma transmissão oral, marcadas em alguns momentos de exageros. Não deixam de produzir cultura escolar, sempre transmitindo cultura em cada tempo histórico.

A fotografia nos permite vislumbrar uma Parnaíba na primeira metade do século XX, com um crescimento intenso do comércio e instalação de empresa de cunho comercial, que

proporcionaram desenvolver um ciclo econômico baseado no extrativismo vegetal, aqui focado na União Caixeiral quanto prédio e sua representação simbólica para seus alunos e para a sociedade parnaibana.

Os quadros de formatura da “União Caixeiral” deixam clara a importância do corpo docente como destaque no cotidiano da cultura escolar, criando uma identidade cultural, criando suas próprias tradições em cada peça que compunha a moldura de seu quadro, expressando o simbolismo deixado por seus alunos e suas relações com seus professores e direção, além de homenagens representadas por patronos de pessoas ilustres de representatividade social da cidade de Parnaíba. Como explica Souza (2001, p.91):

No retrato, destaca-se a individualidade, a expressão de qualidades e virtudes incontestáveis, dignas de eternização. Os retratos do patrono e de iminentes diretores da escola pendurados na parede são demonstrativos. Nos álbuns escolares, o retrato inspira a memória de cada um dos mestres que doaram anos de trabalho e dedicação à causa da instrução pública.

Está presente nos quadros que adornam as paredes da escola uma memória coletiva dos seus alunos e professores. Quanto ao número de professores visualiza-se uma presença maior de homens em relação à mulher, diferentemente do crescimento do público feminino no magistério no início do século XX, o que se conclui em virtude de uma educação voltada para a formação inicialmente do guarda-livros e posteriormente do técnico em contabilidade, ou seja, uma educação de cunho comercial.

A imagem que se tem do diretor sempre está voltada a sua hierarquia exercida na escola, o que explica a sua presença em imagens sempre com grande referência e do sexo masculino.

As imagens escolares servem para que se entenda a cultura escolar, as quais expressam uma forte impressão e relação da União Caixeiral com a sociedade parnaibana. Segundo Kossoy (1998), as imagens retratam uma escola dotada de identidade e culturas próprias.

Em seus quadros de formatura apresenta-se sempre em destaque os docentes e seus administradores, como diretores e representatividade de destaque na sociedade parnaibana do período de conclusão da turma, além de seus docentes. Todos homens, o que nos leva a entender um predomínio da figura masculina sobre a feminina, principalmente quando ocupantes de cargos administrativos. Quanto aos alunos, nota-se também, o número de discente do sexo masculino em quantidade superior ao feminino, traduzido expressamente através dos quadros de formaturas. É importante salientar a importância que era dada nos

quadros quanto a origem dos formandos o que nos apresenta uma análise dos discentes a que Estados do Brasil era oriundos, no caso mas específico da Escola União Caixeiral dos Estados do Piauí, Ceará e Maranhão.



Fotografia 19: Quadro de Formatura da primeira turma de Guarda-Livros da Escola União Caixeiral
Fonte: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba

De acordo com o livro de matrícula, 1938 - 1950, pertencente ao arquivo da União Caixeiral o seu corpo discente era formado, quanto ao sexo, por:

- 1938 – 46 homens e 03 mulheres
- 1939 – 76 homens e 04 mulheres
- 1940 – 94 homens e 07 mulheres
- 1941 – 117 homens e 16 mulheres

1942 – 113 homens e 22 mulheres
 1943 – 120 homens e 29 mulheres
 1946 – 143 homens e 38 mulheres
 1947 – 112 homens e 30 mulheres
 1948 – 125 homens e 40 mulheres
 1949 – 94 homens e 30 mulheres
 1950 – 98 homens e 40 mulheres

Perfazendo um total nesse período de 1.138 alunos do sexo masculino e 260 do sexo feminino.

É importante ressaltar a procura da mulher na formação profissional para o comércio ao analisarmos a crescente presença feminina a partir do livro de matrícula da escola do período de 1938 a 1950.

A formação de guarda-livros despertou também no público feminino uma salutar importância, principalmente pelo momento econômico que passa a cidade e todo o norte do Estado do Piauí, mesmo ainda, proporcionalmente menor que a procura do sexo masculino, levando-se em conta que a profissão junto ao comércio era exigida mais para os homens.

A mulher tem uma participação mesmo que tímida desde a consolidação da “Sociedade Civil União Caixeiral” em escola. Encontra-se em seu Livro de Sócio a participação de cinco (05) mulheres em seu quadro ativo:

- Adélia Viva – sócia efetiva da União Caixeiral desde 10.07.1920, Caixeira de Pires Rebello e Filho e Genuíno Pires e Filho, p. 39;
- Artemísia Coelho Pires – sócia efetiva da União Caixeiral desde 28.03.1933, caixeira da Pharmácia Parnaibana, p. 105;
- Esther Furtado de Carvalho – sócia efetiva da União Caixeiral desde 21.09.1935, discente considerada a primeira rainha do comércio, em 1935, p. 108;
- Margarida Marques Malhado – sócia efetiva da União Caixeiral desde 12.11.1937, auxiliar do comércio de James Frederic Clarck Filho, p.145;
- Maria Ivone Silva, sócia efetiva da União Caixeiral desde 11.03.1941, comerciária de Lundgeneven Ltda.

É importante lembrar que a escola funcionava em sua atividade educacional inicialmente com o propedêutico e, posteriormente, com a formação de guarda-livros, tendo como primeira turma oficialmente formada em 1942, após a fiscalização federal de 1938. Dentre as mulheres acima, segundo o livro de matrícula de 1939, encontra-se apenas o nome

de Maria Ivone Silva, mesmo constando em seus arquivos, Esther Furtado de Carvalho como rainha dos comerciários, o que vale resalta que a mesma consagrou-se rainha representando o Colégio Nossa Senhora das Graças.



Fotografia 20: Professores e personalidades da Parnaíba no quadro de formatura da primeira turma de Guarda-Livros, de 1942

Fonte: Arquivo do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba

Com relação a Maria Ivone Silva, a mesma não consta entre os formandos da Turma de Guarda-livros de 1942, o que leva a crê que não chegou a concluir o curso.

As mulheres tinham uma atuação nas primeiras letras como docentes. Tratando-se de disciplinas mais específicas ficava a cargo do sexo oposto, principalmente as de cunho comercial e na área de exatas. Mesmo em menor quantidade a mulher já exercia um papel no

comércio como secretária nas lojas comerciais, o que ao passar dos anos verifica-se uma consolidação não somente dessa atividade, mas um avanço em outras áreas do comércio.

A União Caixeiral passou a ter importante influência, pela responsabilidade na formação desses profissionais para Parnaíba e norte do Estado do Piauí, já que estamos nos referindo aos períodos de crescente efervescência comercial na cidade. Seus alunos ao se formarem egressavam ou já eram funcionários de várias firmas comerciais que estavam diretamente ligadas no processo conhecido como segundo ciclo-econômico da cidade, em particular dos anos 30 ao final dos anos 40.

Nesse momento da narrativa a memória nos apresenta dados de compreensão da relação da escola com a sociedade. Os sujeitos através de suas lembranças, vivas em seu estado de consciência, relatam acontecimentos desde sua participação efetiva na Instituição a seu ingresso na sociedade como formando pela União Caixeiral.

José Tomaz Neto (2010) relata:

A Caixeiral teve função importantíssima na cidade, era um a baluarte na educação, ela orientou muita gente, fazendo uma recapitulação vimos que mais de 80 alunos que ingressaram no banco do Brasil em diversas regiões como Vitória da Conquista passaram pela Caixeiral, o ensino era muito forte, exigente, categórico, principalmente na Matemática, que tinha peso três.

Em suas recordações Gilberto Escórcio Duarte (2009) lembra de sua experiência ao terminar seu curso de contabilidade em 1949:

Me formei na Caixeiral e logo depois fui ser contador da Prefeitura Municipal de Parnaíba, no setor de contabilidade, fazia o que aprendi no meu curso na Caixeiral. Fiquei na prefeitura até me aposentar, passaram vários prefeitos e confiavam nos meus conhecimentos aprendidos na Caixeiral. Fiquei lá de 1949 a 1975.

Muitos deles posteriormente ingressaram em outros setores da sociedade, não ficando somente no ramo comercial, mas atuando no campo político e administrativo da região norte do Estado do Piauí. Alguns de seus alunos chegaram a assumir cargos administrativos municipais, como Elias Ximenes do Prado, cearense que foi prefeito de Parnaíba. As Famílias parnaibanas confiavam na formação da escola, normalmente relacionada aos empregados do comércio e a discentes que não prosseguiram seus ensinos em outros centros urbanos de grande porte, onde poderiam cursar o ensino superior. Em alguns casos, também ingressavam no serviço público através de concursos, desenvolvendo assim, junto a sociedade uma confiança na educação de seus filhos.

4.6 Currículo e festas escolares

Com relação ao seu currículo observa-se uma aproximação com o modelo curricular da Escola Prática de Comércio de São Paulo. De acordo com Oliveira Filho (2004), a Escola União Caixeiral não tinha interesse em um curso rápido ou intensivo, mas sim de um caráter prático dos ensinamentos e do crescimento das disciplinas ofertadas.

Tendo como fonte o livro de frequência de aulas dos discentes da Escola União Caixeiral o Curso Propedêutico, turma formandos de 1943 (guarda-livros), possuía um currículo da seguinte forma:

1938 – 1ª Série

Português – 97 aulas

Inglês – 48 aulas

Francês – 45 aulas

Aritmética – 68 aulas

Geografia – 51 aulas

História da Civilização – 58 aulas

1939 – 2ª Série

Português – 90 aulas

Inglês – 83 aulas

Francês – 53 aulas

Aritmética, Álgebra – 89 aulas

Geografia do Brasil – 52 aulas

História do Brasil – 53 aulas

1940 – 3ª Série

Português – 83 aulas

Inglês – 90 aulas

Francês – 80 aulas

Geometria – 71 aulas

Caligrafia – 87 aulas

Ciências – 75 aulas

Matemática – 76 aulas

Coreografia – 75 aulas

A continuidade dos estudos se entendia para a formação de Guarda-Livros, de acordo com fonte do livro de frequência de aulas dos discentes da Escola União Caixeiral, turma formandos de 1943 (guarda-livros), com o seguinte currículo:

1941 – 1ª Série

Contabilidade – 86 aulas

Matemática Comercial – 78 aulas

Direito Comercial – 73 aulas

Estenografia – 60 aulas

Mecanografia – 64 aulas

Legislação Fiscal – 48 aulas

1942 – 2ª Série

Contabilidade – 86 aulas

Matemática Comercial – 71 aulas

Direito Comercial – 57 aulas

Estenografia – 58 aulas

Mecanografia – 52 aulas

Legislação Fiscal – 43 aulas

Técnica Comercial – 55 aulas

1943 – 3ª Série

Contabilidade – 86 aulas

Matemática Comercial – 71 aulas

Direito Comercial – 57 aulas

Estenografia – 58 aulas

Mecanografia – 52 aulas

Legislação Fiscal – 43 aulas

Técnica Comercial – 55 aulas

Em seu corpo docente encontram-se personagens importantes da sociedade parnaibana como advogados, médicos, guarda-livros de referência no período e funcionários de grandes empresas do comércio da cidade.

É importante salientar a presença feminina também no período no quadro docente da escola, de acordo com o livro de ponto dos professores da União Caixeiral, pertencente ao seu arquivo onde constam devidamente registrados em suas folhas até a primeira metade do século XX:

Clodoveu Felipe Cavalcante – Diretor e professor de Português e História da Civilização

José de Lima Couto – professor de Inglês e Técnica Comercial

Henriette Sotter Castelo Branco – professora de Francês

Raul Santos – professor de Aritmética

Dr. João Orlando Marques Correia – médico professor de Aritmética e Matemática

Dr. José Euclides – Advogado e professor de Geografia Geral e do Brasil

Angélica C. de Melo – professora de Geografia Geral e do Brasil

Yone Ferreira Pinto – professora de Caligrafia e Mecanografia

Edmée Amorim Rêgo – professora de Ciências

Heitor Almeida – professor de Matemática e Estatística

Antonio Narciso de Oliveira Castro – Guarda-Livros e professor de Contabilidade

Valter Martins Ferreira – Professor de Contabilidade Financeira e Pública

Heitor Araújo Sousa – Advogado e professor de Prática Jurídica

Darcy Fontenele de Araújo – Advogado e professor de Elementos Prática Jurídica, Elementos de Economia e Economia Prática

Os professores da União Caixeiral estão muito presentes nas memórias dos alunos do período de recorte da presente pesquisa. José de Tomaz Neto (2010) tem em suas lembranças as duas experiências: como aluno e depois como professor de contabilidade, como ressalta:

Os professores eram rígidos, mas não tanto, havia muito interesse, uma verdadeira união, todos primavam, olhe nós tínhamos um professor Raul Santos que era espetacular. Fui aluno e professor que, aliás, aquilo foi coisa do Clodoveu e do José Augusto, eu me recusei, disse eu não tenho gabarito. Me botaram com matemática e contabilidade, era alternado ,mas quando eu assumia eu procura desempenhar direito.

Gilberto Escórcio Duarte (2009) traz, em suas memórias, lembranças de alguns de seus professores como cita:

Lembro que meu professor de português era Walter Martins Ferreira – maranhense , funcionário do Banco do Brasil e foi designado para o Banco do Nordeste, nesse período que passei a ser funcionário da prefeitura, os de Matemática eram Heitor Almeida e Orlando de Moraes Correia de Elementos de Economia, muito competentes e Heitor de Araripe dava aulas de Química, Física e Biologia, era muito rigoroso.

A forma de avaliação também está presente na memória dos sujeitos que de alguma forma fizeram parte da história da Escola União Caixeiral. Seus alunos recordam como eram realizadas as provas.

José Tomaz Neto (2010) relata:

As provas eram normais por escrito com elaboração de quesitos e oral. Tinha o exame de admissão. Fiz o exame de admissão pra entrar..não lembro bem mas acho que o Raul Santos, meu professor defendia que não havia necessidade desde que o sujeito tivesse qualquer prova de que teria feito primário de fazer o exame de admissão.

O ex-aluno Carlos Antônio Ferreira do Espírito Santo (2010) ressalta ainda: “Eram provas escritas e orais, a gente fazia sabatinas todo mês e duas provas uma em junho outra em novembro e provas orais”. Ainda sobre o exame de admissão Gilberto Escórcio Duarte (2009) lembra que “era uma prova como a do vestibular, ou até mais rigorosa”.

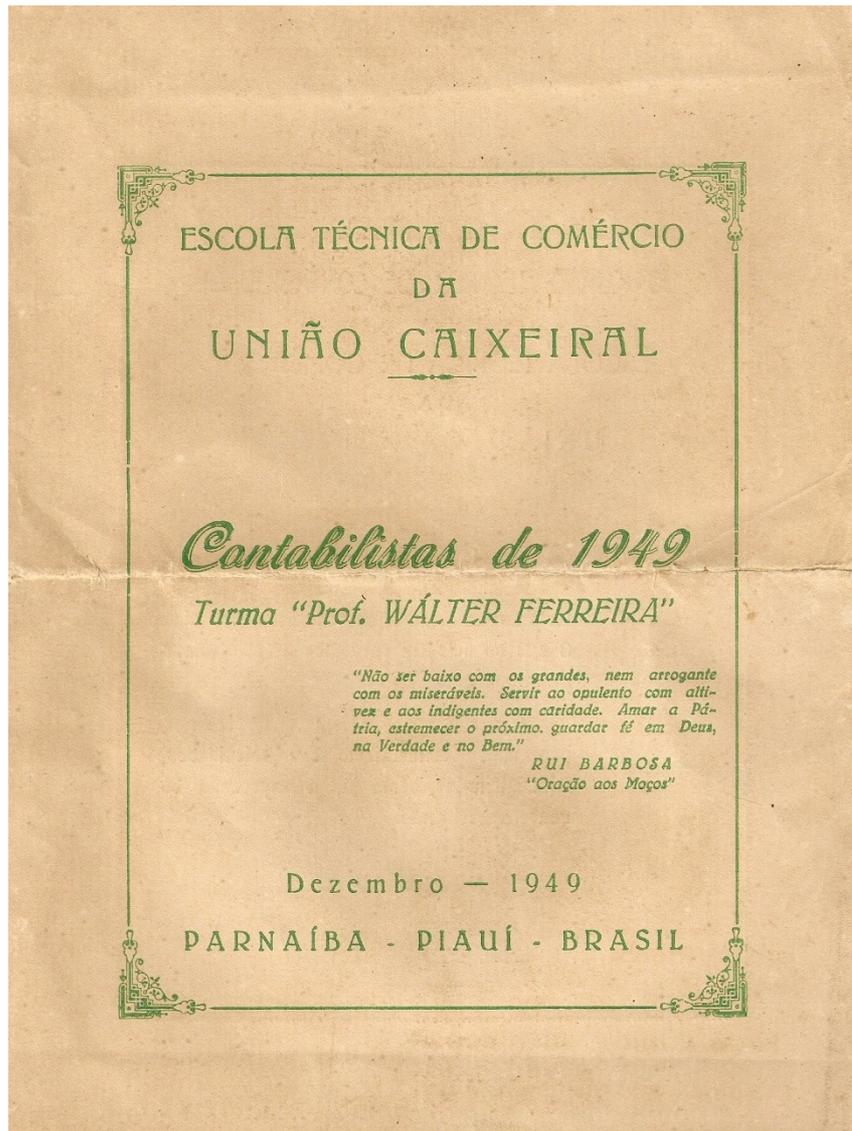
É importante lembrar que o exame de admissão era critério apenas para o ingresso no curso ginásial, o curso de contabilidade não havia a necessidade de sua utilização como forma de acesso.

Quanto as suas festividades eram prestigiada pela sociedade parnaibana, onde realizavam as refeições de grau no clube mais requintado da época, o Cassino 24 de Janeiro, situado na Rua Grande, além de terem a turma de formandos de 1948 como sendo a primeira a ter sua refeição transmitida ao vivo pela rádio educadora de Parnaíba. Algumas refeições de grau também era realizadas na próprio prédio da escola, com todos os requintes exigidos para o período.

Carlos Antônio Ferreira do Espírito Santo recorda o processo de formatura na década de 1940:

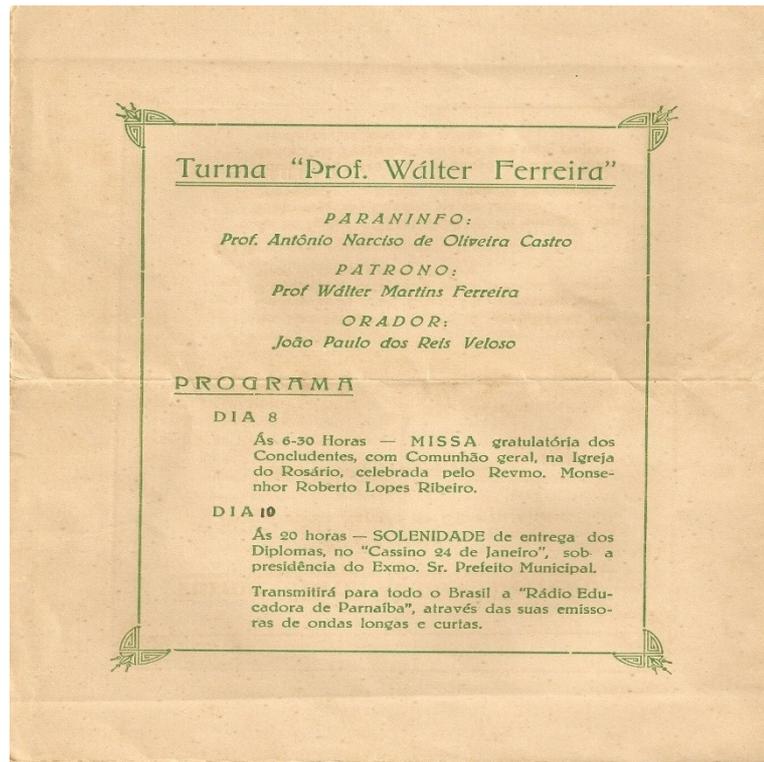
As formaturas aconteciam na Caixeiral mesmo, todo ano, na de 1948 foi a primeira vez os concludentes foram de terno azul marinho, pois era de terno branco com gravatinha borboleta. A banda ficava atrás da escada bem na entrada. Éramos prestigiados por nossos familiares e professores.

Seus convites eram caprichosamente impressos, onde continham os concludentes, padrinhos e madrinhas, orador da turma, patrono e paranifo.



Fotografia 21: Convite de Colação de Grau de 1949
 Fonte: Acervo Particular de Carlos Antonio

Toda a festividade de formatura tinha grande importância para o aluno e sua apresentação oficial para a sociedade. A Escola Técnica de Comércio realizava caprichosamente suas refeições de grau, em sua sede com presença de autoridades da escola, da sociedade e familiares dos formandos. O Convite também era peça fundamental na condução da formatura contendo o nome dos concludente e seus respectivos padrinhos e madrinhas, além das homenagens e os destaques escolhidos pela turma.



Fotografia 22: Convite de formatura – União Caixeiral, 1949
Fonte: Acervo Particular de Carlos Antonio



Fotografia 23: Convite de Formatura – Disposição de padrinhos e madrinhas
Fonte: Acervo Particular de Carlos Antonio

A “Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral” prezou sempre pela importância de suas formaturas, deixando um legado de formando seja no cotidiano da cidade através das lembranças de seus alunos ilustres, seja através daqueles que de alguma forma participaram do processo de desenvolvimento econômico, político e social da cidade de Parnaíba. Seus quadros mantêm vivo a história de todos os sujeitos que de alguma forma participaram de sua trajetória de ensino comercial no período de recorte da presente pesquisa.

Além das festas de formaturas existiam as festividades de caráter cívico como o desfile do dia 07 de setembro realizado na Praça da Graça e festas para a escolha da rainha do Comércio.

A escolha da Rainha do Comércio era acontecimento de repercussão na cidade, e suas candidatas eram escolhidas entre as escolas que tinham o ensino comercial, principalmente a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral e o Colégio Nossa Senhora das Graças. Uma das mais conhecidas e lembradas era Esther Furtado de Carvalho, aluna considerada a primeira rainha do comércio, em 1935, representando o Colégio das Irmãs, passando a ser sócia efetiva da União Caixeiral a partir de 21 de setembro de 1935.

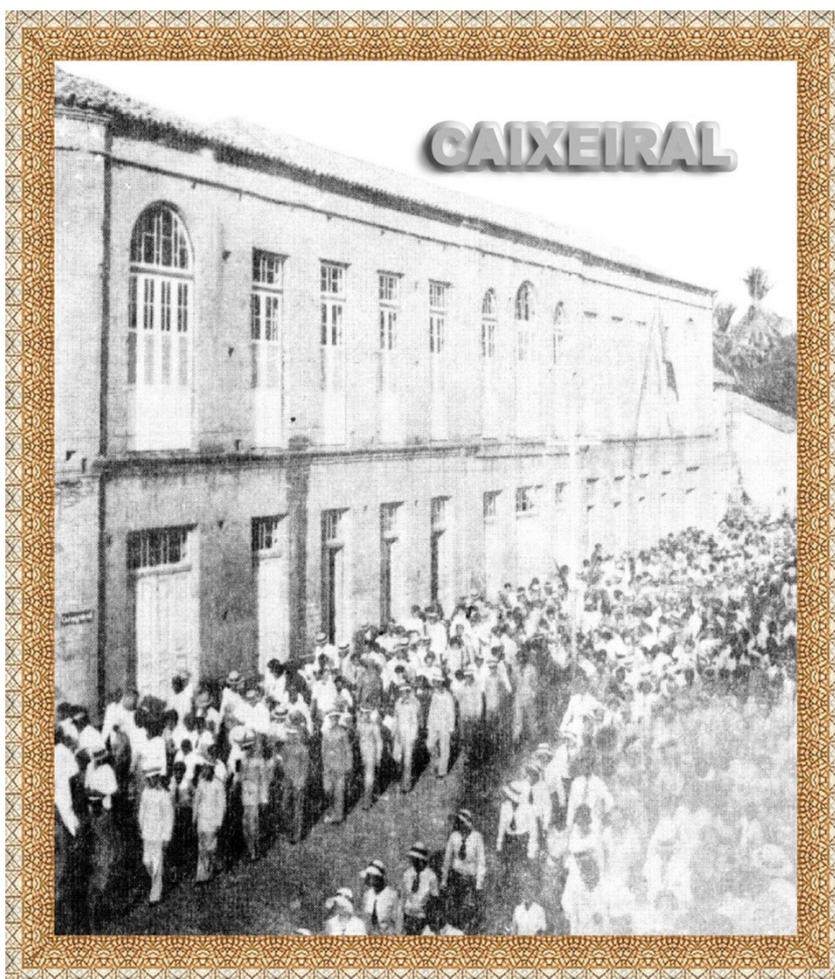


Fotografia 24: Rainha do Comércio – União Caixeiral, 1935
Fonte: Acervo Particular de Gilberto Escórcio Duarte

Dentro do contexto da história da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral discutida neste capítulo, é importante focar a memória individual inserida na memória coletiva da sociedade parnaibana das primeiras décadas do século passado e como elas fornecem instrumento de entendimento e compreensão de todo o contexto escolar voltado para a formação do ensino comercial na cidade de Parnaíba no período. Segundo Halbwachs (1990, pp. 53-54).

A memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal.

O civismo era algo presente no cotidiano da “Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral”, como se pode analisar na seguinte fotografia quando do preparatório para o desfile do dia 7 de setembro.



Fotografia 25: Desfile Cívico do dia 7 de setembro da União Caixeiral (década de 1940)
Fonte: Acervo Particular de Gilberto Escórcio Duarte

A cultura escolar é importante instrumento de compreensão desse universo descrito e guardado na memória individual e coletiva dos sujeitos que de alguma forma contribuíram para construir a história dessa instituição de ensino comercial. Como afirma Souza (2000, p. 22):

A consciência que a cultura escolar passou a ter de si mesma como cultura essencialmente letrada, colocou em relevo a liberação que a escrita libra a memória do limite do corpo, retirando do trabalho escolar o que restava das técnicas de memorização e da necessidade de fixar conteúdos a serem guardados na memória.



Fotografia 26: Desfile Cívico na Praça da Graça, Parnaíba(data imprecisa)
Fonte: Arquivo do IHGGP

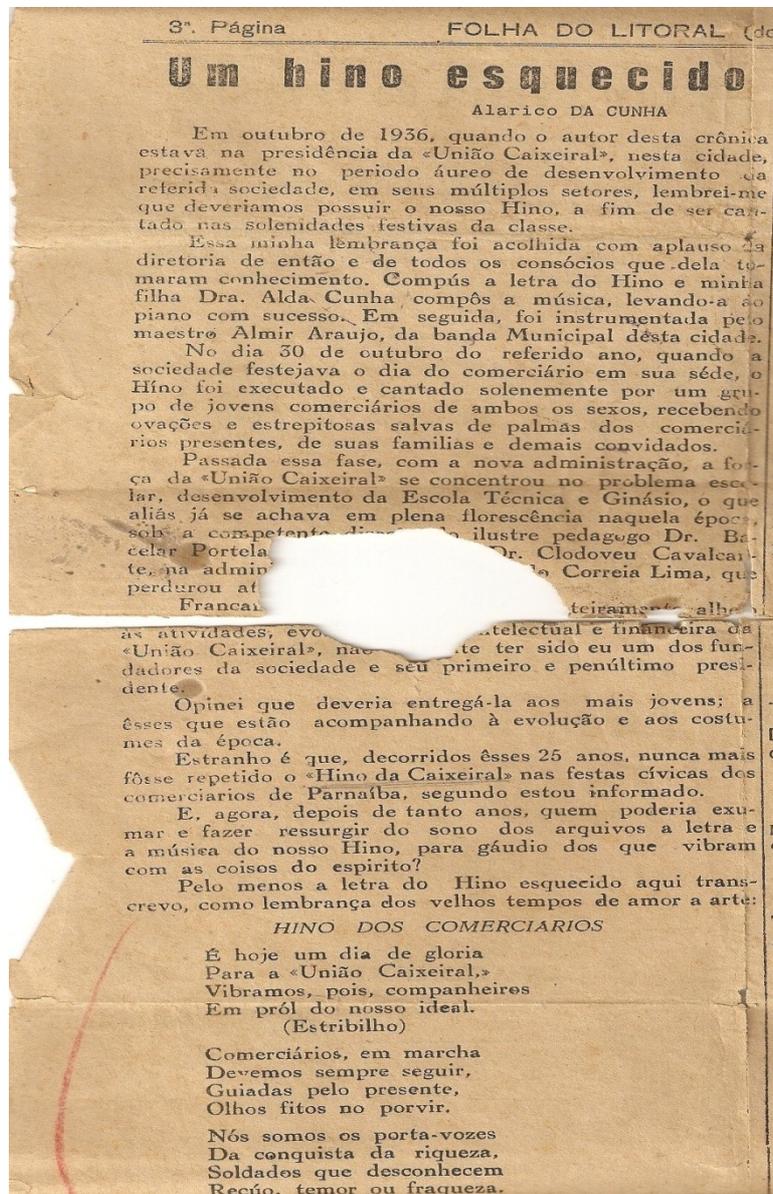
Sobre os desfile cívicos Carlos Antônio Ferreira do Espírito Santo recorda:

No início nós não desfilávamos no 7 de setembro nessa época, só o turno manhã, o comércio era noite. Depois o comércio chegou a desfilando junto com o diurno. Quem não se lembra do Gilberto na última fila na rabada todo de azul, ninguém nem abria a boca, respeito.

O civismo sempre foi presente nas atividades festivas e no cotidiano da União Caixeiral, seja nos desfile, na formação repassada pelos seus professores, nos hasteamento e execução de hinos como: Brasil, Piauí e Parnaíba.

Alarico da Cunha em outubro de 1936, quando exercia o cargo de presidente da Sociedade Civil “União Caixeiral”, resolveu criar um hino para a Associação que fosse tocado nas solenidades como descreve em sua crônica ao jornal Folha do Litoral no dia 17 de junho 1961, com o título Um Hino Esquecido.

Segundo Alarico da Cunha em seu artigo ao jornal Folha do Litoral (1961): “nesta cidade precisamente no período de desenvolvimento da referida sociedade, em seus múltiplos setores, lembrei-me que deviríamos possuir o nosso Hino, afim de ser cantado nas solenidades festivas da classe”. Diz ainda, “Estranho, é decorrido esses 25 anos nunca mais fosse repetido o Hino da Caixeiral, nas festas cívicas dos comerciários de Parnaíba, conforme fui informado”.



Fotografia 27 : "Um Hino Esquecido", folha do litoral de 17 de junho de 1961
Fonte: Acervo Particular de Gilberto Escórcio Duarte

O Hino tem como autoria: letra de Alarico da Cunha e Música Dra. Alda Cunha, sua filha e foi instrumentado pelo Maestro Almir Araújo, da Banda Municipal de Parnaíba. Era executado principalmente no dia 30 de outubro, no dia do comerciário.

CONCLUSÃO

Ao se pesquisar sobre a história e a memória da “Escola União Caixeiral”, verificamos elemento que agregados formaram todo seu contexto histórico e sua relação com a sociedade parnaibana. Os interesses comerciais, sociais e educativos se unem em prol de uma cultura escolar de suma importância para a cidade de Parnaíba na primeira metade do século XX, mas precisamente nas décadas de 30 e 40, quando se oficializou o curso de Guarda-Livros e, posteriormente, o Técnico em Contabilidade.

Para se entender sua história e memória os interesses acima relatados remetem a trajetória da própria Instituição e seu envolvimento nos diversos grupos sociais da cidade no período.

Ao se falar do ensino comercial temos que nos remeter ao início de suas atividades quando da formação de Guarda-Livros, a importante participação do grupo de comerciante que tiveram a iniciativa de fundar uma Sociedade Civil com intuito de ajuda mútua e de cunho comercial, a qual idealizou a capacitação de profissionais que viessem desenvolver o comércio local e da região norte, substituindo inclusive a atuação do poder público, pois incentivava a participação de vários segmentos sociais da sociedade, prestando serviços educacionais.

Vale lembrar, que o ensino comercial da Escola União Caixeiral, está intimamente ligado as suas primeiras aulas ministradas de forma avulsas, ministradas por particulares em suas casas, pois a “Sociedade Civil União Caixeiral” ainda não tinha sede própria, somente adquirida na década de 1930.

A escola tinha sua função social de formar profissionais aptos para atuar no efervescente comércio de Parnaíba e o agrupamento de sujeitos na transição de século XIX para século XX na cidade, proporcionando na região uma participação ativa nas decisões do Estado Piauí em seu campo político e administrativo.

A cidade de Parnaíba, através de sua localização lhe possibilitou exercer importância no que diz respeito à proximidade da cidade com o “Porto de Amarração” e o “Porto de Araiases”, proporcionando o desenvolvimento econômico da região, conseqüentemente com ocorrência de atividade ativa do comércio de extrativismo animal e vegetal a sociedade parnaibana agrega e consolida elementos culturais de traços particulares para o período, tendo a formação comercial com parte integrante dessa cultura, passando a representar também

aspiração dos sujeitos que consolidavam o comércio na região de Parnaíba e o norte do Estado do Piauí.

A dinâmica da cidade para o comércio emerge a Escola União Caixeiral a partir da iniciativa da Sociedade Civil de mesmo nome, tendo a responsabilidade de suprir junto a sociedade parnaibana a formação do Guarda-livros, elemento de suma importância para o desenvolvimento do comércio, através de suas atividades contábeis.

Somente no final dos anos 1940 e início dos anos 1950, quando a cidade passa por sério problemas de ordem econômico, em virtude da desvalorização financeira da Cera de Carnaúba, principal produto de exportação do período, é que, concomitantemente, o Guarda-livros também perde importância, não ao ponto de uma total desilusão da população para tal formação, mas ficou abalada pela decadência do comércio na segunda metade do século XX.

O Técnico em Contabilidade continuou ainda, requisitado no comércio da cidade e a escola deu continuidade as suas atividades de formação discente comercial pós 1950.

A História e a Memória da “Escola União Caixeiral” está intimamente engendrada na sociedade parnaibana, como se verificou com a pesquisa realizada, através de seus sujeitos que em alguns momentos participaram da vida escolar desta Instituição de Ensino, como as pessoas da sociedade que a viam com elemento propulsor de fundamental importância para a profissionalização da atividade comercial, mas precisamente do contador, para o comércio do período.

Sua cultura escolar se perpetuou até hoje como objeto de memória daqueles que participaram de sua identidade coletiva, proporcionando esta narrativa de fato que perpassa desde seus fundadores da sociedade civil, como homens de negócios, e atuante na atividade de exportação ao trabalho do caixeiro viajante como elo de ligação das transações comerciais ao longo do curso do Rio Parnaíba, ligando as demais regiões do Estado do Piauí.

Lembrar das memórias da “Escola União Caixeiral” é recordar uma Parnaíba como centro da economia exportadora do Piauí na primeira metade do século XX, momento de esplendor e riqueza da região norte do citado Estado. Remete-nos à história de homens que deixaram sua contribuição para a trajetória histórica da cidade e hoje objetos de memória para compreendermos a Parnaíba no auge e apogeu de seu segundo ciclo econômico.

A importância da Escola União Caixeiral está intimamente inserida em seu currículo inicial, onde se priorizava a formação prática do Guarda-livros, elemento propulsor do desenvolvimento econômico na região no período.

Dentro desse contexto, finalizo esta presente pesquisa enfocando a importância da memória e história dessa Instituição de Ensino Comercial no desenvolvimento da cidade de Parnaíba e sua importância quanto elemento de cultura escolar na cidade para a formação de Técnico em Contabilidade, profissão que se confunde como o período de esplendor econômico da cidade entre os anos de sua fundação como sociedade civil (1918), até o final dos anos 40.

A presente pesquisa continua aberta a novas problemáticas, pois a mesma possui uma riqueza de objetos de estudos o que nos leva a crê que futuros pesquisadores ingressem seus estudos no aprofundamento do encontro dos interesses onde a educação comercial se encontra diretamente relacionada à sociedade parnaibana e ao desenvolvimento econômico da cidade de Parnaíba na primeira metade do século XX.

REFERÊNCIAS E FONTES

INSTITUIÇÕES DE PESQUISA

Arquivo Público do Piauí (Casa Anísio Brito) – Teresina (PI)

Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) – Teresina (PI)

Universidade Federal do Piauí – Teresina (PI)

Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba – Parnaíba (PI)

Biblioteca Municipal de Parnaíba (PI)

Biblioteca Oswaldo Raizen. SESC Avenida – Parnaíba (PI)

1 REFERENCIAS

1.1 ARTIGOS, DISSERTAÇÕES, LIVROS

BOTO, Carlota. Histórias, ideias e trajetórias da cultura escolar: um desafio metodológico. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; BEZERRA, José Arimatéa Barros. (Org.). **Biografias, instituições, ideias, experiências e políticas educacionais**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

BRANCO, Julinete Vieira Castelo. **Entre Trilhas e Veredas**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2010.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

_____ **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CALVINO, Ítalo. **As cidades Invisíveis** (cidade): Companhia das letras, 1990.

CARONE, Edgar. **Movimento Operário no Brasil (1877 -1944)**. 2 ed., São Paulo: Difel, 1984.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens**. A fotografia como fonte histórica. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CORREIA , Jonas Benedito & Lima, Benedito dos Santos. **O livro do Centenário de Parnaíba**. Parnaíba, 1945.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DOMINIQUE, Julia. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas-SP: Editora Autores Associados, 2001. p. 9-42.

FALCON, Francisco. **História Cultural**: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social**. 5 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. (Coleção corpo e alma do Brasil).

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. Fontes complementares na pesquisa historiográfica. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (Org.). **A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2009. p. 15-23.

HADMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História do Trabalho e da Indústria no Brasil**. 3 ed., ver. Amp., São Paulo: UNESP, 2002.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MAFRA, Leila de Alvarenga. A Sociologia dos estabelecimentos escolares: passado e presente de um campo de pesquisa em re-construção. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Pinto de Carvalho (Org.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 109-136.

MAGALHÃES, Justino. Tecendo nexos: história das instituições educativas. In: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas(SP): Editora Autores associados, 1999. p. 67-72.

MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Arquivos escolares. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (Org.). **A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2009. p. 175-188.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. **Parnaíba Educação e Sociedade**. 2. ed. Parnaíba: Sieart, 2007.

NASCIMENTO, Ana Maria Bezerra do. **Trabalhadores e Trabalhadoras no fio da história das práticas e projetos educativos no Piauí (1856 – 1937)**. Teresina: UFPI, 2008. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Maria Christina de Moraes Souza. **Parnaíba: das primeira escolas aos cursos universitários**. Teresina: FUFPI, 1993.

OLIVEIRA FILHO, Valdinar da Silva. **O ensino comercial e a formação do guarda-livros: de porta-vozes da riqueza do Piauí a guardadores da memória de Parnaíba (1900-1960)**. Teresina: UFPI, 2004. (Dissertação de Mestrado).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3. 1989.

SAVIANI, Demerval. Instituição Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (org.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores associados, 2007.

SILVA, Josenias dos Santos. **Cotidiano e Narratividade**: um olhar sobre a cidade de Parnaíba na primeira metade do século XX. Monografia de Conclusão de Curso. Parnaíba, 2009.

SOUZA, Rosa de Fátima. **Fotografias escolares**: a leitura de imagens na história da escola primária. Curitiba: Editora da UFPR, 2001. p. 75-101.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **A escola e a memória**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B; COSTA, V.M.R. **Tempos de Capanema**. SP: Paz e Terra; FGV, 2000.

ULHÔA, Erika Piovan de. **Escola Técnica de Comércio São José**: um colégio católico feminino no tempo da reorganização do ensino comercial. Curitiba-Pr, s.d. disponível em < <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT02-4995--Int.pdf/> acesso em 20/11/ 2009

VIEIRA, Lêda Rodrigues. **Caminhos de Ferro**: a ferrovia e a cidade de Parnaíba 1916 – 1960. 2010. Dissertação (Mestrado em História do Brasil)/ Universidade Federal do Piauí, 2010.

1.2 JORNAIS, REVISTA E PERIÓDICOS

A Imprensa. Parnaíba, 1926-1927.

A Praça, Parnaíba, 1927-1928.

O Independente. Parnaíba, 1927.

A Tribuna. Parnaíba, 1919.

Jornal do Comércio. Parnaíba, 1922.

O ateneu. Parnaíba, 1934.

A Folha do Litoral. Parnaíba, 1961

Almanack da Parnahyba. Parnaíba, editado pela mercearia Bembem de B. S. Lima & C. a, ano 3, 1924.

Almanack da Parnahyba. Parnaíba, editado pela mercearia Bembem de B. S. Lima & C. a, ano 5, 1926.

Almanack da Parnahyba. Parnaíba, editado pela mercearia Bembem de B. S. Lima & C. a, ano 23, 1946.

Almanack da Parnahyba. Parnaíba, editado pela mercearia Bembem de B. S. Lima & C. a, ano 24, 1947.

Almanack da Parnahyba. Parnaíba, editado pela mercearia Bembem de B. S. Lima & C. a, ano 19, 1942.

1.3 DOCUMENTAÇÃO OFICIAL

BRASIL. Decreto-lei nº 7.938 – 6 st. 1945. Novas disposições transitórias par a execução da Lei Orgânica do Ensino Comercial. In: VIEIRA, F. A. (Org.). Legislação do Ensino Comercial. RJ: Serviço de Documentação, MEC, 1957, p.40-41.

_____. Decreto-lei nº 6.141 – 28 dez. 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. DF: D.O.U., 31 dez, 1943.

_____. Decreto-lei nº 20.158 – 30 jun. 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de Contador e dá outras providências. DF, RJ: D.O.U., 9 jul. 1931.

_____. Decreto-Lei nº 15.603 – 12 agos. 1922. Autorização da construção do Porto de Amarração.

_____. Portaria nº 52 – 28 jan. 1946. Expede os programas de português, matemática, geografia e história do Brasil, para os exames de admissão ao curso comercial básico. DF: D.O.U., 12 fev. 1946. In: VIEIRA, F. A. (Org.). Legislação do Ensino Comercial. RJ: Serviço Documentação, MEC, 1957. p. 268-270.

PIAUÍ. Lei Estadual nº 1.087 – 7 de jun. 1924. Considerou a Sociedade Civil União Caixeiral de Utilidade Pública.

UNIÃO CAIXEIRAL, Sociedade Civil. Atas das reuniões. Parnaíba. 1925 – 1936.

1.4 DEPOIMENTOS

CARACAS, Flávio Antônio Correia. **Entrevista** concedida ao pesquisador Gilberto Escórcio Duarte Filho em julho de 2010.

CARVALHO, José Nelson Pires de. **Entrevista** concedida ao pesquisador Gilberto Escórcio Duarte Filho em janeiro de 2009.

CORREIA, Lauro de Andrade. **Entrevista** concedida ao pesquisador Gilberto Escórcio Duarte Filho em janeiro de 2009.

DUARTE, Gilberto Escórcio. **Entrevista** concedida ao pesquisador Gilberto Escórcio Duarte Filho em janeiro de 2009.

NETO, José Tomaz. **Entrevista** concedida ao pesquisador Gilberto Escórcio Duarte Filho em junho de 2010.

PRADO, Elias Ximendes do. Entrevista concedida ao pesquisador Gilberto Escórcio Duarte Filho em junho de 2010.

SANTOS, Carlos Antônio Ferreira do Espírito. **Entrevista** concedida ao pesquisador Gilberto Escórcio Duarte Filho em maio de 2010.

SOUZA, Neyde Alves. Entrevista concedida ao pesquisador Gilberto Escórcio Duarte Filho em julho de 2010.

ANEXO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA UNIÃO CAIXEIRAL DE PARNAÍBA (1918 - 1950)

Pesquisador responsável: Antonio de Pádua Carvalho Lopes

Instituição/Departamento: UFPI/ DEFE

Telefones para contato: (86) 33224924/ 9454 6592

Local da coleta de dados:

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos pacientes cujos dados serão coletados por meio de entrevista semi-estruturada em uma Escola Pública de Ensino Fundamental. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade do (a) Sr. (a) Marcia Raika e Silva Lima. Após este período, os dados serão destruídos.

Teresina, 26 de agosto de 2009.

.....

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
MESTRANDO: Gilberto Escórcio Duarte Filho
ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: “A história e a memória da escola União Caixeiral de Parnaíba (1918 – 1950)”

Pesquisador responsável: Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Piauí/Centro de Ciências da Educação/PPGE

Telefone para contato (inclusive a cobrar): 86 3221-9187/8804-8581

Pesquisadores participantes: Gilberto Escórcio Duarte Filho

Telefones para contato: 86 3322-4924/9454-6592

Prezado (a) colaboradores(a), você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. A participação aqui solicitada é de caráter voluntário, e concede a você inteira liberdade de aceitar ou não. Para orientar a sua tomada de decisão apresentamos a seguir elementos da proposta de investigação e se ao final da leitura desse termo você ainda não se sentir esclarecido/a deverá solicitar das pesquisadoras as informações que julgar necessárias. Em caso de aceite, ressaltamos a importância de sua assinatura no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. A pesquisa de que trata este convite intitula-se “*História e memória da escola União Caixeiral de Parnaíba (1918-1950)*”; tem como objetivo geral investigar a história e a memória da União Caixeiral, buscando compreender a sua relação com a sociedade e cultura na cidade de Parnaíba. A referida pesquisa realizar-se-á com a participação de colaboradores através da metodologia da história oral e pesquisa documental, sendo este o instrumento fundamental para coleta dos dados necessários à constituição do estudo.

Assim, sua participação na pesquisa incluirá participação nas entrevistas que serão que será previamente agendada.

É importante ressaltar que todas as informações prestadas, pelos sujeitos participantes da investigação, terão garantia de sigilo no âmbito dessa investigação. A menos que requerido por lei ou por sua solicitação, somente o pesquisado e o Comitê de Ética independente terão acesso a suas informações.

O período para coleta dos dados compreenderá os meses de dezembro de 2009 e Janeiro de 2010. Contudo, caso aceite participar da pesquisa, em qualquer momento desta poderá solicitar esclarecimentos que lhe sejam pertinentes. E, fica assegurado ainda que sua

participação não lhe obrigará a custear despesas financeiras, assim como seu consentimento poderá ser retirado em qualquer momento da pesquisa.

Consentimento da participação da pessoa como sujeito

Eu, _____ RG: _____, CPF: _____

abaixo assinado, concordo em participar do estudo - “História e memória da escola União Caixeiral de Parnaíba (1918 – 1950)” como sujeito. Fui suficientemente informado, pelo pesquisador GILBERTO ESCÓRCIO DUARTE FILHO a respeito da minha participação no processo e decidi em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes e, ainda que minha participação é isenta de despesas.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Teresina (PI), _____ de _____ de 2009.

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Observações complementares

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:
 Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI - Campus Universitário Ministro Petrônio Portella -
 Bairro Ininga
 Centro de Convivência L09 e 10 - CEP: 64.049-550 - Teresina - PI
 tel.: (86) 3215-5734 - email: cep.ufpi@ufpi.br web: www.ufpi.br/cep

Declaração do Pesquisador

Ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP
Universidade Federal do Piauí

Nós, **Gilberto Escórcio Duarte Filho e Antonio de Pádua Carvalho Lopes (orientador)**, responsáveis pela pesquisa intitulada “HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA UNIÃO CAIXEIRAL DE PARNAÍBA (1918-1950)” declaramos que:

- Assumimos o compromisso de cumprir os Termos da Resolução nº 196/96, de 10 de Outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99, 303/2000, 304/2000 e 340/2004).
- Assumimos o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa;
- os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizados apenas para se atingir o(s) objetivo(s) previsto(s) nesta pesquisa e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento dos voluntários;
- os materiais e os dados obtidos ao final da pesquisa serão arquivados sob a responsabilidade de _____ da área de _____ da UFPI; que também será responsável pelo descarte dos materiais e dados, caso os mesmos não sejam estocados ao final da pesquisa.
- não há qualquer acordo restritivo à divulgação pública dos resultados;
- os resultados da pesquisa serão tornados públicos através de publicações em periódicos científicos e/ou em encontros científicos, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa;
- o CEP-UFPI será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa por meio de relatório apresentado anualmente ou na ocasião da suspensão ou do encerramento da pesquisa com a devida justificativa;
- o CEP-UFPI será imediatamente comunicado se ocorrerem efeitos adversos resultantes desta pesquisa com o voluntário;
- esta pesquisa ainda não foi total ou parcialmente realizada.

Teresina, 23 de novembro de 2009

Pesquisador responsável (assinatura, nome e CPF)

Demais pesquisadores (assinatura, nome e CPF)

Título do projeto: “História e Memória da Escola União Caixeiral de Parnaíba (1918-1950)”

Pesquisador responsável: Antonio de Pádua Carvalho Lopes

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Piauí/Centro de Ciências da Educação

Telefone para contato (inclusive a cobrar): 86 88048581

Local da coleta de dados: Instituto Superior de Educação Antonino Freire

Eu, Antonio de Pádua Carvalho Lopes, pesquisador do presente projeto comprometo-me a preservar a privacidade dos dados que serão coletados, *através de gravação digital e posteriormente transcrita*. Reafirmo que estas informações serão mantidas sob minha responsabilidade e utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. Em caso de divulgação, esta somente poderá ser feita de forma anônima.

Teresina(PI), 23de novembro de 2009.

Antonio de Pádua Carvalho Lopes